

Ricardo Matheus Benedicto  
ORGANIZADOR

# Genocídio e Racismo

Desafios para reconstrução da sociedade  
brasileira no período pós-pandemia



INSTITUTO FEDERAL  
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
Sertão Pernambucano

**E-BOOK**

**Ricardo Matheus Benedicto  
(Organizador)**

**Genocídio e Racismo: Desafios Para Reconstrução da  
Sociedade Brasileira no Período Pós-Pandemia**

**Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as - ABPN  
XII Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as  
XII COPENE**

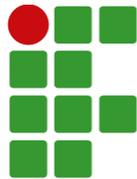
---



---

Presidente da República  
**Luis Inácio Lula da Silva**  
Ministro da Educação  
**Camilo Sobreira de Santana**  
Secretário de Educação Profissional e Tecnológica  
**Getúlio Marques Ferreira**

---



**INSTITUTO FEDERAL**  
Sertão Pernambucano

Reitora <b>Maria Leopoldina Veras Camelo</b>	<b>CONSELHO EDITORIAL</b>
Pró-reitora de Ensino <b>Maria do Socorro Tavares Cavalcante</b>	Francisco Kelsen de Oliveira – Propip IFSertãoPE Jane Oliveira Perez – Cedif IFSertãoPE
Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação <b>Francisco Kelsen de Oliveira</b>	Marcio Rennan Santos Tavares – Proext IFSertãoPE Ana Christina da Silva Bezerra – SIBI - IFSertãoPE Andre Ricardo Dias Santos – IFSertãoPE Andrea Nunes Moreira de Carvalho – IFSertãoPE
Pró-Reitor de Extensão e Cultura <b>Vitor Prates Lorenzo</b>	André Ricardo Lucas Vieira – IFSertãoPE Hudson do Vale de Oliveira - IFRR
Pró-Reitor de Orçamento e Administração <b>Jean Carlos Coelho de Alencar</b>	Domingos Diletieri Carvalho - IFSertãoPE José Ribamar Lopes Batista Júnior - UFPI Manuel Rangel Borges Neto - IFSertãoPE
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional <b>Alexandre Roberto de Souza Correa</b>	Paulo Gustavo Serafim de Carvalho - UNIVASF Rafael Santos de Aquino - IFSertãoPE
Coordenadora da Editora IFSERTA OPE <b>Jane Oliveira Perez</b> <i>Projeto Gráfico da Capa</i> <b>Mironaldo Borges de Araújo Filho</b> <i>Diagramação</i> <b>Jane Oliveira Perez</b>	Leilyane Conceição de Souza Coelho – UPE Rosemary Barbosa de Melo – IFSertãoPE Rachel Perez Palha – UFPE Ricardo Tavares Martins - IFSertãoPE Eriverton da Silva Rodrigues – IFSertãoPE Cheila Nataly Galindo Bedor – UNIVASF Luciana Nunes Cordeiro - IFSertãoPE
<b>Fotos no corpo do livro:</b>	Arquivos dos autores/ Cessão para organização da edição



**EDITORA**  
IFSertãoPE

**Contato**

Rua Aristarco Lopes, 240 - Centro  
CEP: 56302-100 | Petrolina/PE – Brasil  
E-mail: [editora@ifsertaope.edu.br](mailto:editora@ifsertaope.edu.br)

---

©2023 E-BOOK TODOS OS DIREITOS RESERVADOS  
Os capítulos, materiais publicados, a revisão textual e normativas (ABNT),  
são de inteira responsabilidade de seus autores.  
Direito autoral do texto © 2023 Os autores  
Direito autoral da edição © 2023 Editora IFSertãoPE  
Publicação de acesso aberto por Editora IFSertãoPE.  
É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria.

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G335

Genocídio e racismo: desafios para reconstrução da sociedade brasileira no período  
pós-pandemia / Ricardo Matheus Benedicto. - Petrolina: IFSertãoPE, 2023.  
2.977KB; PDF; 134p.: il.

ISBN 978-65-89380-19-1

1. Racismo. 2. Genocídio. 3. Pandemia. 4. COVID19.

I. Título. II. Benedicto, Ricardo Matheus.

CDD320.56

Ficha Catalográfica Elaborada pela Bibliotecária Ana Christina Bezerra CRB4-2311

---

**CONTATO EDITORA IFSERTÃOPE**

REITORIA - Rua Aristarco Lopes, 240 – Centro – CEP 56.302-100 – Petrolina-PE | Fone: (87) 2101-2350  
<https://www.ifsertao-pe.edu.br/index.php/editora> / E-mail: editora@ifsertaope.edu.br

## **Agradecimentos**

---

*Agradecemos a Editora IFSertãoPE do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambuco – pela parceria com a Executiva do XII Congresso de Pesquisadores e Pesquisadoras Negras e Negros (COPENE). Esta parceria possibilitou a publicação desta coletânea que certamente contribuirá para futuras pesquisas no que diz respeito à compreensão e combate ao racismo na sociedade brasileira.*

# Sumário

---

	APRESENTAÇÃO	
	<b>Professor Dr. Ricardo Matheus Benedicto</b>	<b>7</b>
	PREFÁCIO	
	<b>Professor Dr. Renato Nogueira</b>	<b>10</b>
As “pestes” na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX: a febre amarela e os negros	<b>Professora Dra. Maria Margarete Santos Benedicto</b>	<b>12</b>
Abolição! República! Século XX! Varíola! Exclusão de Preto Permanece	<b>Professora Dra. Maria Margarete Santos Benedicto</b>	<b>28</b>
A Pandemia de Covid 19 e o presidente alopado	<b>Professora Dra. Maria Margarete Santos Benedicto</b>	<b>48</b>
A Escrita da História nas Mídias Digitais: O Caso das Falsificações Durante a Pandemia de 2020/22 no Brasil	<b>Professor Dr. Josias Abdalla Duarte</b>	<b>62</b>
Reflexões Sobre os Desafios dos Amefricanos (as) do Brasil no período pós Pandemia: Genocídio e Racismo	<b>Professor Dr. Ricardo Matheus Benedicto</b>	<b>82</b>
	TRADUÇÕES	
	Entrevista com Cheikh Anta Diop	
	<b>Professor Dr. Charles S. Finch</b>	<b>103</b>
O Verdadeiro Kant Por Favor Levante-se: O Desafio do Iluminismo Racista Para o Estudo da História da Filosofia	<b>Professor Dr. Robert Bernasconi</b>	<b>116</b>
	ORGANIZADOR DA OBRA	<b>134</b>

Até o presente momento, mais de setecentos mil brasileiros foram dizimados pela Covid-19. Alguns estudiosos têm mostrado que grande parte dessas mortes poderia ter sido evitada e que os afro-brasileiros e os povos originários foram as principais vítimas da política genocida adotada pelo governo do ex-presidente da República.

No entanto, a sociedade brasileira parece ter normalizado este morticínio, parece funcionar “normalmente”. Durante a pandemia, a indignação, a revolta, as manifestações contra o descalabro ideologicamente orientado que se abateu sobre o país foram muito tímidas. Não houve luto. Não choramos coletivamente nossos mortos.

Assim, no esforço de ampliar o debate acadêmico e político tendo em vista a reconstrução da sociedade brasileira, a Publicação Especial (PE): **Genocídio e Racismo: Desafios Para Reconstrução da Sociedade Brasileira no Período Pós-Pandemia** tem como objetivo possibilitar, junto a pesquisadoras e pesquisadores negros, principalmente, das mais diversas áreas do conhecimento um espaço de reflexão e troca sobre um tema tão relevante aos interesses das pessoas de origem africana sob, especialmente, a lente da afrocentricidade.

A PE proposta pelo professor Ricardo Matheus Benedicto (UNILAB - Campus Malês) objetiva visibilizar pesquisas desenvolvidas no período da pandemia que – levando, principalmente, em consideração o racismo e o genocídio como constituintes da sociedade brasileira – pretenderam explicar as condições que propiciaram, ao governo brasileiro, adotar uma política genocida ao invés de proteger a população dos males causados por esse terrível flagelo.

A PE também objetiva apresentar as reflexões, desafios e propostas desenvolvidas, por estas pesquisadoras e pesquisadores, para reconstruir a sociedade brasileira. Enfim, nosso propósito é reunir tanto pesquisas originais, desenvolvidas no Brasil, quanto apresentar traduções de trabalhos relevantes – ainda inacessíveis – ao público falante do português. Para cumprir o objetivo exposto acima a PE está organizada como segue:

O professor Renato Nogueira em seu prefácio capta brilhantemente o espírito que anima esta obra. Em suas palavras: “ora, não é natural que uma sociedade pratique crimes cotidianamente onde os agentes são sempre gente (branca) de bem ‘atirando em legítima defesa’”.

A professora Maria Margarete Santos Benedicto nos brinda com uma trilogia de textos para evidenciar historicamente como o racismo foi o elemento decisivo na vitimização das

afro-brasileiras e afro-brasileiros na epidemia de febre amarela, varíola e na pandemia da covid-19.

No primeiro artigo **As “pestes” na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX: a febre amarela e os negros** a autora analisa as diversas epidemias de Febre Amarela que advieram no transcorrer da segunda metade do século XIX, na capital do Império. Servindo-se das revistas ilustradas que circulavam no Rio de Janeiro com ilustrações aparentemente ingênuas e com precisão artística essas revistas expõem representações e mensagens vigorosas e altamente nocivas para a população negra, visto que a intelligentsia desejava, ainda que em uma fase embrionária, promover uma política de higienização e embranquecimento no Império tropical.

No segundo artigo **Abolição! República! Século XX! Varíola! Exclusão de Preto Permanece...** Santos Benedicto faz uma análise da epidemia de Varíola, ocorrida em 1904. O cerne de sua investigação é o racismo latente nas (in)ações dos gestores. A professora, embasando-se na História Cultural do Humor, utiliza como fonte documental as charges das revistas humorísticas que circulavam no início do século XX no Rio de Janeiro; as quais reproduziam uma ação social localizada em um contexto específico e buscavam criticar, denunciar, acontecimentos importantes mais do que divertir. No entanto, reforçavam estereótipos e o racismo.

No terceiro artigo **A Pandemia de Covid 19 e o presidente aloprado** Santos Benedicto analisa a pandemia de COVID-19 que ocorreu no Brasil, durante o governo do ex-presidente da República entre os anos de 2020-2022. A professora sustenta que o novo coronavírus adquiriu no Brasil um sentido racial, visto que o morticínio evidenciou as desigualdades e a precariedade da infraestrutura, enfatizadas pelo pouco comprometimento, neste caso nenhum, das autoridades públicas brasileiras.

O professor Josias Abdalla Duarte em seu texto **A Escrita da História nas mídias digitais: o caso das falsificações durante a Pandemia de 2020/22 no Brasil** procura refletir sobre o uso em larga escala, nos últimos anos, de linguagens ligeiras e popularizadas em redes sociais, e se estas são possíveis para a construção do conhecimento histórico. Duarte trata do caso das falsificações que tomam a História como referência. Tais práticas, tragicamente, ligam-se a atitudes e gestos autoritários que mantiveram-se ativos em nossa sociedade durante a Redemocratização. Duarte ressalta que esta prática e lógica autoritária se faz presente em amplo espectro político, da direita à esquerda.

Ricardo Matheus Benedicto em seu artigo **Reflexões Sobre os Desafios dos Amefricanos (as) do Brasil no período pós Pandemia: Genocídio e Racismo** faz uma análise das condições que permitiram ao governo – durante o flagelo causado pelo novo coronavírus – adotar uma política genocida ao invés de proteger a população dos males causados pela pandemia. Servindo-se de autores como Carlos Moore, Cheikh Anta Diop, Frances Cress Welsing e Vulindlela Wobogo o autor sustenta que, para compreender os motivos pelos quais a pandemia atingiu desproporcionalmente os afro-brasileiros e afro-brasileiras, é preciso compreender a supremacia branca e mentalidade genocida do ocidente.

A tradução da entrevista de Cheikh Anta Diop a Charles S. Finch permite ao público falante do português ter contato com as ideias do pensador senegalês no que diz respeito ao papel do Antigo Egito para o Renascimento Africano bem como o papel da raças ao longo do desenvolvimento histórico.

Por fim, a tradução realizada por Ana Carolina Noffke e Ricardo Matheus Benedicto do artigo do professor Robert Bernasconi **O Verdadeiro Kant Por Favor Levante-se: O Desafio do Iluminismo Racista Para o Estudo da História da Filosofia** expõe e crítica as estratégias utilizadas pela academia para ignorar ou minimizar o racismo de filósofos considerados fundamentais para a tradição ocidental.

Espero que esta apresentação instigue o prosseguimento na jornada que considero muito interessante!

**Boa leitura!**

***Ricardo Matheus Benedicto.***

Uma obra que contém as palavras “genocídio” e “racismo” no seu título deve ser observada sem os vícios da monocultura. Isso é ainda mais verdadeiro quando o debate estabelece uma conversa com um período do século XXI marcado pela crise sanitária gerada pela Covid-19, que nesse momento pede ainda mais atenção.

Sem dúvida, ao invés de resumir cada capítulo, ou ainda, argumentar em torno do eixo óbvio entre as seis intelectuais que falam em *Genocídio e Racismo: Desafios Para Reconstrução da Sociedade Brasileira no Período Pós-Pandemia*, daremos preferência a algo mais simples: o caráter emblemático da motivação do livro. O sistema-mundo, aqui entendido como o conjunto de mecanismos e dispositivos de organização das relações políticas e sociais desenvolvidas ao longo da história da humanidade, é marcado e constituído pela exclusão racial. O sistema-mundo se baseia na invisibilidade da branquitude. A falta de estranhamento do mundo branco como norma de humanidade está exposta em todas as crises. O entrecruzamento de genocídio, racismo e pós-pandemia podem trazer condições para inflexões em favor de uma análise crítica da sociedade brasileira, tanto do passado quanto das possibilidades de futuro.

O livro reúne textos para revisitar o passado, indicadores que contribuem para problematizar a naturalização da hierarquização das diferenças étnico-raciais, questionando as mais variadas formas de desigualdades estruturalmente vinculadas ao privilégio branco. Essa pode ser uma das alternativas mais consistentes para enfrentar a desautorização de discursos afrocentrados.

O sistema-mundo tem favorecido a produção de saberes e dispositivos estereis para compreender e intervir na reconstrução de uma sociedade brasileira antirracista. O sistema-mundo tem insistido em fantasias disparatadas, desfaçatez, cinismo e uma espécie de narcisismo avesso a qualquer tipo de objeção ou crítica para reelaboração. É contra essa hipervalorização do “universal” que torna trivial o assassinato em massa de gente negra que este livro se revolta. É contra a impossibilidade de pensarmos outro mundo que este livro foi organizado. Ora, não é natural que uma sociedade pratique cotidianamente crimes em que os agentes são sempre gente (branca) de bem “atirando em legítima defesa”. A violência do racismo canônico na história da filosofia ocidental funciona como rajadas de metralhadora na produção do pensamento crítico.

É contra essa violência que Ricardo Matheus Benedicto organizou um trabalho para intelectuais que desejam fazer um debate fértil de inflexões afrocentradas.

*Genocídio e Racismo: Desafios Para Reconstrução da Sociedade Brasileira no Período Pós-Pandemia* é um convite para repensarmos um futuro no qual ser branco deixe de ser norma de humanidade. Talvez, essas reflexões sejam uma boa hipótese para que a violência não seja a língua natal da nossa sociedade.

Renato Noguera

# As “pestes” na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX: a febre amarela e os negros

Maria Margarete Santos Benedicto<sup>1</sup>

---

## Resumo

No presente artigo analisamos as diversas epidemias de Febre Amarela que advieram no transcorrer da segunda metade do século XIX, na capital do Império. No âmago de nossa investigação estão o supremacismo branco e a ausência de ações dos gestores. A fonte documental que sedimenta nossa análise são as revistas ilustradas que circulavam no Rio de Janeiro com ilustrações aparentemente ingênuas e com precisão artística, porém, muitas vezes, de difícil compreensão por falta do devido contexto histórico. Essas revistas expõem representações e mensagens vigorosas e altamente nocivas, no caso de nosso trabalho, para a população negra, visto que a intelligentsia desejava, ainda que em uma fase embrionária, promover uma política de higienização e embranquecimento no Império tropical.

**Palavras-chave:** Império; Revistas Ilustradas; Epidemia de Febre Amarela; Racismo.

A excessiva e continuada importação de Africanos por contrabando, que além de nos inocularem física e moralmente toda a sorte de malefícios próprios dessa raça desgraçada, são aglomerados em pequenos e mal arejados depósitos; onde por falta de medidas higiênicas e de tratamento conveniente, enfermam de moléstias graves, que depois vão disseminar pelo centro (...). (LOBO, *Annaes de Medicina Brasiliense*, 1848, p. 254)

## 1. À guisa de introdução

Este artigo tem como objetivo analisar as epidemias de Febre Amarela que assolaram a capital do Império na segunda metade do século XIX. No cerne de nossa análise está o supremacismo branco e a ausência de ações dos gestores.

Os fatos foram analisados na perspectiva da agência dos povos africanos. Para Molefi Kete Asante, agência é a reorientação e o recentramento, de modo que a pessoa possa se reconhecer e operar como agente, e não como vítima ou dependente. Essa é uma perspectiva importante porque, como sabemos, a escravização moldou uma sociedade que estereotipou e estereotipa hábitos culturais e sociais que foram forjados desde que africanos, obrigados a embarcarem nos tumbeiros, tiveram uma existência marcada pela violência física e psicológica, pela submissão e pela desvalorização do ser enquanto humano. Em outras palavras, quando a agência não existe, “temos a condição de marginalidade – e sua pior forma é ser marginal de sua própria história” (ASANTE, 2009, p. 94-95).

---

<sup>1</sup> Graduada em História pela FFLCH-USP (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo) e Licenciatura Plena em História pela FE-USP (Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo). Mestre em Ciências: História Social pela FFLCH-USP (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo) e Doutora em Ciências: Área História Social pela FFLCH-USP (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7114919059851192>

Inicialmente, realizamos uma síntese sobre a febre amarela e como os negros e o tráfico negreiro foram culpabilizados pela entrada e disseminação da peste, na capital do Império. Dessa forma, teriam sido atrasadas as políticas de emancipação dos escravos e o incentivo à imigração de europeus para substituí-los e “higienizar” a capital do Império. A fonte documental para a nossa análise são as revistas ilustradas, precursoras, na segunda metade do século XIX, de uma imprensa irreverente, que através do humor expunha as notícias e/ou críticas à sociedade. As ilustrações reproduziam uma ação social localizada em um determinado contexto específico, que buscavam criticar, denunciar, acontecimentos importantes mais do que divertir. Assim, instrumentalizamos os estudos sobre a História Cultural do Humor, os quais não se concentram no porquê rimos, mas, sim, no contexto social e cultural em que o humor é produzido.

## 2. Uma breve síntese sobre a febre amarela

A segunda metade do século XIX foi marcada por ações de Estado que visavam transformações na estrutura do Império brasileiro. O ano de 1850 é um signo dessas transformações, tanto na estrutura escravista (Lei Eusébio de Queiroz) quanto na regulamentação da propriedade fundiária (Lei de Terras). Foi também na década de 1850 que a peste, a febre africana ou, simplesmente, febre amarela, assolou todas as províncias e, de maneira particular, a corte do Império, que era o maior e mais importante centro urbano. Seu caráter pouco seletivo não fez acepção de classes sociais, cor, sexo e idades.<sup>2</sup> Vários cientistas no mundo se debruçaram nos estudos e debates sobre febre amarela. No Brasil, apenas em 1885, o médico Filogônio Lopes Utinguassú<sup>3</sup> foi quem primeiro defendeu que a febre amarela se transmitia pelos mosquitos que picavam “os amarementos” e lhes sugavam o sangue. Infectados, estes mosquitos contaminavam a água que a população consumia. Por isso o médico ressaltou a necessidade da adoção de providências contra o vetor. De acordo com o Odair Franco, em *Febre amarela no Brasil*:

No Brasil, o Prof. Filogônio Lopes Utinguassú foi o primeiro a apresentar uma teoria sobre a transmissão da febre amarela pelo mosquito. Ele expôs na sessão de 27 de outubro de 1885, na Academia Imperial de Medicina. Disse que os mosquitos picavam os amarementos e lhes sugavam o sangue; depois estes mosquitos assim infectados iam frequentemente contaminar a água a ser bebida. E encareceu a adoção de providências contra o vetor. (FRANCO, 1969, p. 51)

<sup>2</sup> Os obituários dos jornais da época registraram várias notas de falecimento de membros da sociedade imperial, entre as quais destacamos a do senador Bernardo Pereira de Vasconcellos (MG). Em abril de 1850, ele realizou um discurso no Palácio Conde dos Arcos (RJ), no qual garantia que a doença não era tão perigosa e que chegou a duvidar se realmente seria a tão temida febre amarela. Duas semanas após o discurso morreu da enfermidade. Outros senadores também morreram de febre amarela: Visconde de Macaé (BA); Antônio Manuel Galvão (BA); José Thomaz Nabuco de Araújo (ES), avô de Joaquim Nabuco.

<sup>3</sup> Filogônio Lopes Utinguassú nasceu em 20 de dezembro de 1854 em Salvador (BA) e faleceu em 13 de março de 1898 na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Doutorou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro na qual defendeu a tese *Tratamento de Medicina nas Diversas Formas de Febres Perniciosas no Rio de Janeiro*. Foi eleito Membro Titular da Academia Nacional de Medicina em 1878 apresentando a memória intitulada *Da Terebentina, sua ação Fisiológica e Terapêutica*. Disponível em: <https://www.anm.org.br/filogonio-lobes-utinguassu/>. Acesso: 24 set. 2022.

Mas, apesar do alerta de Utinguassú, principalmente no que se refere à necessidade de combater o vetor, ele não obteve uma boa receptividade de seus pares, e, a cada dia que passava, a febre dizimava a população da capital do Império. É interessante notar que, quatro anos antes, em 1881, o médico cubano Carlos Finlay<sup>4</sup> publicou um trabalho sugerindo que o mosquito *Culex taeniatus*, hoje conhecido por *Aedes aegypti*, seria transmissor da febre amarela. Logo, não é descabido pensar que o professor, provavelmente, tenha tido acesso a obra.

Somente em 1900 o serviço de Saúde do Exército Americano se interessou pelo problema, devido à morte por febre amarela de mais de 200 soldados em Cuba (REZENDE, 2009, p. 224). Ele se utilizou das pesquisas realizadas por Finlay. Elaborou-se uma comissão chefiada pelo major médico Walter Reed (1851-1902), James Carroll (1854-1907) e Jesse Lazear (1886-1900), que iniciaram a experiência na Havana. Após várias tentativas malsucedidas, Carol começou a utilizar mosquitos contaminados com a febre amarela em suas pesquisas. Ao manipular tubos com mosquitos contaminados, acidentalmente Lazear deixou um deles escapar, e ele picou sua mão. Há uma versão romantizada, a qual diz que ele se autocontaminou. Mas o fato é que Lazear contraiu a doença cinco dias após a picada do mosquito e morreu uma semana depois, aos 34 anos de idade, vitimado de febre amarela. As experiências comprovaram em caráter definitivo que a febre amarela não é contagiosa e que sua transmissão ocorre através da picada do mosquito infectado pelo vírus (FRANCO, 1969, p. 60).<sup>5</sup> Somente no ano de 1937 o médico sul-africano Max Theiler<sup>6</sup> concluiu o desenvolvimento da vacina de febre amarela com uma versão atenuada do vírus, então já reconhecido como agente causador da doença.

---

<sup>4</sup> Para saber mais sobre o tema: FINLAY, C. E. *Carlos Finlay and yellow fever*. New York: Oxford University Press, 1940.

<sup>5</sup> Hoje sabemos que a **febre amarela** ocorre nas Américas do Sul e Central, além de em alguns países da África e é transmitida por mosquitos em áreas urbanas ou silvestres. Sua manifestação é idêntica em ambos os casos de transmissão, pois o vírus e a evolução clínica são os mesmos — a diferença está apenas nos transmissores. No ciclo silvestre, em áreas florestais, o vetor da **febre amarela** é principalmente o mosquito *Haemagogus*. No meio urbano, a transmissão se dá através do mosquito *A. aegypti* (o mesmo da dengue, zica e chikungunya). A infecção acontece quando uma pessoa que nunca contraiu a **febre amarela** ou tomou a **vacina** contra ela é picada por um mosquito infectado. Ao contrair a doença, a pessoa pode se tornar uma fonte de infecção. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/febre-amarela-sintomas-transmissao-e-prevencao>. Acesso: 24 set. 2022.

<sup>6</sup> Max Theiler nasceu 30 de janeiro de 1899 em Pretória (África do Sul) e faleceu em 11 de agosto de 1972 em New Haven (Estados Unidos). Em 1922, ingressou no Departamento de Medicina Tropical da Harvard Medical School. Na universidade, dedicou suas pesquisas à febre amarela. Em 1927, provou, com membros de sua equipe, que a causa da febre amarela não era uma bactéria, mas, sim, um vírus filtrável. Demonstrou como a doença poderia ser facilmente transmitida aos camundongos (antes os trabalhos experimentais em laboratório eram realizados com macacos). O uso de camundongos permitiu uma redução nos custos da pesquisa. Em 1930, ingressou na equipe de Divisão Internacional de Saúde da Fundação Rockefeller, que estava engajada em um amplo ataque ao problema da febre amarela. Theiler e sua equipe desenvolveram uma vacina segura e padronizada – 17D –, cuja vantagem era a pronta adaptabilidade à produção em massa. Em 1951, ganhou o Prêmio Nobel de Medicina por suas descobertas sobre a febre amarela e como combatê-la. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/medicine/1951/theiler/biographical/>. Acesso: 24 set. 2022.

Como qualquer outra epidemia, a febre amarela, além de ser um processo sanitário e biológico, é parte de um processo social e histórico. Por esse motivo, trabalharemos essa sociedade no contexto epidêmico através de análises de algumas ilustrações de revistas do período, das quais destacamos para esta seção: *O Mosquito*<sup>7</sup> (1869-1877) e *Revista Ilustrada*<sup>8</sup> (1876-1898).

O Segundo Reinado também ficou marcado, com relação aos impressos, pela considerável produção de periódicos ilustrados publicados, mais precisamente, em suas três últimas décadas. Segundo o historiador Elias Thomé Saliba, o século XIX “foi aquele que viu nascer as revistas humorísticas, estimuladas pelos avanços nas técnicas de impressão que possibilitaram o aumento nas tiragens e o consequente aumento do público leitor”<sup>9</sup> (SALIBA, 2002, p. 38).

Esses periódicos podem ser considerados precursores de uma imprensa irreverente, que através do humor expunha as notícias ou críticas à sociedade. A grande marca das revistas ilustradas foram os desenhos, que possuíam um traço preciso. No entanto, apesar da precisão artística, as ilustrações cômicas representavam situações políticas, econômicas e sociais do Império, como a epidemia de febre amarela.

### 3. O medo de amarelar

Os habitantes da cidade do Rio de Janeiro, tão “horrrível e tenebroso foi o quadro, e ainda mais horrrível e lutuoso o teatro, em que se representou esse drama de morte, no qual todos mais ou menos fizeram o seu papel de dor” (REGO, 1851, p. II), iniciaram uma discussão pelos possíveis motivos da febre amarela. Estas discussões acaloradas permearam as ruas, as colunas dos jornais diários e até mesmo o Parlamento. Eram atribuídos os mais diversos motivos: castigos divinos e punição dos pecados; eclipses do sol e da lua; falta de chuvas; o tráfico negro.

---

<sup>7</sup> *O Mosquito* possuía como objetivo beliscar, sutilmente, a humanidade. Enterrar mesmo o ferrão em certos preconceitos e alusões da nossa sociedade sem deixar calombo ou comichão. É essa a missão deste pequeno filho do Adão mosquital da criação. (19 de novembro de 1869).

<sup>8</sup> A *Revista Ilustrada* em sua primeira página traz os dizeres: O meu programa é o mais simples e pode ser resumido nestas poucas palavras: falar a verdade, sempre a verdade, ainda que por isso me caia um dente. Quem se zangar, fique certo de que perde o latim. Estão prevenidos? (01 de janeiro de 1876).

<sup>9</sup> São necessários alguns esclarecimentos sobre o “público leitor” existente no Brasil no período em questão. De acordo com o senso de 1876, em seu **item IX** sobre **Instrução**, a população livre recenseada que sabia ler era de 1.563.078 e os que não sabiam ler de 6.856.594. Portanto, o senso concluiu que, em mil pessoas livres, 185,65 eram alfabetizadas e 814,3 eram analfabetas completas. Porém, temos que considerar outras práticas culturais do período e a forma de veiculação do texto escrito via oralidade em ambientes não exclusivamente de letrados. Ver: Relatório e Trabalhos Estatísticos – Recenseamento de 1876, p. 19. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49656.pdf>. Acesso em: 21 set. 2022.

Um bom exemplo, de punição divina e das maledicências, dos vícios, do pecado da carne, é a *Conclusão da Sessão de 08 de março de 1850 da Assembleia Legislativa Provincial*,<sup>10</sup> publicada no Diário do Rio de Janeiro de 12 março de 1850. Em sua primeira página ela nos mostra a proposta do Sr. Candido Borges a respeito do direito divino:

(...) Quero mandar estas propostas a mesa porque tem por fim mostrar que a assembleia provincial não pode consentir que continue em tal abandono o culto divino na província do Rio de Janeiro. Creio que não há nenhum objeto mais urgente para assembleia provincial. (...) Senhores ouvi sempre dizer que quando Deus quer castigar a um povo, ou lhe manda a fome, ou a peste, ou a guerra. Felizmente não temos fome, mas a peste e a guerra estão conosco, e não se podia explicar isto por um castigo, e castigo que talvez nós bem merecemos? Que deveras nós merecemos? (Eu repito). O meio mais eficaz, o meio mais pronto, Sr. Presidente, de moralizar um povo, de fazê-lo caminhar nas regras do dever como no caminho de seu engrandecimento, é a observância da religião que ilumina. (...)

A Província do Rio de Janeiro se encontrava em meio a uma epidemia de febre amarela tão intensa e geral que, de acordo com o médico José Pereira do Rego, em seu livro *História e descrição da febre amarela epidêmica: que grassou o Rio de Janeiro em 1850*<sup>11</sup>, mostra-nos a compilação que realizou a partir dos registros dos hospitais, clínicas e enfermarias no pós epidemia. A estimativa é que, entre os anos 1849-1850, 266 mil habitantes já haviam contraído a febre amarela, e o número oficial de mortos foi de 4160. Mas os nobres deputados, como vimos, estavam preocupados em gastar verbas públicas com a fé em regime de urgência para acalmar a ira divina. A proposta foi aprovada pelos seus pares.

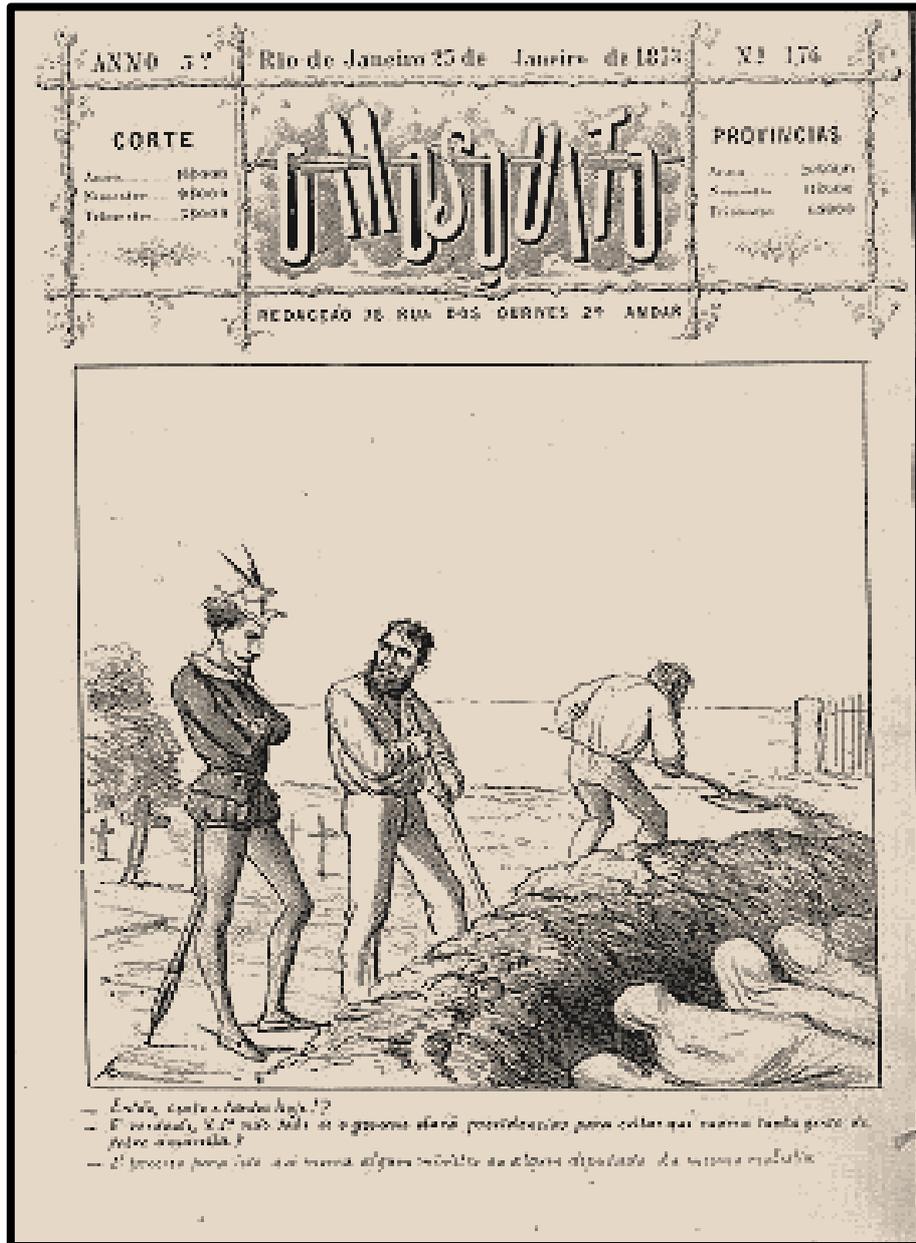
O crescimento populacional constante contribuía para o agravamento das condições sanitárias. Africanos escravizados continuavam a chegar em grande número, já acometidos de doenças no traslado insalubre do tráfico de que eram vitimados, e estrangeiros europeus também aportavam para tentar a vida em busca de novas oportunidades. Entre as décadas de 1850 e 1870, ocorreram novos surtos de febre amarela, e, no verão de 1873, os números de mortes elevados estampava a Capa de *O Mosquito*:<sup>12</sup>

<sup>10</sup> Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170\\_01&pagfis=34475](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pagfis=34475). Acesso: 23 set. 2022.

<sup>11</sup> Ver o capítulo “Da mortandade no Rio de Janeiro, e sua proporção relativamente ao número de atacados” (1851, p. 137-160).

<sup>12</sup> *O Mosquito* possuía como objetivo: “Beliscar, sutilmente, a humanidade. Enterrar mesmo o ferrão em certos preconceitos e alusões da nossa sociedade sem deixar calombo ou comichão, é essa a missão deste pequeno filho do Adão mosquital da criação” (19 de novembro de 1869).

Figura 1 – Cento e tantos hoje!?<sup>13</sup>



Fonte: O Mosquito, Ano 3, 1873, nº 176, Capa.

A capa nos mostra o personagem do periódico o “nobre mosquito” em um cemitério com o semblante sério e preocupado com a situação. Também traz dois coveiros para realizar os sepultamentos de centenas de pessoas em uma cova rasa e coletiva, sem familiares, nem amigos para a despedida final e/ou lamentar as mortes. Os corpos envoltos em lençóis brancos igualavam os defuntos, sem fisionomia, sem identidade e, essa uniformidade também nos faz concluir, sem importância para os gestores públicos.

<sup>13</sup> Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=709654&pesq=febre+amarela&pagfis=398>. Acesso: 25 set. 2002.

São só mais corpos de amarementos. “Imigrantes portugueses e negros – crioulos ou africanos; escravos vivendo sobre si, libertos e livres – dividiam democraticamente, mesmo que nem sempre de forma pacífica, os cortiços” (CHALHOUB, 2006, p. 89), mas agora também dividiam o mesmo pedaço de terra acometidos por pestes. O historiador continua sua análise: “quando o vômito preto retornava a cada verão, os imigrantes recém-chegados morriam em grande número, (...) enquanto a população negra morria em números ainda maiores de doenças como a tuberculose e a varíola (CHALHOUB, 2006, p. 89). O “nobre mosquito” indaga: - Então, cento e tantos hoje!? E um dos coveiros responde: - É verdade, V. S.<sup>a</sup> não sabe se o governo dará providências para evitar que morra tanta gente de febre amarela? O “nobre mosquito” responde: - É preciso para isto que morra algum ministro ou algum deputado da mesma moléstia. Fato, que como vimos na nota 3, já havia acontecido. Mas as autoridades públicas, “não estavam preparadas – ou não queriam? – sequer perceber, quanto mais priorizar e combater” (CHALHOUB, 2006, p. 89).

Em 1870, também chega ao fim a Guerra do Paraguai (1864-1870). A princípio, o Estado Imperial desonerou a participação de negros escravos e libertos do conflito, pois acreditava que a guerra iria ser curta e que os paraguaios cederiam em um embate mais significativo. Mas, como sempre, as expectativas iniciais não saíram conforme o planejado pelo Estado. Medeiros e Albuquerque, em sua autobiografia, relata que os batalhões negros na Guerra do Paraguai “se diziam voluntários, mas eram quase sempre recrutados a força”. A elite da corte se referia às tropas negras como “Voluntários da corda” ou “Voluntários a pau e corda” (MEDEIROS E ALBUQUERQUE, 1945, p. 112). Com a participação ativa de escravos na guerra, foi publicado o Decreto 3.725-A, de 06 de novembro de 1866,<sup>14</sup> o qual concedia liberdade gratuita aos escravos da nação designados para o serviço do exército. A partir da década de 1870, com o fim da Guerra do Paraguai, movimentos a favor da abolição começavam a pulular. Não podemos ignorar que, no início desta década, foram criados o Partido Republicano, a Sociedade de Libertação no Rio de Janeiro e a Sociedade Emancipadora do Elemento Servil. Também ocorreu a aprovação da Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, que em seu artigo 1º estabelece que: “os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre”.<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3725-a-6-novembro-1866-554505-publicacaooriginal-73127-pe.html>. Acesso em: 23 set. 2022.

<sup>15</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim2040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm). Acesso em: 24 set. 2022.

Como mencionamos acima, um dos possíveis motivos para explicar a chegada da febre amarela, no Brasil, foi o tráfico negreiro. Em seu primeiro editorial, datado de 6 de abril de 1849, *O Philantropo* (1849-1852) já explicitava o objetivo do periódico: “combater a escravidão doméstica entre nós, demonstrar seus negros males, e apresentar os mais seguros meios de extinguir e prevenir seus funestos resultados”. E continua: “as matérias se distribuirão em três partes: humanitária, científica e literária” (*O Philantropo*, nº 1, p. 1).<sup>16</sup> Sua defesa do fim da escravidão não significava que este periódico não fosse racista:

(...) **Uma população parasita, sem educação, imoral de costumes depravados, palavras obscenas maneiras sórdidas**, deve ter por força exercido uma influência imensa sobre a nossa Sociedade, que por força lhe tem sido nociva. Acabar brevemente com o tráfico, e ir pouco a pouco fazendo cessar a escravidão, eis o meio principal de acabar com ela e de melhorarmos (*O Philantropo*, nº 75, 06 de setembro de 1850, p. 2).<sup>17</sup>

Apesar de a política de branqueamento ter se concretizado anos depois, na década de 1870 já havia um projeto político de introduzir trabalhadores europeus para substituírem gradativamente a mão de obra escrava e “limpar” a nossa “sociedade” dessa “população parasita, sem educação e tão nociva”. Esse projeto foi prejudicado por muitos motivos, entre eles as consecutivas epidemias de febre amarela, que ocorriam, principalmente, no período de verão. Os estragos que a peste fazia nesses imigrantes europeus se tornaram um imenso empecilho para a “limpeza” almejada e alvejada. O anseio tímido pelo fim da escravidão e as transformações das relações de trabalho incidiram na reconstrução social das percepções da febre amarela (CHALHOUB, 2006, p. 92).

*O Mosquito* em 1873 também se mostrou incomodado com essa situação:

---

<sup>16</sup> Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=717991&pagfis=1>. Acesso: 24 set. 2022.

<sup>17</sup> Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=717991&pagfis=271>. Acesso: 24 set. 2022. Destaques nosso.

Figura 2 – O Ministro do Império e a febre amarela<sup>18</sup>



Fonte: Revista O Mosquito, Ano 5, 1876, nº 351, p. 4.

O título da ilustração é “O Ministro do Império e a febre amarela”; a legenda, “Deixemos falar quem fala...”. Do alto desta pirâmide, a Europa nos contempla.

Antes de analisarmos a ilustração, é preciso fazer um parêntese sobre quem era o Ministro Dr. José Bento da Cunha Figueiredo.<sup>19</sup> Um personagem no mínimo instigante, não era um político influente na Corte, mas possuía um recomendável círculo de amigos como: Nabuco de Araújo, Honório Hermeto e o Visconde de Camaragibe. Entre os anos de 1853 e 1856, o Dr. José Bento da Cunha Figueiredo presidiu a província de Pernambuco. No ano de 1855, a província desenvolveu a epidemia de cólera-morbo. Ao meio do caos sanitário, o médico e presidente da Comissão de Higiene Pública pernambucana, Dr. Joaquim de Aquino da Fonseca, enviou ao então Ministro dos Negócios do Império, Luiz Pereira Couto Ferraz, uma missiva de 52 páginas, datada de 23 de fevereiro de 1856, denunciando a gestão sanitária do presidente da Província de Pernambuco.

<sup>18</sup> Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=709654&Pesq=febre+amarela&pagfis=1404>. Acesso: 25 set. 2022.

<sup>19</sup> Nasceu em Vila da Barra do Rio São Francisco (PE) em 1808 e morreu no Rio de Janeiro (RJ) em 1891. Doutor em Direito pela Faculdade de Olinda foi Senador e Conselheiro de Estado, Diretor Geral da Instrução Pública da Corte e Grande Dignitário da Ordem da Rosa. Presidiu as Províncias de Alagoas (1849- 1853); Pernambuco (1853-1856); Minas Gerais (1861-1862); Pará (1868-1869). Foi Ministro dos Negócios do Império (1875-1877) e recebeu o título de Visconde por decreto em 13 de junho de 1888. Disponível em: <https://atom-mhn.museus.gov.br/index.php/jose-bento-da-cunha-figueiredo>. Acesso: 25 set. 2022.

A carta/relatório demonstra as dificuldades e obstáculos que as autoridades sanitárias enfrentavam não somente com relação à população, mas também das autoridades políticas, que, em teoria, deveriam apoiar as medidas sanitárias. A carta/relatório denunciava, entre outros fatos, a não valorização do Presidente Dr. Cunha Figueiredo à Comissão de Higiene Pública que o Dr. Fonseca presidia. Entre as vinte e quatro acusações destacamos:<sup>20</sup>

- Não respeitar a fiscalização de “farmácias e charlatanismo”, pois ignorava as multas aplicadas pela comissão, sendo que dois membros dessa comissão responsáveis pela fiscalização foram processados pelo proprietário da botica e acusados de causar prejuízos financeiros;
- A construção de um hospital voltado aos militares, no qual o presidente da Província pernambucana não consultou a Comissão de Higiene sobre o local da obra, escolhendo uma localidade cercada por habitações;
- Os festejos de 7 de setembro de 1855, a Comissão de Higiene afirmou que era melhor não realizar, pois o cólera agia epidemicamente em diversas províncias, mas, novamente, o presidente ignorou a comissão e no dia 09 de setembro fez marchar umas brigadas a tarde;
- Dr. Cunha Figueiredo também não respeitou a quarentena imposta pelo “Aviso Imperial de 02 de agosto de 1855”, decorrente do alastramento de casos de cólera pelos portos brasileiros. Um grupo de Deputados oriundos da Corte chegou no vapor, mas não queriam cumprir os dias de quarentena. Simplesmente, desapareceram do arquivo as peças oficiais relativas a quarentena;
- A celeuma maior do presidente da Província de Pernambuco ocorreu quando ele autorizou que escravos africanos atuassem como curandeiros que afirmavam terem descoberto remédio para o cólera. Logo, os africanos conseguiram a aceitação de negros (cativos e livres) e de uma parcela de brancos, entre os quais figurões locais e sacerdotes. Dr. Cunha Figueiredo permitiu a Pai Manoel andar de carruagem pelas ruas do Recife e escoltado por forças policiais, além de autorizar a tratar coléricos em hospitais oficiais, entre os quais o da Marinha. Dr. Aquino Fonseca, neste momento, deixou extrapolar todo o seu preconceito racial, afirmando que, “se o cólera fosse conhecido na costa da Guiné e aqui houvesse preto que soubesse curar, na Bahia, foco de pretos da Costa da África, não teria deixado de aparecer alguém que o conhecesse e soubesse curá-lo”.

---

<sup>20</sup> FONSECA, Joaquim de Aquino. Carta do Dr. Joaquim d’Aquino Fonseca ao Ministro dos Negócios do Império, Luiz Pedreira de Couto Ferraz. Recife, 23 fev. 1856. Notação IS4-25. Fundo Saúde Pública.

A carta/denúncia do Dr. Joaquim de Aquino da Fonseca foi lida, e o Ministro Luís Pedreira do Couto Ferraz encaminhou uma carta, datada de 08 de março de 1856,<sup>21</sup> solicitando explicações ao Dr. José Bento da Cunha Figueiredo. Nela, na condição de Ministro do Império, manifesta que não acreditava nas notícias que chegavam às suas mãos sobre os atos da presidência de Pernambuco durante a séria crise sanitária. “Saiba, pois, Vossa Excelência, que é acusado de ter praticado atos, que se forem reais, seriam injustificáveis”. E continua, com a afirmação de que o mais preocupante foi a sua autorização “a qualquer para curar, sem ter para isso as habilitações legais”, especialmente que um preto da Costa se apresentasse como curador de cólera, e impunemente tenha andado medicando”. De acordo com o Ministro, se verdadeira a acusação, seja qual “tenha sido para assim obrar, seu ato é insustentável”, e, concluía a carta, “guardo ansioso suas explicações”.

Não encontramos em nossas pesquisas a resposta do presidente da Província de Pernambuco, mas sabemos que em comemoração de seu aniversário em 02 de dezembro de 1858, Dom Pedro II distribuiu honrarias de “remuneração dos serviços prestados por ocasião da epidemia do cólera-morbo, nos anos de 1855 e 1856”,<sup>22</sup> e entre os agraciados não constava o nome do Dr. Joaquim de Aquino Fonseca, mas, sim, o do Dr. José Bento da Cunha Figueiredo, que recebeu da Ordem da Rosa o título de Grande Dignitário.

Retomando a nossa análise, a imagem nos mostra uma pirâmide de cadáveres amarelentos amontoados de origem europeia, pois a ilustração evidencia os traços fenotípicos e a brancura da pele desejada para a “sociedade higienizada” que se ambicionava. No cume está a morte representada por uma caveira, que em suas vestes traz escrito AMARELA, com uma foice em sua mão direita. Ao seu lado está o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Dr. José Bento da Cunha Figueiredo, trajado com o uniforme do exército imperial brasileiro e com uma expressão de indiferença ao que estava acontecendo ao seu redor – uma atuação muito semelhante à de quando presidia a Província de Pernambuco: ou seja, não conseguiu dar conta da epidemia em uma província, quanto mais nas pandemias existentes em todo império brasileiro. A morte se equilibra apoiada em seu braço direito. A ilustração também nos mostra outros imigrantes europeus com uma fisionomia de desespero e desalento, pois há pessoas ainda com um sopro de vida, ao lado da pirâmide, jogadas ao chão esperando a sua vez para compô-la.

---

<sup>21</sup> FERRAZ, Luís Pedreira do Couto. Carta de Luís Pedreira do Couto Ferraz a José Bento da Cunha Figueiredo. Rio de Janeiro, 8 mar. 1856. Doc. 33. Fundo Visconde do Bom Conselho.

<sup>22</sup> *Jornal do Commercio*, n. 331, suplemento, 2 dez. 1858, p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568\\_04&pagfis=13714](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_04&pagfis=13714). Acesso: 26 set. 2022.

A ilustração nos permite compreender os graves problemas sanitários do Rio de Janeiro e como era inoperante a gestão pública. O Dr. José Pereira Rego, Presidente da Junta Central de Higiene Pública denunciou no Relatório da Junta de Higiene Pública de 1874 a insalubridade da cidade:

As ruas, exceto algumas do centro comercial, não tinham grau de asseio compatível com os melhoramentos desta cidade e seu grau de população; as praias também pouco ou nenhuma limpeza tinham; as valas e riachos que servem aos esgotos dos lugares onde não está em execução o novo sistema, achavam-se obstruídas pelo lixo que lhes lançava a população respectiva; chiqueiros de porcos eram tolerados nos bairros menos centrais; os cortiços, por falta de fiscalização, não guardavam as condições de asseio precisas em estabelecimentos habitados por um grande número de pessoas em geral pouco cautelosas; finalmente, aterros com lixo eram executados no matadouro, nas praias e em algumas ruas, sem as cautelas necessárias... Esta ordem de cousas dava a esta cidade condições quase idênticas às em que se achou o Brasil em 1850. (REGO, 1874, p. 2)

O Rio de Janeiro, sim, possuía uma rede de esgoto desde antes da década de 1860; porém, esta abrangia somente bairros nobres, como o Catete e Glória. Em sua grande parte, a cidade não possuía infraestrutura higiênico-sanitária e os dejetos da “nobreza tropical”, assim como da população, eram lançados ao mar ou nas ruas.

As precárias condições sanitárias do Rio de Janeiro pouco mudaram entre as décadas de 1850, 1860 e 1870. Nestes períodos, a capital imperial conviveu com algumas doenças endêmicas, das quais destacamos varíola, febre amarela e cólera-morbo, todas com altos índices de mortalidade. Não demorou para a imprensa europeia alcunhar a cidade do Rio de Janeiro como “túmulo de estrangeiro”, título que atrapalhou e muito os planos de “limpeza social”, sendo essa “limpeza social” entendida como extermínio da população negra.

Desde a primeira grande epidemia de febre amarela, em 1850, os navios negreiros e, conseqüentemente, os africanos a bordo foram responsabilizados por trazer “moléstias epidêmicas e mortíferas”. O médico Pereira Rego propôs uma especial atenção à saúde pública nos *Annaes Brasilienses de Medicina*, mas também advertiu:

Nenhum de nossos médicos práticos deixara de convir, em presença dos fatos por todos conhecidos, que o tráfico de africanos nos traz não poucas moléstias epidêmicas e mais ou menos mortíferas; que as bexigas mais uma vez tem sido importadas da Costa da África; que as disenterias graves, as oftalmias epidêmicas e as sarnas, que as vezes grassam o Rio de Janeiro, não tem outra causa; por isso que começam a aparecer nas proximidades dos depósitos dos Africanos, e daí se vão estendendo com mais ou menos intensidade ao resto da população. (REGO, *Annaes Brasilienses de Medicina*, 1850, p. 29)

O infame comércio da carne preta foi considerado pela nobreza tropical como o grande responsável pela entrada de epidemias: como mencionamos na epígrafe, “essa raça desgraçada” inoculava “física e moralmente toda sorte de malefícios”. As ações proporcionadas pela escravidão estavam intrinsicamente ligadas às questões de políticas de saúde e higiene pública, bem como às questões sociais. Podemos entender, assim, que essas ações de combate e controle à febre amarela eram o processo embrionário do branqueamento da população negra, tanto no clareamento da pele quanto na assimilação cultural.

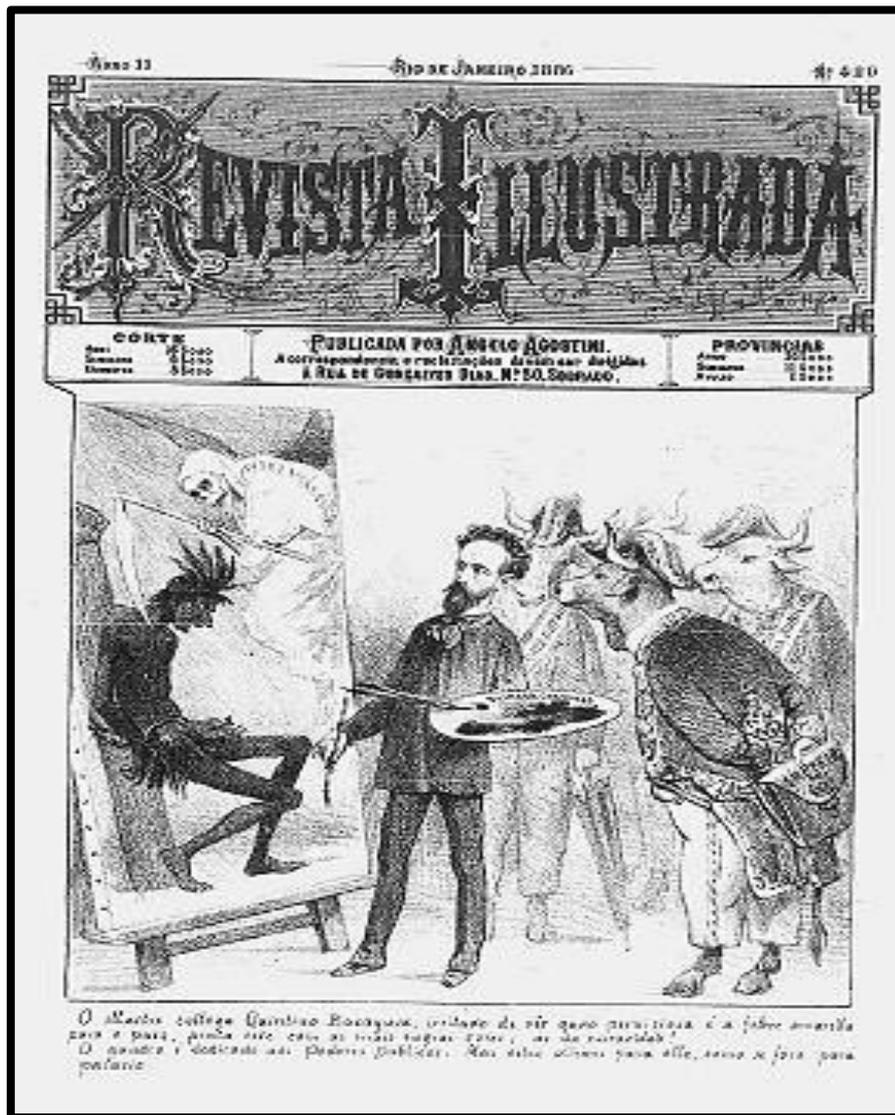
As autoridades, de fato, sonhavam com uma pirâmide de mortos negros, pois, ao mesmo tempo que “combatiam” a febre amarela, negligenciavam as doenças que aniquilavam essa população e/ou promoviam o seu genocídio. Rui Barbosa chegou a lamentar, explicitamente, a resistência da carne preta à febre amarela, definindo-a como “negreira e xenófoba”, que “atinge a existência na nação em sua medula”, pois era “um mal que só a raça negra logra imunidade” (BARBOSA, 1917, p. 35-36). O racismo visceral e virulento era promovido com o “auxílio” das “provações divinas” e com a “contribuição” das autoridades imperiais, que pregavam uma limpeza gradativa da sociedade, pois essa corrente imigratória contribuiria e muito para a depuração do sangue africano na “sociedade civilizada”.

A *Revista Illustrada* de 1886 abordou e atentou para o tema da febre amarela e escravidão. Também criticou a inoperância das autoridades médicas e gestoras para resolverem o flagelo que assolava a cidade “túmulo de estrangeiros”, contribuindo, dessa forma, com o discurso da *intelligentsia* imperial. A capa da revista trazia uma ilustração que foi dedicada “aos poderes públicos” – Junta Higienista, Câmara Municipal e o Império. Como figura central e pintor do quadro geral estava Quintino Antonio Ferreira de Souza (Quintino Bocaiuva),<sup>23</sup> escritor, teatrólogo, jornalista, republicano, que também se mostrou preocupado com alternativas para a mão de obra escrava. Foi um dos fundadores em 1886 da Sociedade Imperial de Imigração, cujo propósito da empresa era atrair para o trabalho na agricultura imigrantes norte-americanos, principalmente, sulistas descontentes com a derrota na guerra de Secessão:

---

<sup>23</sup> Nasceu no Rio de Janeiro (RJ) em 04 de dezembro de 1836. Estimulado pelo nativismo indigenista que seduzia os estudantes em 1853, substituiu o sobrenome paterno assumindo Bocaiúva, nome dado pelos indígenas a uma espécie de palmeira muito encontrada no Brasil. Quintino Bocaiúva faleceu em 11 de julho de 1912 no Rio de Janeiro (RJ). O bairro em que morava na freguesia de Inhaúma, foi batizado com seu nome. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BOCAIUVA,%20Quintino.pdf>. Acesso: 22 set. 2022.

Figura 3 - A mais negras cores: as da escravidão<sup>24</sup>



Fonte: Revista Ilustrada, Ano 11, 1886, nº 429, Capa.

A imagem nos mostra o editor-chefe do jornal *O Paiz* utilizando a sua pena para se contrapor ao império e combater a política imperial. Mas, na ilustração, surge como pintor de uma grande obra que retrata a epidemia de febre amarela. Em mão, Bocaiuva segurava uma paleta que, além da tinta preta, tinha trazia os dizeres *Delenda est Carthago*, que significa “Cartago deve ser destruída”, ou seja, o inimigo deve ser aniquilado.

<sup>24</sup> Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/332747/per332747\\_1886\\_00429.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/332747/per332747_1886_00429.pdf). Acesso: 05 ago. 2022.

O anjo da morte, vestido com uma túnica branca, traz os dizeres FEBRE AMARELA e segura a foice com as duas mãos. O outro tema representado é o da escravidão, e de forma intrigante. Vemos um índio açoitado pela febre amarela; porém, ao contrário das representações que circulavam nas ilustrações das revistas do período, ele era negro e estava amarrado a um tronco. Mais uma vez, o tema da febre amarela vem ligado a crítica da escravidão, por motivos óbvios: Quintino Bocaiuva também era simpatizante do saneamento social de extermínio ao negro, e a sua empresa e os imigrantes almejados falam por si.

Mas, para completar a sua obra, não se encontrava sozinho. Estava acompanhado de três bois, que representavam o Império, de acordo com o que estava escrito na pasta que segurava; a Junta de Higiene da Corte, pela faixa que vestia; e, por fim, a Câmara Municipal, também pela faixa que vestia. A contemplação está representada pela apatia do gado em relação às questões de urgência denunciadas em sua obra, que tinha como legenda: “O ilustre colega Quintino Bocaiuva, irritado de ver quão perniciososa é a febre amarela para o país, pinta este com as mais negras cores: as da escravidão!. O quadro é dedicado aos Poderes Públicos. Mas esses olham para ele como se olhassem para um palácio”.

Concluimos com um convite para refletir sobre as “ilustrações ingênuas” de precisão artística que provocam um riso constrangido e às vezes de difícil compreensão sem a devida leitura histórica. Esse tipo de ilustração traz mensagens vigorosas e altamente nocivas para as “carnes pretas amaldiçoadas” e coisificadas, que, na segunda metade do século XIX, atrapalhavam a política embrionária de higienização ambicionada pela *intelligentsia* imperial.

#### **4. Referências - Periódicos**

*Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro (Edição 8349)

*Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro (Edição 331)

*O Mosquito*. Rio de Janeiro (Edições: 176; 351)

*O Philantropo* (Edição 75)

*Revista Illustrada* (Edição 429)

#### **5. Bibliografia**

ASANTE, Molefi Kete. “Afrocentricidade: Notas sobre uma posição disciplinar”. In: Elisa L. Nascimento (Org.). *Afrocentricidade uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 93-110.

BARBOSA, Rui. *Discurso pronunciado na sessão cívica de 28 de maio de 1917, no Teatro Municipal*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1999.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERRAZ, Luís Pedreira do Couto. Carta de Luís Pedreira do Couto Ferraz a José Bento da Cunha Figueiredo. Rio de Janeiro, 8 mar. 1856. Doc. 33. Fundo Visconde do Bom Conselho. (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro).

FINLAY, C. E. *Carlos Finlay and yellow fever*. New York: Oxford University Press, 1940.

FONSECA, Joaquim de Aquino. Carta do Dr. Joaquim d'Aquino Fonseca ao Ministro dos Negócios do Império, Luiz Pedreira de Couto Ferraz. Recife, 23 fev. 1856. Notação IS4-25. Fundo Saúde Pública. (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro)

FRANCO, Odair. *História da febre amarela no Brasil*. Rio de Janeiro: GB, 1969.

LOBO, Roberto Jorge Haddock. *Reflexões acerca da mortalidade da cidade do Rio de Janeiro em todo o anno de 1847*. Annaes de Medicina Brasiliense, Vol. 3, nº. 10, 1848.

MEDEIROS E ALBUQUERQUE, *Quando Eu Era Vivo*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Livraria Globo, 1945.

REGO, José Pereira. *Algumas reflexões sobre o acréscimo progressivo da mortandade no Rio de Janeiro*. Annaes Brasilienses de Medicina, 6º ano, Vol. 6, nº 2, 1850.

REGO, José Pereira. *História e descrição da febre amarela epidêmica: que grassou o Rio de Janeiro em 1850*. Rio de Janeiro: Typographia de F. Paula Brito, 1851.

REGO, José Pereira. Relatório do Presidente da Junta Central de Higiene Pública. In: *Relatório apresentado à assembleia geral na 3ª sessão a 15ª legislatura*. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1874.

REZENDE, Joffre Marcondes de. *Á sombra do plátano: crônicas de história da medicina*. São Paulo: Editora UNIFESP, 2009.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso: a representação humorística na história brasileira – da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

# Abolição! República! Século XX! Variola! Exclusão de preto permanece...

Maria Margarete Santos Benedicto<sup>1</sup>

---

## Resumo

O presente artigo pretende apresentar uma análise da epidemia de Variola, ocorrida em 1904, que devastou a capital federal. O cerne de nossa investigação é o racismo latente nas (in)ações dos gestores. A fonte documental que embasa nossa análise são as charges das revistas humorísticas que circulavam no início do século XX no Rio de Janeiro; as quais reproduziam uma ação social localizada em um contexto específico e buscavam criticar, denunciar, acontecimentos importantes mais do que divertir. No entanto, reforçavam estereótipos e o racismo. Para a nossa análise, servimo-nos dos estudos sobre a História Cultural do Humor, visto que estes não se concentram na questão do porquê rimos, mas sim no contexto social e cultural no qual o humor é produzido. A História Cultural do Humor contribui para o nosso trabalho por inserir os negros num contexto social, cultural e também político, e as suas representações dialogam com esse contexto.

**Palavras-chave:** República; Política de branqueamento; Racismo; Epidemia de variola; Charge.

Que diferença de mundos! Na Grécia, a beleza; **aqui a deformidade**. Aquiles lá; **Quasimodo aqui**. (...). Estive uns dias no Rio. Que contra Grécia é o Rio! **O mulatismo dizem que traz dessoramento do caráter. Dizem que a mestiçagem liquefaz essa cristalização racial que é o caráter e dá uns produtos instáveis. Isso na moral – e no físico, que feiura!** Num desfile, à tarde, pela horrível rua Marechal Floriano, **da gente que volta para os subúrbios perpassam todas as degenerescências**, todas as formas e má formas humanas – todas, menos a normal. **Os negros da África, caçados a tiro e trazidos a força para a escravidão, vingaram-se do português da maneira mais terrível – amulatando-o e liquefazendo-o**, dando aquela coisa residual que vem dos subúrbios pela manhã e reflui para os subúrbios a tarde. E como vão apinhados como sardinhas e há um desastre por dia, metade daquela gente não tem braço ou não tem perna ou falta-lhes um dedo, ou mostram uma terrível cicatriz na cara. Que foi?' 'Desastre da Central'. (...)

Monteiro Lobato<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Graduada em História pela FFLCH-USP (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo) e Licenciatura Plena em História pela FE-USP (Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo). Mestre em Ciências: Área História Social pela FFLCH-USP (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo) e Doutora em Ciências: Área História Social pela FFLCH-USP (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7114919059851192>

<sup>2</sup> Carta de Monteiro Lobato a Godofredo Rangel, datada de 03/02/1908, na qual relatou suas impressões de viagem ao Rio de Janeiro. Encontra-se no livro: *A Barca de Gleyre*: Quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1944, p. 132. Os destaques são nossos.

## 1. Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar a epidemia de Varíola que devastou a capital federal no inverno de 1904. O cerne de nossa análise é o racismo latente nas (in)ações dos gestores.

Para Molefi Kete Asante, agência é a reorientação e o recentramento, de modo que a pessoa possa se reconhecer e operar como agente, e não como vítima ou dependente. A escravização moldou a sociedade brasileira, que estereotipou e estereotipa hábitos culturais e sociais forjados desde que africanos obrigados a embarcarem nos tumbeiros uma existência marcada pela violência física e psicológica, pela submissão e pela desvalorização do ser como humano. Ou seja, quando não existe a agência, “temos a condição de marginalidade – e sua pior forma é ser marginal de sua própria história” (ASANTE, 2009, p. 94-95).

No contexto da *belle époque*, trabalhamos com o processo de urbanização, higienização e expurgo dos negros libertos da agora capital da República. Em uma conjuntura marcada pelas diferenças étnicas, a não inserção social desses negros sem condição de moradias dignas, o não acesso ao trabalho livre assalariado e a educação, abateu na capital da república do Rio de Janeiro a epidemia de varíola em 1904. Isso aconteceu justamente quando surgiam as primeiras leis de fomento da vinda de estrangeiros europeus e, conseqüentemente, a política de branqueamento da nação tão almejada, que nada mais é que o extermínio do negro e de sua cultura. Dessa forma, a varíola “contribuiu” com as autoridades republicanas para uma pequena aceleração dessa política.

A fonte documental de nossa análise são as charges das revistas humorísticas que circulavam no início do século XX no Rio de Janeiro. As charges reproduzem uma ação social localizada em um contexto específico, buscavam e buscam criticar, denunciar, acontecimentos importantes mais do que divertir. Algumas, entretanto, também podem reforçar estereótipos e o racismo. Dessa forma, servimo-nos dos estudos sobre a História Cultural do Humor, pois esses não se concentram na questão do porquê rimos, mas, sim, no contexto social e cultural no qual o humor é produzido. Ele contribui para a nosso trabalho na medida em que insere os negros em um contexto social, cultural e também político, e as suas representações dialogam com esse contexto.

## 2. Contextualizando a *belle époque* carioca, mas nem tão bela assim...

O fim legal da escravidão chegou... O novo século que se aproximava acenava com mudanças que envolviam as perspectivas políticas, econômicas e sociais, afinal o Brasil caminhava para a civilização, estávamos vivendo no contexto da *belle époque*. A *belle époque* se caracterizou pelos avanços técnicos e científicos da segunda metade do XIX e se estendeu até a véspera da Primeira Guerra Mundial. A paisagem urbana se transformava com a substituição dos lampiões a gás, a energia elétrica, os bondes, os jornais diários, os telégrafos, telefones, cinematógrafos. A dinâmica das cidades se modificava dando lugar à experiência moderna, acelerada, ruidosa, com os carros, fábricas, bondes.

O Brasil, agora republicano, não ficou alheio desse processo de desestabilização, apesar de, no nosso caso, a *belle époque* ser pitoresca. Para o historiador Nicolau Sevcenko, “o próprio compasso frenético com que se definiram as mudanças sociais, políticas e econômicas nesse período concorreu para aceleração em escala sem precedentes do ritmo de vida da sociedade carioca” (SEVCENKO, 2003, p. 38). A capital do Império, que se tornou a capital da República, procurou seguir o fluxo intenso da modernidade, porém, não acompanhava em estrutura as demandas dos “novos tempos”:

As ruelas estreitas, recurvas e em declive, típicas de uma cidade colonial, dificultavam a conexão entre o terminal portuário, os troncos ferroviários e a rede de armazéns e estabelecimentos do comércio de atacado e varejo da cidade. As áreas pantanosas faziam da febre tifoide, do impaludismo, da varíola e da febre amarela endemias inextirpáveis. E o que era mais terrível: o medo das doenças, somado às suspeitas para com uma comunidade de mestiços em constante turbulência política, intimidava os europeus, que se mostravam então parcimoniosos e precavidos com seus capitais, braços e técnicas no momento em que era mais ávida a expectativa por eles (...). Era preciso findar com a imagem da cidade insalubre e insegura, com uma enorme população de gente rude plantada bem no seu âmago, vivendo no maior desconforto, imundice e promiscuidade (...). (SEVCENKO, 2003, p. 40-41)

Como vimos, a descrição do Rio de Janeiro, que era a cidade mais desenvolvida do país e servia de espelho para as demais cidades brasileiras, não condizia muito com as características explicitadas da *belle époque*. O calor não era, afinal, a sua única contradição com a *belle époque* europeia. Para o historiador José Murilo de Carvalho, entre as mudanças que ocorreram no Rio de Janeiro na passagem do século XIX para o XX, destacam-se: o gradual processo da abolição e as consequências desse fato, a saber, o aumento da mão de obra livre e o êxodo rural que resultou na conglomeração urbana; o aumento da imigração,

especialmente de portugueses<sup>3</sup>, levando a cidade a absorver cerca de 200 mil novos habitantes; o rápido crescimento populacional e o acúmulo de pessoas em ocupação mal remuneradas ou sem ocupação fixa (1991, p. 15-17).

*O Malho* nos mostra o processo de higienização e o incômodo com essa “canalhada”:

**Figura 1 – Bota Abaixo e Rua! Com a Canalhada!**<sup>4</sup>



**Fonte: O Malho, Ano IV, 1905, nº 127, p. 22**

A ilustração nos mostra em destaque o diálogo de dois senhores brancos, provavelmente, imigrantes europeus, pois não possuem fenótipo de negros e/ou de descendentes. Eles se apresentam mal trajados, e um deles, apesar do chapéu, está descalço. Ao lado, temos a cena de um cotidiano familiar: um homem vestindo camisa, a mulher segurando uma roupa e um menino deitado na cama, parecendo dormir. Há uma mesa com utensílios de cozinha, xícara, pratos empilhados, moringa e uma garrafa semelhante à de uma bebida alcoólica. Há, também, uma mesa de cabeceira com alguns objetos e uma vela. Mais ao fundo vemos uma parede demolida, o que restou da casa. O diálogo entre os dois senhores se desenrola assim: – Veja o senhor! Botam abaixo as nossas casas e não nos dão outras para morar. E os troços que fiquem no meio da rua!; – Meu caro! Eles querem uma cidade para inglês ver e daí, só constroem casas para gente rica... É bonito, mas é feroz. Onde falta juízo sobra iniquidade...; – E o que fazer agora?; – Espere que apareça um padre Gapone.<sup>5</sup>

<sup>3</sup> Os portugueses eram considerados não brancos, para uma parte dos discutidores e incentivadores da imigração europeia. Porém, para uma outra parte desses discutidores, apesar de “demonstrar que já era mestiço não deixava de ser a raça superior, aristocrática”. Ver: MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 56.

<sup>4</sup> Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116300&Pesq=%22bota%20a%20baixo%20e%20rua!%20com%20o%20canalha!%22&pagfis=4229>. Acesso: 27 set. 2022.

<sup>5</sup> Muito, provavelmente, está se referindo ao padre da Igreja Ortodoxa George Gapone, que em janeiro de 1905 organizou uma marcha até a residência do czar Nicolau II. O objetivo da marcha era entregar uma petição ao czar, na qual reivindicava melhores condições de vida para os operários das fábricas da cidade de São Petersburgo.

Os republicanos ansiavam pela modernidade, porém a tradição escravista e colonial impedia o desenvolvimento das liberdades civis. A capital federal passava pelo processo de demolição, mas seu alicerce estava definitivamente sedimentado em uma sociedade hierarquizada e excludente: “o que mais pesava nesse lastro eram as concepções do determinismo biológico e étnico, que por si mesmas, já acentuavam os estigmas de inferioridade das populações brasileiras”. (SALIBA, 2012, p. 240)

Essa ilustração deixa claro o objetivo da *intelligentsia* republicana declarando guerra aos cortiços e às demais habitações populares, tidas como redutos de “classes perigosa”:

(...) às classes perigosas ou potencialmente, perigosas de que se falava na primeira metade do século XIX. Eram ladrões, prostitutas, malandros, desertores do Exército, da Marinha e dos navios estrangeiros, ciganos, ambulantes, trapeiros, criados, serventes de repartições públicas, ratoeiros, recebedores de bondes, engraxates, carroceiros, floristas, bicheiros, jogadores, receptadores, pivetes (a palavra já existia). E, é claro, a figura tipicamente carioca do capoeira, cuja fama já se espalhara por todo o país e cujo número foi calculado em torno de 20 mil às vésperas da República. (CARVALHO, 1991, p. 18)

Sem mais delongas, a hegemonia do grupo social dominante não demorou a se consolidar e a exibir os seus resultados. O Rio de Janeiro passou pelo projeto “furor das picaretas regeneradoras”<sup>6</sup> e de “higienização” de forma frenética e já podia exaltar a “sua restauração”, como nos diz Olavo Bilac em umas de suas crônicas na *Kosmos* em janeiro de 1904: “a higiene, a beleza, a arte, o conforto já encontram quem lhes abra as portas desta terra, de onde andavam banidos, por um decreto da Indiferença e da Ignomínia coligadas”.<sup>7</sup>

Um dos primeiros símbolos civilizatórios a ser ostentado foi a inauguração da Avenida Central em 1905. Para a sua construção, o passado colonial foi literalmente destruído. Os casarões, as ruelas estreitas e fétidas, e, conseqüentemente, a população pobre, os escravos recém libertos e seus descendentes, que neste momento, eram os habituais frequentadores que se aglomeravam no Centro da cidade: todos foram afetados.

---

<sup>6</sup> Francisco de Paula Rodrigues Alves, desde seu programa de governo, assumiu o compromisso de saneamento e modernização. Eleito Presidente da República (1902-1906), colocou em prática a reforma urbana. Convidou para comandar essa reforma o engenheiro Francisco Pereira Passos (1836-1913), nomeando-o prefeito da capital com poderes discricionários, e o comando da saúde pública foi entregue a Oswaldo Cruz. As obras de maior vulto foram a modernização do porto e a construção das avenidas Central e do Mangue. O “bota abaixo” de Pereira Passos transformou radicalmente a fisionomia do centro do Rio de Janeiro. Em poucos anos, uma nova metrópole surgia dos escombros da velha cidade. Hábitos considerados incompatíveis com os preceitos de higiene pública foram proibidos. Novas redes de esgoto e de abastecimento de água foram construídas, assim como novas linhas de bonde, agora eletrificadas. A iluminação pública, antes fornecidas por lampiões a gás, começou a ser substituída por postes de eletricidade. Em suma, a cidade se expandia em todas as direções. Disponível em: <https://oswaldocruz.fiocruz.br/index.php/biografia/trajetoria-cientifica/na-diretoria-geral-de-saude-publica/reforma-pereira-passos>. Acesso: 27 set. 2022.

<sup>7</sup> Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=146420&pagfis=109>. Acesso: 27 set. 2022.

Não há quem ignore que, com as demolições e reconstruções que o aformoseamento da cidade exigiu, houve no Rio uma verdadeira “crise de habitação”. O número de casas habitáveis diminuiu em geral, porque a reconstrução é morosa. Além disso, diminuiu especialmente, e de modo notável o número de casas modestas, destinadas a moradia da gente pobre, – porque substituindo as ruas estreitas e humildes em que havia prédios pequenos e baratos, rasgaram-se ruas largas e suntuosas, em que se edificaram palacetes elegantes e caros. E que fizeram os proprietários dos casebres e dos cochicholos que as picaretas demolidoras pouparam? Viram na agonia da gente pobre uma boa fonte de renda e aumentaram o preço dos prédios. É uma crise completa e terrível: há poucas casas para os humildes, e essas poucas casas alugam-se por um preço que não é acessível ao que possuem os poucos favorecidos de fortuna (...).

(José Veríssimo)<sup>8</sup>

O conjunto destas transformações, somadas ao processo de abolição, provocou uma desestabilização social e cultural na sociedade da *belle époque* carioca. O ascendente ideal de civilidade convivia com a realidade de miséria, violência e injustiça social.<sup>9</sup>

### 3. “O Estado de fazenda”<sup>10</sup> – a epidemia de Varíola de 1904

A remodelação da capital federal não se resumiu ao “furor das picaretas regeneradoras”. Havia também a necessidade de reformular a saúde pública. Um dos primeiros atos na sua reforma foi a reorganização dos serviços da higiene administrativa da União, com o Decreto nº 1151, de 05 de janeiro de 1904, que em seu art. 1º determina:<sup>11</sup>

É reorganizada a Diretoria Geral de Saúde Pública, ficando sob sua competência além das atribuições atuais, tudo que no Distrito Federal diz respeito a higiene domiciliaria, polícia sanitária dos domicílios, lugares e logradouros públicos, tudo quanto se relacione a profilaxia geral e específica das moléstias e pôr em prática as atuais posturas municipais que se relacione a higiene.

<sup>8</sup> José Veríssimo. Crônica. *Kosmos*, Ano IV, nº 10, outubro de 1907.

<sup>9</sup> A partir de 1888 se iniciou uma “série de crises econômicas conjunturais”, com a “depressão da economia cafeeira aliada aos gastos vultosos das campanhas militares empreendidas no processo de consolidação do regime, até 1897”. Ocorreu também a “crise bancária de 1900 e a grande crise industrial-comercial de 1905 a 1906, esta última, aliada as transformações urbanas do período”. (SEVCENKO, 2003, p. 74) Uma das consequências dessa crise foi que as camadas mais pobres da sociedade, composta maioritariamente de negros, insatisfeita com os preços abusivos da alimentação, aluguel, convulsionava motins urbanos espontâneos e desornados, tendo como consequência um aumento ainda maior de uma tensão social.

<sup>10</sup> Ao analisar o Estado de Sítio decretado em 1904 durante a Revolta da Vacina pelo presidente Rodrigues Alves, Lima Barreto sugere que passe a ser chamado de “Estado de Fazenda”, pois “de sítio para fazenda, há sempre um acréscimo, pelo menos no número de escravos”. (BARRETO, 2001, p. 1124)

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1151-5-janeiro-1904-583460-publicacaooriginal-106278-pl.html>. Acesso: 26 set. 2022.

Esse decreto legitimava as autoridades governamentais com dispositivos legais de intervenção do Estado na saúde pública. A campanha sanitária teve início com a criação do Serviço de Profilaxia Específica da Febre Amarela em abril de 1903, sob o comando do Dr. Oswaldo Cruz. Em maio de 1903, Oswaldo Cruz foi nomeado chefe da Diretoria Geral de Saúde Pública, sedimentada nas bases militares. O Serviço de Profilaxia Específica da Febre Amarela utilizou de coação personificada nos mata-mosquitos que percorriam as ruas identificando e suprimindo os depósitos de larvas.

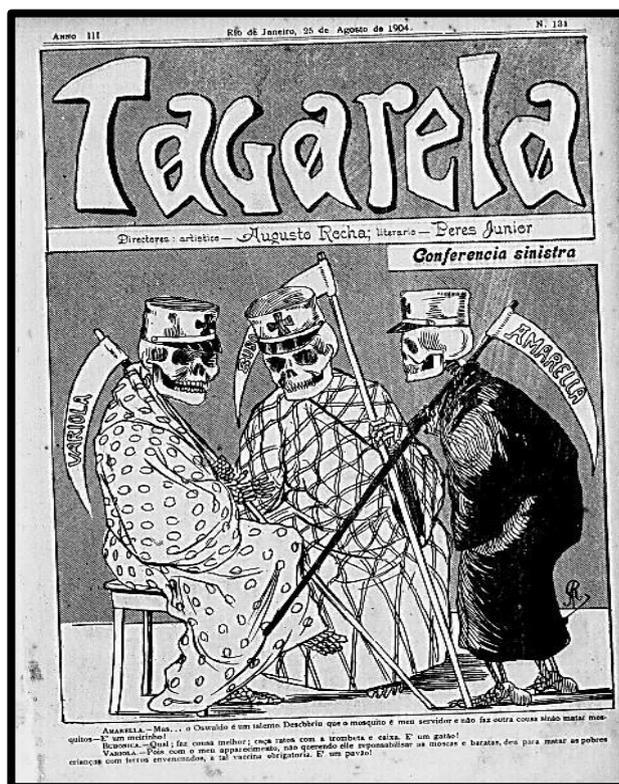
Neste mesmo Serviço havia o setor de isolamento e expurgo, o qual desinfetava as casas nas zonas de foco e providenciava tanto o isolamento domiciliar para os ricos quanto o isolamento hospitalar para os pobres. Também se ocuparam de desratizar a cidade. Nessas ações havia desde a intimação de proprietários de imóveis para que limpassem seus terrenos e removessem seus entulhos até a compra de ratos pelo Departamento de Saúde Pública. Ainda em 1903, o diretor da DGSP também defendeu um Projeto de Lei que reinstaurava a obrigatoriedade da vacinação e revacinação contra a varíola,<sup>12</sup> autorizando, inclusive, a vacinação domiciliar.

---

<sup>12</sup> A varíola causa febre alta, fadiga, dor nas costas e, às vezes, dor abdominal e vômito. Após dois a três dias, surgem manchas, principalmente no rosto e nas mãos, e, depois, no restante do corpo. As manchas se tornavam bolhas cheias de líquido e pus e, com o passar dos dias, se transformam em crostas. A doença no período era muito transmissível. O vírus passa de uma pessoa infectada para outra por contato, tosse, espirro, gotículas do nariz ou da boca. O contato com secreções e roupas de vestir e de cama contaminadas também contagia. Disponível em: <http://www.invivo.fiocruz.br/saude/variola>. Acesso: 01 ago. 2022.

Nesse momento, o projeto foi considerado controverso. A *Revista Tagarela*, por exemplo, em sua capa faz uma severa crítica às ações higienistas descritas acima com relação ao enfrentamento das epidemias:

**Figura 2 – Conferência Sinistra<sup>13</sup>**



**Fonte: Tagarela, Ano III, 1904, nº 131, Capa.**

Amarela: – Mas o Oswaldo é talento. Descobriu que o mosquito é o meu servidor e não faz outra coisa senão matar mosquitos. - É um meirinho!

Bubônica: – Qual, faz coisa melhor; caça ratos com a trombeta e caixa. É um gato!

Variola: – Pois com o meu aparecimento, não querendo ele responsabilizar as moscas e as baratas, deu para matar os pobres com ferros envenenados, a tal vacina obrigatória. É um pavão!

Podemos observar na ilustração que cada anjo da morte tem em mãos uma foice, identificada pelo nome da doença que causava e que, naquele momento, ceifa vidas: febre amarela, peste bubônica e varíola. Todos os anjos da morte usam na cabeça os chapéus dos sanitaristas. É uma representação do medo que assolava a sociedade, pela falta de informação dos órgãos competentes sobre suas ações e, principalmente, sobre a vacinação contra a varíola, pois se propagava pela cidade a notícia de que os sanitaristas, por meio da vacina, dizimariam a população pobre, que também era preta.

<sup>13</sup> Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/709689/per709689\\_1904\\_00131.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/709689/per709689_1904_00131.pdf). Acesso: 08 ago. 2002.

O “código de torturas”, como foi denominado, era um modelo de cultura científica e de estratégias de combates às epidemias, o qual promoveu tensões na sociedade carioca republicana. Os jornais do período proporcionaram vários debates, muitos em tons satíricos e ácidos, relacionados à atuação do Estado. Um bom exemplo é a coluna “Episódios da tortura higiênica”, publicada pelo jornal *Correio da Manhã, Resistencia Legal*,<sup>14</sup> que diz:

(...) Há dias, na Praia Formosa, andava um pobre chefe de família em sobressaltos: fora multado numa porção de dinheiro, dinheiro que não acaba mais, o suficiente para lhe dar de comer durante muitos anos. O homem não temia pelo dinheiro nem pela multa: o que o homem temia era a cadeia, porque o nosso Torquemada<sup>15</sup> da Inquisição Sanitária é turuna para esse casos. E o desgraçado que se dê por muito feliz se ele não lhe empurrar por cima um discurso do Dr. Alfredo do Nascimento<sup>16</sup>. O tal chefe da família fora multado por uma infinidade de coisas ao mesmo tempo; 1º) o vizinho tinha em casa a sogra com varíola; 2ª) a calha estava suja; 3ª) havia no quintal uma poça d’água com diversas larvas; 4ª) uma criança deixara fincado um bambu no meio do terreiro. Tudo isso somado dava alguns contos de réis. O homem ainda protestou, perguntando:

Mas, senhor doutor, onde estão estas larvas?

– Estão ali, naquela poça, naquele viveiro!

– Eu não as vi, sr. Doutor.

– Pois visse: um homem civilizado tem obrigação de conhecer as larvas, tem o dever de enxergar esse estado dos insetos. A larva é um inimigo feroz; deve ser aniquilado. Devemos nos resguardar de tudo. (Nesse ponto foi preciso deitar ciência para justificar a multa): manda o dever para com a coletividade que se abroquele fortemente a trilogia da vida, formada pelo coração, pelo pulmão e pelo cérebro, e o instinto de conservação ordena a impertérrita defesa desses escudos orgânicos que se chamam cerosas e cujos tipos principais são: o pericárdio, o peritônio e a pleura. O homem não pagou a multa, mas em compensação foi para o xadrez. Não há muito, foi isso de outra feita, um higienista entrou numa casa em S. Cristóvão disposto a vacinar, não só as pessoas da casa, como também as visitas. Na sala só havia senhoras e o nosso higienista foi logo tratando de tirar do bolso os ferros do suplicio, desenvolvendo sempre as suas teorias para provar a superioridade da vacina (...).

Não sairia dali sem ter inoculado o pus nos circunstantes ou nas circunstantes, como for melhor. Quando ele dava posição ao bisturi, entra pela sala um forte latagão e de braços abertos declara:

– Sr. doutor, aqui ninguém vacina, porque quem manda aqui sou eu.

O higienista olhou para um e outro lado, mediu bem a sua situação, verificou que estava só e... foi saindo de barriga.

E até hoje não apareceu a multa, não apareceu a vacina e muito menos o higienista.

<sup>14</sup> Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842\\_1904\\_01149.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1904_01149.pdf). Acesso: 28 set. 2022.

<sup>15</sup> Muito provavelmente é uma referência ao frade dominicano espanhol Tomás de Torquemada (1420- 1498) que ostentava a alcunha de o Grande Inquisidor. Inquisidor-Geral ficou conhecido por sua campanha contra os judeus e muçulmanos convertidos da Espanha.

<sup>16</sup> Dr. Alfredo do Nascimento e Silva (1866-1951), formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1888. Membro da Comissão médico-legista da Assistência Judiciária (1899), Membro do Conselho Consultivo da Liga Brasileira contra Tuberculose (1900) e seu Presidente em 1915. Foi eleito membro titular da Academia Nacional de Medicina em 1892 e tornou-se Membro Emérito em 1929. Apoiador das políticas públicas higienistas desenvolvidas pelo Dr. Oswaldo Cruz. Disponível em: <https://www.anm.org.br/alfredo-do-nascimento-e-silva/>. Acesso: 28 set. 2022.

O texto satírico e apócrifo se inicia chamando Oswaldo Cruz de inquisidor sanitário, comparando-o a um dos mais temíveis e questionáveis inquisidores, o frade Torquemada. De acordo com o autor, o “homem civilizado” era o que sabia reconhecer larvas, ou seja, que aceitava e apreciava não somente os métodos, mas também a política higienista. Segundo o autor do texto satírico, Edward Jenner (1749-1823), médico que criou a vacina da varíola, era visto por esses cientistas como divino, poderoso e infalível. Ele efetua uma forte crítica à forma como o Estado faz valer a aceitação desse modelo de ciência, isto é, pela força física e financeira, a multa para quem não cumprisse as regras e cadeia para os mais rebeldes opositores. A “República limpinha” excluía, ao invés de incluir: o problema negro era caso de polícia, e não de política.

Com a aprovação da Lei nº 1261, de 31 de outubro de 1904,<sup>17</sup> que tornava a vacinação obrigatória, não deixaram de circular notícias falsas sobre a vacina, fato que o historiador José Murilo de Carvalho denominou de “verdadeiro terrorismo ideológico” (1991, p. 98). Nessas notícias eram apontados inúmeros perigos para a saúde, tais como:<sup>18</sup> convulsões, gangrena, difteria, sífilis, epilepsia, meningite, entre outras. A lei também agregou diversos descontentamentos de grupos e objetivos muito dispares. Havia os antivacinas; militares e civis monarquistas que sonhavam restaurar o Império; os positivistas; sindicatos; militares e elites que faziam oposição ao Presidente Rodrigues Alves; setores da população urbana que compreendiam a vacinação como uma invasão da privacidade do lar e um ataque a moralidade da família, pois devido à agulha ser muito espessa havia a necessidade de mulheres e crianças a injeção ser aplicada nas nádegas.

Como já mencionamos, havia ainda a insatisfação com as reformas urbanas e o expurgo dos pobres, leia-se, negros do centro da capital. Ou seja, foi uma “revolta fragmentada de uma sociedade fragmentada” (CARVALHO, 1987, p. 138). Mas no nosso entendimento, ao contrário de Carvalho, havia uma única base nesta fragmentação e que a unia: o racismo. Era reprimir e expurgar para o mais longe possível os negros e seus descendentes, que se amontoavam nas ruas centrais, enfiando-as, que praticavam capoeira, as suas práticas de cura, a sua religião: era, enfim, embranquecer a capital federal também culturalmente.

---

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-1261-31-outubro-1904-584180-publicacaooriginal-106938-pl.html>. Acesso: 30 set. 2022.

<sup>18</sup> Ressalvamos que, com o avanço da Ciência, a vacinação praticada no período realmente era um método eficaz de propagação de outras doenças entre os lancetados, principalmente, a sífilis e a própria varíola. Tanto é que, nos dias atuais, as vacinas de pistola de pressão são proibidas e seringas e agulhas devem ser descartáveis, ou seja, utilizadas uma única vez.

Um bom exemplo dessa fragmentação alicerçada no racismo são as crônicas que João do Rio começou a publicar entre fevereiro e março de 1904 no jornal *Gazeta de Notícias*, crônicas sobre as religiões da cidade do Rio de Janeiro que no mesmo ano foram reunidas no livro *As religiões no Rio*. Em uma das crônicas o autor descreve o sacrifício de Obaluaiê, o “santo da varíola”:

(...) Diante dos **meus olhos de civilizado** passaram negros vestidos de Xangô, com calça de cor, saíote encarnado enfeitado de búzios e lantejoulas, avental, babadouro e gorro; e esses negros dançavam com Oxum, várias negras fantasiadas, de ventarolas de metal na mão esquerda e espadinha de pau na mão direita. Concorri para o sacrifício Obaluaiê e o santo da varíola, um negro de bigode preto com a roupa de polichinelo e uma touca branca orlada de urtigas. O santo agitava uma vassourinha, o seu xaxará, e todos nós em derredor do babalorixá **víamos morrer sem auxílio de faca, apenas por estrangulamento, uma bicharada que faria inveja ao Jardim Zoológico.**

(João do Rio, 1906, p. 28-29).<sup>19</sup>

A descrição do sacrifício está repleta de signos que subjagam a cultura africana, assim como infantilizam e demonizam a religião por ela praticada. Ao mirar seus “olhos de civilizado”, como vimos, João do Rio não economizou comentários racistas. Seu estudo sobre as religiões mais propagavam preconceitos e reforçavam estereótipos do que analisava os cultos, como indicava o título da obra. Fazia inclusive uma crítica velada ao sacrifício dos animais, “uma bicharada que faria inveja ao Jardim Zoológico”, a barbárie, o primitivismo das religiões de matriz africana.

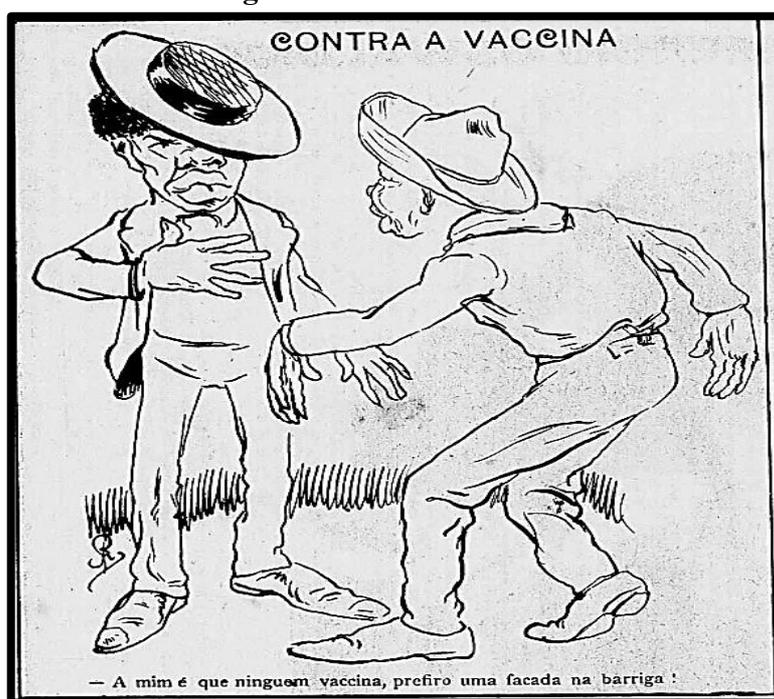
É importante ressaltar que João do Rio publicou essas reportagens sobre religião no *Gazeta de Notícias*, não por acaso em 1904, o mesmo ano da Revolta da Vacina (MAGALHÃES JÚNIOR, 1978, 33). Também nos chama a atenção que as ruas onde dizia que se concentravam os candomblés eram aquelas que concentravam os cortiços que foram demolidos no “bota abaixo” e eram próximas aos bairros da Gamboa e da Saúde, conhecidos redutos de pretos baianos e candomblés (MOURA, 1983, p. 57-70), bairros chamados de “Pequena África”.

---

<sup>19</sup> Os destaques são nossos.

Para Chalhoub, os intelectuais-médicos analisavam a “realidade” e faziam seus diagnósticos. Dessa forma, foi feito o diagnóstico de que os hábitos de moradias dos pobres seriam nocivos à sociedade (1996, p. 29), ou seja, os negros eram nocivos à sociedade, vamos afastá-los da área central da cidade: o higienismo à brasileira. Não podemos nos esquecer de que essa cientificidade encobria os discursos racialistas propagandeados pelos institutos históricos, faculdades de Direito e, principalmente, pelas faculdades de Medicina. As charges das revistas humorísticas do período não escapavam desse racismo “limpinho” e estampavam negros e seus descendentes contestando a vacina. Destacamos algumas da revista *Tagarela*<sup>20</sup> (1880-1881) / (1902-1905):

**Figura 3 – Contra a Vacina<sup>21</sup>**



**Fonte: Tagarela, Ano III, 1904, nº 01, p. 16.**

“Contra Vacina” mostra dois homens negros, ambos os personagens com lábios grossos, nariz largos. O da esquerda, apesar de ostentar um chapéu, mostra o cabelo crespo, vestido de paletó, camisa, calça, sapato. O segundo, à direita, está vestido com calça, camisa, sapato e chapéu, mas as suas vestes eram mais “simples”. A legenda traz os dizeres: “A mim ninguém vacina, prefiro uma facada na barriga”.

<sup>20</sup> Em sua primeira edição, datada de 01 de março de 1902, o seu cabeçalho definia: “Semanário crítico, humorístico, ilustrado e de propaganda comercial”. E o primeiro editorial: “(...) A apatia lavra no nosso povo, e o nosso pobre povo precisa rir, rir, às escancaras; e um quarto de hora de bom humor disfarça e minora toda essa carrancuda máscara de todos os dias cheia de vicissitudes e de mágoas. Programa para que programa? – O riso é o raciocínio.” Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/709689/per709689\\_1902\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/709689/per709689_1902_00001.pdf). Acesso: 27 set. 2022.

<sup>21</sup> Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/709689/per709689\\_1904\\_00128.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/709689/per709689_1904_00128.pdf). Acesso: 28 set. 2022.

Despertando sentimento de contrariedade com a república civilizadora, higienista, que os limpava de seus próprios lares, o Estado acende o pavio de uma bomba que estava há algum tempo preparada para explodir, a obrigatoriedade da vacina. Vamos lutar contra a vacinação obrigatória, mesmo que tenhamos que levar uma facada. A agulha da vacina representava essa facada.

Figura 4 – Os desinfetadores<sup>22</sup>



Fonte: Tagarela, Ano III, 1904, nº 133, p. 25.

A charge “Os desinfetadores” literalmente apresenta a vacina como uma navalha que está nas mãos da personagem. Um homem negro abaixado, com os joelhos esticados com um “alvo” em suas nádegas, veste calça de giz, camisa, paletó, gravata, chapéu e sapatos. A legenda nos diz: “Eles que venham que também cá tenho a minha seringa para recebê-los”. Ou seja, estou preparado para lutar contra a vacina. A população que se concentrava às margens da sociedade e nos subúrbios, o “residual”, não tinha mais nada a perder, mas poderia lutar para não perder o pouco que restou.

<sup>22</sup> Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/709689/per709689\\_1904\\_00133.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/709689/per709689_1904_00133.pdf). Acesso: 28 set. 2022.

O racismo sedimentou toda a reforma higienista urbana e de saúde pública do governo Rodrigues Alves e o uso das forças militares para repressão e de recursos autoritários das autoridades sanitárias instrumentalizaram e legitimaram o estigma social que estava ligado diretamente ao negro: a sujeira, pobreza e criminalidade.

**Figura 5 – Vacinadores<sup>23</sup>**



**Fonte: Tagarela, Ano III, 1904, nº 137, p. 25.**

“Vacinadores” simboliza o capoeira. Há dois homens mestiços, já fruto do branqueamento da pele. O da esquerda veste calça de giz, camiseta, paletó e sapato; o da direita ostenta um bigode bem penteado, veste calça, camiseta, paletó e sapato, a perna esquerda estirada e a direita levemente curvada. A legenda: – O que é isso homem? Não te ponhas a perder.; – Estou a ensaiar uma rasteira para passar nos vacinadores quando me vierem... forçar. Rasteira é um típico golpe da capoeira, desequilibrante, aplicado com o pé varrendo a perna de apoio do adversário.

A República regulou a atividade do capoeira pelo Decreto 847 de 11 de outubro de 1890,<sup>24</sup> que torna vigente o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. Em seu Capítulo XIII, destacamos os artigos 402, 403, 404:

<sup>23</sup> Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/709689/per709689\\_1904\\_00137.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/709689/per709689_1904_00137.pdf). Acesso: 28 set. 2022.

<sup>24</sup> Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 29 set. 2022.

## DOS VADIOS E CAPOEIRAS

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal:

Pena - de prisão celular por dois a seis meses.

Parágrafo único. É considerado circunstância agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta.

Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro.

Art. 403. No caso de reincidência, será aplicada ao capoeira, no grau máximo, a pena do art. 400. [3 anos]

Parágrafo único. Se for estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena.

Art. 404. Se nesses exercícios de capoeiragem perpetrar homicídio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor público e particular, perturbar a ordem, a tranquilidade ou segurança pública, ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas cominadas para tais crimes.

A indagação manifesta preocupação: “O que é isso homem? Não te ponhas a perder.” Como vemos, fazia muito sentido a preocupação da personagem. Além de ser preso, seria preso por algumas violações penais.

Os signos que envolvem a República “limpinha”, mesmo com o esforço dos higienistas, com seu discurso científico, tentavam jogar a sujeira do racismo para debaixo do tapete com o elogio ao progresso, não conseguiram encobrir a desigualdade, a injustiça, a arrogância, a violência, inclusive policial, exercida em nome de uma suposta civilização.

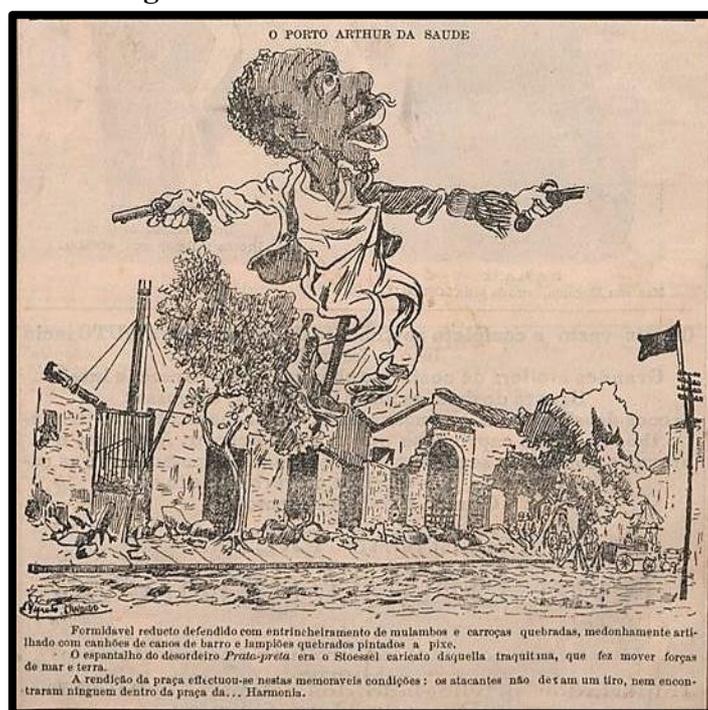
Em ambas as charges, os negros e seus descendentes já passaram pelo processo de higienização ou branquificação. Mas não deixaram de ressaltar os traços de suas origens, o cabelo crespo, os narizes largos, os lábios grossos, o não domínio da língua portuguesa, o malandro com a sua navalha e o capoeirista, que eram perseguidos diuturnamente pela polícia. Apesar de a revista se manifestar contra o que considera abusos do governo, as charges se utilizaram do negro e de suas heranças fenotípicas e cultural para expressar essa indignação. E, de certa forma, sublinha-as afirmando que até os não qualificados, os não cultos, os deslinguados, os ignorantes eram contra a vacinação obrigatória da varíola.

A Revolta da Vacina enfim eclodiu... Perdurou por uma semana. A primeira eclosão se iniciou em 10 de novembro de 1904, mas as os combates se acirraram entre os dias 14 e 15 de novembro do mesmo ano. Milhares de pessoas saíram as ruas e enfrentaram a força de polícia, do exército, da marinha e até mesmo do corpo de bombeiros. Os rebelados viraram e incendiaram carroças, bondes, lojas saqueadas. A iluminação pública, que já era pouca, foi destruída. Segundo Chalhoub “o saldo da refrega foram 23 mortos, dezenas de feridos quase mil presos, sendo que centenas destes enfrentariam um breve estágio na ilha

das Cobras e depois seguiriam viagem para o Acre” (1996, p. 97). O governo aproveitou a situação e realizou mais uma limpeza, prendeu o que denominava de “malandros”, leia-se capoeiristas, cafetões, prostitutas, “vadios”, mendigos e/ou moradores de rua, leia-se negros, que foram retirados de suas casas.

Entre os capoeiras encontrava-se Horácio José da Silva, o Prata Preta.<sup>25</sup> Com a represália crescente, ao ser deflagrada a revolta, não era muito aconselhável pelo bom senso um negro suburbano circular pela cidade. Mas Prata Preta, o capoeirista, ousou... Liderou milhares de trabalhadores com barricadas na Saúde, bairro cujas habitações eram coletivas e precárias e onde também surgiram as primeiras favelas, como o morro da Providência. Entre os seus liderados estavam trabalhadores brancos, imigrantes pobres, mal remunerados, que substituíram a mão de obra escrava após a abolição da escravidão.

**Figura 6 – O Porto Arthur da Saúde<sup>26</sup>**



**Fonte: O Malho, Ano III, 1904, nº 115 p. 16.**

Legenda:

Formidável reduto defendido com entrincheiramento de molambos e carroças quebradas, medonhamente artilhado com canhões de canos de barro e lampiões quebrados pintados a pixe. E espantinho do desordeiro Prata Preta era o Stoessel caricato daquela traquitana, que fez mover forças de mar e terra.

A rendição da praça efectuou-se nessa memoráveis condições: os atacantes não deram um tiro, nem encontraram ninguém dentro da praça da... Harmonia.

<sup>25</sup> Não conseguimos em nossa pesquisa localizar dados pessoais, como local e data de nascimento e de morte, de Horácio José da Silva.

<sup>26</sup> Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116300&pagfis=3725>. Acesso: 02 ago. 2022.

“O Porto Arthur<sup>27</sup> da Saúde” representa o Prata Preta como uma bandeira/estandarte. Há um mastro enfiado na altura do seu abdômen e suas vestes tremulam como uma bandeira. Os traços negroides são destacados e reforçados, com os braços abertos em forma de cruz e as mãos com luvas, pois se apresentam brancas. Ambas seguram revólveres. Como pano de fundo, casas destroçadas e corpos abatidos jogados ao chão, muito provavelmente, corpos da cor preta, assim como os dois sentados à direita, no canto, escoltados por militares. O calçamento de todo o bairro foi removido pelos trincheirados liderados pelo negro capoeira, para dificultar o acesso. A legenda os chama de “molambos medonhamente artilhado”, reforçando o estereótipo já explorado pelas ações higienistas.

Lima Barreto também descreveu a revolta em seu “Diário Íntimo” e se mostrou solidário com os revoltosos.

Essa mazorca teve grandes vantagens: 1) demonstrar que o Rio de Janeiro pode ter opinião e defendê-la com armas na mão; 2) diminuir um pouco o fetichismo da farda; 3) desmoralizar a Escola Militar. Pela primeira vez, eu vi entre nós não se ter medo de homem fardado. O povo como os astecas ao tempo Cortez, se convenceu de que eles também eram mortais. (BARRETO, 2001, p. 1122)

O autor faz uma análise crítica das atrocidades propiciadas pelo Estado, percebendo-se como um homem negro suburbano em uma República que despreza a sua herança e a sua cultura africana, ou seja, a sua ancestralidade. Um funcionário público em um Estado burocrático e movido por apadrinhamentos políticos, pretendia-se escritor onde poucos alcançavam a fama e tantos outros, principalmente negros como ele, eram condenados ao limbo e ostracismo. Só após a sua morte foi recuperado pela Literatura e História.

Prata Preta se notabilizou pela sua bravura. Lutou até ser abatido pelos soldados. De acordo com a imprensa da época, foram necessários cinco homens da polícia e do Exército para prendê-lo. Mas, como outras tantas personagens negras da nossa história, não sabemos o seu destino após ele ser enviado para o Acre.

---

<sup>27</sup> O título faz referência à batalha de Porto Arthur, em 27 de janeiro de 1904, na qual a esquadra russa foi atacada e destruída pelos japoneses que originou a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) por disputa territorial.

A lei de obrigatoriedade da vacinação foi revogada em 16 de novembro e foi decretado estado de sítio no Rio de Janeiro. Nesse mesmo dia Rui Barbosa realizou um discurso no Senado:

(...) A lei da vacina obrigatória é uma lei morta. (...)

A vacina, porém, não é inofensiva. **Há pelo menos a este respeito as dúvidas mais graves.** Logo, não tem nome, na categoria de crimes do poder, a temeridade, a violência, a tirania, a que ele se aventura expondo-se voluntariamente, obstinadamente, **a me envenenar, com introdução, no meu sangue, de um vírus cuja influência existem os mais bem fundados receios de que seja condutora da moléstia, ou da morte.**

O Estado mata em nome da lei, os grandes criminosos. Mas não pode, em nome da saúde pública impor o suicídio aos inocentes. (...)

A lei só me poderia forçar a vacina, em nome da utilidade geral, **se a vacina fosse indubitavelmente inócua e indubitavelmente benfazeja.** É benéfica a vacina ao vacinado? É sequer inócua? Só a ciência saberia decidir. Mas, a ciência aqui se divide em duas opiniões: a que encarece excelência da vacina e a que condena como pernicioso. E, **no antagonismo desta cisão entre os cientistas, é a assembleias políticas, ou os tribunais judiciários, que tocará a desempatar?** Bem vedes que não pode ser. (...)

**Justa é a resistência popular,** a reação revolucionária, **toda a vez que esgotados os argumentos legais,** os meios constitucionais, cerradas todas as válvulas de respiro a liberdade, **já se não ofereça aos que defendem outro recurso além do apelo as armas,** a força, ao combate em todos os campos contra o arbítrio dominante, única razão das leis ditadas por um governo alheio ao dever, a humanidade e ao senso comum. (...)

A lei pode educar os sentimentos populares, encaminhá-los, modificá-los; mas não pode levar de roço. A lei, a qual se alvitrou e votou as duas Câmaras, tinha de arrostar invencíveis resistências, por não haver atendido a essa consideração fundamental em seu legislar, como no administrar. Saiu por isso inexecutável. A prova está em que apenas adotada, assumiu o governo compromisso de espantá-la de todas as asperezas no regulamento. (...) (BARBOSA, 1904, p.1)<sup>28</sup>

Rui Barbosa tinha severas dúvidas sobre a eficácia da vacina, e não desejava que seu sangue fosse envenenado. Apresentou-se contrário a que as assembleias políticas e os tribunais judiciários legislassem sobre as divergências dos cientistas. Achou justa a manifestação, apesar de não propor nenhuma legislação e/ou ação para ajudar os presos da revolta, por motivos óbvios: eram negros. Afinal, há males que vêm para o bem. Também por isso defendeu a utilização das armas quando esgotados os argumentos legais pois não se tem mais recursos.

O Estado republicano, que se apresentava cômico, possuía os mesmos miasmas autoritários do Império, agora legitimados pela Ciência. As ações sanitárias pretendiam higienizar, modelar, civilizar... afinal, um cidadão civilizado reconheceria uma larva.

---

<sup>28</sup> BARBOSA, Rui. Discurso na Sessão do Senado em 16 de novembro de 1904. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830380&Pesq=%27Duvidosa%27%20pende%20ainda%20a%20verdade%20cient%3%adfica.&pagfis=11395>. Acesso: 28 set. 2022. Os destaques são nossos.

Mas, para colocar em prática os objetivos higienistas de progresso, foi preciso destruir tradições, segregar e excluir os negros indesejáveis às margens, estigmatizando-os em um “mulatismo revanchista”.

Em 1907, Oswaldo Cruz foi condecorado em Berlim (Alemanha). Recebeu medalha de ouro pelas campanhas de saneamento que coordenou no Rio de Janeiro. É interessante que o país que lhe concedeu a honraria, alguns anos depois, exterminaria parte da sua população em nome de uma limpeza racial, que legitimava um Estado supremacista branco.

#### 4. Referências - Periódicos

*A Notícia*. Rio de Janeiro (Edição 292)  
*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro (Edição 1149)  
*Kosmos*. Rio de Janeiro (Edições 03; 10)  
*O Malho*. Rio de Janeiro (Edição 127)  
*Tagarela*. Rio de Janeiro (Edições: 01; 115;128, 131; 133;137)

#### 5. Bibliografia

ASANTE, Molefi Kete. “Afrocentricidade: Notas sobre uma posição disciplinar”. In: Elisa L. Nascimento (Org.). *Afrocentricidade uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 93-110.

BARBOSA, Rui. *Discurso pronunciado na sessão cívica de 28 de maio de 1917, no Teatro Municipal*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1999.

BARRETO, Paulo (João do Rio). *As religiões no Rio*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1906.

CARVALHO, José Mutilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIMA, Barreto. *Diário íntimo*. In: Prosa seleta. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001.

LOBATO, José Monteiro. *A barca de Gleyre: Quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1944.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *A vida vertiginosa de João do Rio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MOURA, Roberto. A pequena África e o reduto de Tia Ciata. In: *Tia Chiata e a pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1983.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SALIBA, Elias Thomé. Cultura / As apostas na república. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). Vol. 3: *A abertura para o mundo: 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 239-294.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

# A pandemia de COVID 19 no Brasil e o presidente aloprado<sup>1</sup>

Em sua relação com os negros, os europeus (brancos) se comportam como psicopatas. O psicopata é um indivíduo que, constantemente, está em conflito com outras pessoas ou grupos. Ele não tem sentimento de culpa, é completamente egoísta e insensível e tem total desrespeito pelos direitos dos outros.

Bobby E. Wright<sup>2</sup>

Maria Margarete Santos Benedicto<sup>3</sup>

---

## Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a pandemia de COVID-19 que ocorreu no Brasil durante o governo de Jair Messias Bolsonaro entre os anos de 2020-2022. Trabalhamos o contexto político, sanitário e social para compreendermos as inações das políticas de saúde pública que afetou mortalmente a população negra. O novo coronavírus adquiriu no Brasil um sentido racial, pois a pandemia nos evidenciou as desigualdades e a precariedade da infraestrutura, enfatizadas pelo pouco comprometimento, ou total descompromisso, das autoridades públicas brasileiras. As fontes documentais utilizadas são reportagens dos órgãos da imprensa profissional, documentos oficiais disponibilizados, por exemplo, pela Fundação Oswaldo Cruz e o Instituto Butantã. As charges que utilizamos circulavam em jornais, sites, instagram, facebook, blogs, entre outros.

**Palavras-chave:** Governo Bolsonaro; Necropolítica; COVID-19; Racismo.

---

<sup>1</sup> Faltavam 20 dias para o primeiro turno da eleição, o então Presidente da República, em entrevista a um pool de podcasts evangélico, afirmou sobre o período mais difícil da pandemia: “Eu dei uma aloprada. Os caras [imprensa] batiam na tecla o tempo e queriam me tirar do sério”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/09/12/bolsonaro-pool-podcasts.htm>. Acesso: 15 set. 2022.

<sup>2</sup> WRIGHT, Bobby Eugene. The psychopathic racial personality and other essays. Chicago: Third World Press, 1984, p. 2.

<sup>3</sup> Graduada em História pela FFLCH-USP (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo) e Licenciatura Plena em História pela FE-USP (Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo). Mestre em Ciências: Área História Social pela FFLCH-USP (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo) e Doutora em Ciências: Área História Social pela FFLCH-USP (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7114919059851192>

## **1. Uma introdução cronológica e explicativa**

Nos dois primeiros artigos, analisamos as epidemias de Febre Amarela na segunda metade do século XIX e de Varíola no ano de 1904. Cada uma com as suas circunstâncias, singularidades e tensionamentos, elas nos ajudaram a nos debruçarmos sobre contextos que contribuem para a compreensão da pandemia de COVID-19, no intuito de analisar os espaços decisórios das políticas públicas, assim como, as respostas da sociedade aos debates de política pública.

Como vimos, as representações das epidemias não se resumiam ao universo individual. Elas ganhavam sentido quando o indivíduo acometido pela doença a externalizava, e eram organizadas pelos conhecimentos científicos e terapêuticos disponíveis. Dessa forma, as políticas públicas de combate às patologias são tensionadas por aspectos sociais, econômicos e culturais do coletivo, e correspondem às necessidades, percepções e valores do contexto em que este coletivo está inserido (MARQUES; RIBEIRO; MOTA, 2021, p. 231-232). Isso significa que, em uma situação de epidemia, o problema nunca é individual, e sim de todos e de todas as instâncias da sociedade.

Em nossa análise o coletivo está inserido no final do ano de 2019, em um mundo globalizado, com alto desenvolvimento científico e tecnológico. Mas, quando a China comunicou casos de pneumonia de “origem desconhecida” em Wuhan à Organização Mundial da Saúde, o mundo não imaginava que todos esses avanços científicos e tecnológicos seriam colocados em xeque. Inicialmente, a suspeita foi de uma doença infecciosa transmitida de animais para pessoas, pois os primeiros casos confirmados eram de frequentadores e trabalhadores do Mercado Atacadista de Frutos do Mar, que também vendia animais vivos. Em 7 de janeiro de 2020, um novo coronavírus foi identificado como o causador dessa pneumonia e, inicialmente, foi denominado de “2019-nCoV”.

Em 9 de janeiro ocorreu a primeira morte na China e em 20 de janeiro as autoridades sanitárias chinesas divulgaram que o novo vírus poderia ser transmitido entre humanos. Já em janeiro o mundo recebia da OMS o alerta sobre o risco de um surto mais amplo, fora do epicentro inicial, e os cientistas chineses disponibilizaram a sequência genética do novo coronavírus.

No final de fevereiro, Itália, Coreia do Sul e Irã vivenciaram surtos descontrolados da doença. O sistema de saúde italiano colapsou. Grupos considerados de riscos se concentravam entre idosos e portadores de comorbidades.

Em 11 de março de 2020, o Diretor-Geral da OMS Tedros Adhanom Ghebreyesus declarou que todos os países do mundo deveriam fazer planos de contingência para combater um novo vírus. Informou que era uma variação de um coronavírus preexistente denominado síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV-2), causador da doença infecciosa COVID-19, e alertou para a velocidade de contaminação.

O mundo ficou anestesiado. Todos que tinham possibilidade se isolaram dentro de casa, com medo de contrair a doença, que matava sem piedade e sem distinção social. Mas, como verificaremos no decorrer do artigo, os negros morriam mais, não porque o vírus, além de letal, fosse racista e, sim, devido às condições socioeconômicas dessa população. Vivíamos como se estivéssemos participando de um filme de ficção científica. Não sabíamos se no dia seguinte seríamos acometidos pelo vírus e se sobreviveríamos a ele. Os trabalhos se tornaram remotos, as escolas e universidades fecharam, as compras de alimentação básica eram realizadas *on-line* e entregues nos domicílios. Essa era a realidade ao menos para as famílias de classes média/média alta e rica. Ficamos presos dentro de casa, distantes dos familiares, amigos, das pessoas que estimamos e, se essas pessoas morriam, não tínhamos o direito de realizar o ritual despedida: enterrar nossos mortos. Corpos eram empilhados em geladeiras em necrotérios e, quando essas não davam mais conta, governos contratavam caminhões frigoríficos.

Todos os países do mundo estavam desolados e preocupados com os planos de contingência, construção de hospitais de campanha, lavagem das mãos com sabão, uso intensivo de álcool em gel, etiqueta respiratória e rígidas políticas de limites para aglomeração, medidas que estampavam jornais do mundo inteiro. Mas, para o presidente da República Jair M. Bolsonaro, parecia que o Brasil não fazia parte do mundo pandêmico. O chefe de Estado brasileiro contestou sistemática e frontalmente as orientações dos cientistas, as quais também eram vocalizadas por outros membros do seu governo. O discurso negacionista e anticientífico não era devaneio, nem ignorância ou ingenuidade do “mito”; ao contrário, ele se apresentou como projeto articulado a partir de interesses muito concretos que o sustentaram.

Diante do exposto, analisaremos a pandemia de COVID-19 em seu contexto, político, sanitário e social, na tentativa de entender a ausência de ações governamentais, que afetou mortalmente a população negra. Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a pandemia de COVID-19 no Brasil, Jurema Werneck, pesquisadora e diretora-executiva da Anistia Internacional Brasil, relatou que os dados mostravam que a

população negra estava desassistida e, conseqüentemente, era a primeira na posição trágica das mortes. Ressaltou a necessidade de compreender que a população negra possuía diferentes pré-condições sociais e alertou que não estava se referindo à genética, e, sim, à exclusão social. Essa exclusão impunha ações específicas para garantir que a falta de acesso ao direito à saúde fosse suprida com urgência, em um momento agudo de pandemia.<sup>4</sup>

Em momentos como esse, o maior número de mortes se concentra na população negra, refletindo a situação social e evidenciando as desigualdades no país.

## **2. A carne mais barata do mercado é a carne negra, que vai de graça para o presídio, para debaixo do saco plástico, para o subemprego, para os hospitais psiquiátricos...**<sup>5</sup>

Ao longo da história, a sociedade brasileira enfrentou episódios devastadores de epidemias, como, por exemplo, a de febre amarela e varíola, as quais infligiram não somente o medo da morte, mas também impactaram as estruturas administrativas e contribuíram significativamente para a agudização de problemas políticos, sociais e morais. Em nossas pesquisas verificamos que a população negra foi desproporcionalmente afetada, devido à residência em regiões mais afastadas do centro; condições habitacionais precárias e irregulares; ausência de saneamento básico. Ou seja, de acordo com o professor Asante, os negros “têm sido negados no sistema de dominação racial branco”. E continua: “não se trata apenas de marginalização, mas obliteração de sua presença, seu significado, suas atividades e sua imagem” (...) é a destruição da personalidade espiritual e material da pessoa africana” (ASANTE, 2009, p. 95).

O processo de genocídio do negro brasileiro, articulado desde a década de 1870, materializou-se na república, no início do século XX, com a política de branqueamento. Percorreu todo o século XX e adentrou no século XXI com o extermínio da população negra pela violência policial, mais especificamente, pelo espancamento, a tortura e a execução, que eram escamoteados pela alegada marginalidade das suas vítimas. Tinha curso, assim, um genocídio lento e gradual, de *longa duração*, de uma continuidade desinquieta e marcada por transformações e crises.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2021/10/29/relatorio-da-cpi-aponta-que-populacao-negra-foi-mais-atingida-durante-a-pandemia>. Acesso: 04 ago. 2022.

<sup>5</sup> Informações: Compositores: Seu Jorge / Ulises Capelleti / Marcelo Fontes do Nascimento. Letra de A Carne. Warner/Chappell Edições Musicais Ltda, Universal Music Publishing Ltda.

Figura 1 – Vítima de violência

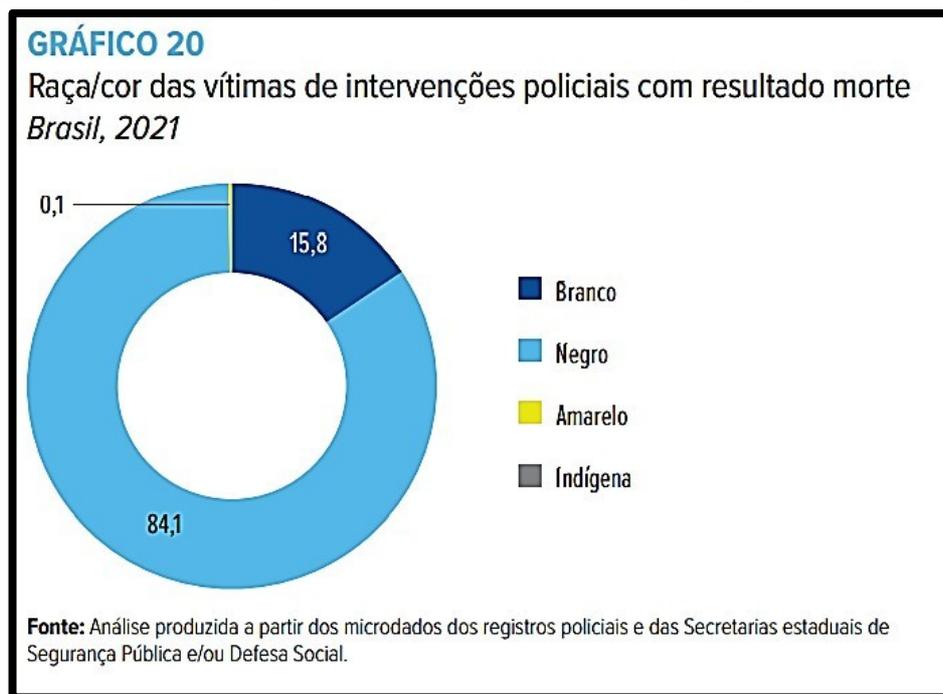


Fonte: <http://www.ccms.saude.gov.br/igualdaderacialnosus/charges.php><sup>6</sup>

De acordo com o Anúário Brasileiro de Segurança Pública 2022, o perfil das vítimas de intervenções policiais no país não tem se alterado significativamente ao longo dos anos, sendo verificada uma prevalência de homens, adolescentes e jovens, pretos e pardos. Em 2021, 99,2% das vítimas eram do sexo masculino. Já com relação à faixa etária, 52,4% das vítimas tinham no máximo 24 anos quando foram mortas, e o percentual sobe para 74% se considerarmos as vítimas de até 29 anos (2022, p. 82). Acreditamos também ser pertinente ressaltar que, em todo território nacional, a letalidade entre brancos e negros é discrepante. Enquanto a taxa de mortalidade entre vítimas brancas caiu 30,9% em 2021, a taxa de vítimas negras cresceu 5,8% (2022, p. 83).

<sup>6</sup> Acesso: 06 ago. 2022.

**Figura 2 – Gráfico Raça/cor das vítimas de intervenções policiais em 2021**



**Fonte:** <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5> p. 84<sup>7</sup>

O racismo que vitima os negros brasileiros é consequência de um processo social, com dimensões estruturais, institucionais e históricas, que reservou ao “problema negro”, o qual deveria ter sido eliminado na transição do pós-abolição, uma política de depuração não só da cor da pele, mas também cultural. Apesar de a violência policial historicamente fazer parte da vida dos negros periféricos, esta violência no governo Bolsonaro chamou a atenção pela quantidade e ódio, pois o próprio presidente e seus sectos comemoram “CPF cancelado”, expressão utilizada por policiais e grupos de extermínio para pessoas assassinadas, ou seja, a carne preta. Bobby Wright analisa a violência dos europeus (brancos) para com os negros:

Em uma tourada, depois de ser brutalizado devido à inúmeras distrações causadas pela capa, chega um momento no qual o touro finalmente se vira e enfrenta seu adversário. Acredita-se que pela primeira vez ele realmente vê o matador. Este confronto final é conhecido como “momento da verdade”. Para o touro, este momento chega muito tarde.

A experiência dos negros ao redor do mundo apresenta uma situação análoga. Por centenas de anos, negros têm sido distraídos por bandeiras que são levantadas pelos europeus (matadores). Estas bandeiras têm sido representadas por conceitos tais como democracia, capitalismo, marxismo, religião e educação. (...) Os negros são vistos como uma ameaça à raça branca. Portanto, a bandeira levantada pelo matador representa um único conceito: genocídio. (WRIGHT, 1997, p. 1).

<sup>7</sup> Acesso: 5 ago. 2022.

De acordo com Wright, negros devem aceitar a realidade de que, para os brancos, democracia e opressão racial não são ideais conflitantes, pois, embora a igualdade entre as raças seja intrínseca ao governo democrático (1997, p. 10-11), na história da democracia brasileira essa igualdade tem se mantido distante.

Figura 3 – Jovens negros assassinados pelo Estado



Fonte: <http://www.juniao.com.br/chargecartum/><sup>8</sup>

A charge sintetiza a violência estatal que os corpos jovens e pretos sofrem diuturnamente. Não existe um Estado que combate à criminalidade; o que temos é a perseguição de quem é considerado perigoso. O filósofo camaronês Achille Mbembe denomina de necropolítica o uso do poder político e social por parte do Estado por meio de ações ou de omissões contra grupos ou setores de uma sociedade em contextos de desigualdade em zonas de exclusão e de violência. A necropolítica busca a eliminação de todos aqueles que são descartáveis e excluídos dentro de uma sociedade. As suas análises são eficazes para compreendermos o lugar do racismo e como ele está sedimentado dentro da estrutura de uma sociedade:

<sup>8</sup> Acesso: 5 ago. 2022.

Que a “raça” (ou, na verdade, o “racismo”) tenha um lugar proeminente na racionalidade própria do biopoder é inteiramente justificável. Afinal de contas, mais do que o pensamento de classe (a ideologia que define história como uma luta econômica de classes), a raça foi a sombra sempre presente sobre o pensamento e a prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou dominá-los. (MBEMBE, 2016, p. 128)

O racismo é uma das ferramentas utilizados pelo Estado para determinar quem deve morrer e coloca a população preta como alvo. Mbembe, analisa como o racismo e a política de morte, ou seja, extermínio dos descartáveis se tornam objeto de gestão pública. A condição de humano está exposta à marginalização provocada pela omissão do Estado. Em territórios periféricos, os indivíduos estão submetidos a níveis tão baixos de sobrevivência que há uma distinção muito tênue entre vida e morte. Dessa forma, compreendemos a necropolítica como uma política de extermínio de corpos condenados no sentido físico ou moral, a qual não se limita a simplesmente deixar morrer, pois atua gerindo intencionalmente as condições de morte.

**Figura 4 – COVID-19 nas Favelas**



Fonte: <https://blogdoaftm.com.br/charge-covid-19-nas-favelas/><sup>9</sup>

O Estado não mata a população preta somente pelo confronto armado. A necropolítica também se expressa de forma indireta, quando a negligência é proposital. É nesse contexto que analisaremos as ausências e inações do Estado brasileiro na pandemia de COVID-19 entre os anos de 2020-2022.

<sup>9</sup> Acesso: 8 ago. 2022.

A charge representa a favela e/ou aglomerados subnormais. Segundo o IBGE (2019), nesses aglomerados residem, em geral, populações com condições socioeconômicas, de saneamento e de moradia precárias. A densidade extremamente elevada de edificações também dificulta o isolamento social e facilita a disseminação do COVID-19.<sup>10</sup> Há ainda a dificuldade financeira, pois muitos desses moradores são autônomos, empregadas domésticas, diaristas, que não puderam trabalhar por conta do isolamento entre os anos de 2020/21. As consequências foram a falta do básico: comida, sabão e água.

No ápice da pandemia essa população preta morreu em decorrência da deficiência do sistema de saúde pública e da má gestão pelo governo. Sua morte desproporcional fez com que uma parte da sociedade debatesse o caráter trágico da desigualdade racial. Se antes a situação era vista por muitos como “mimimi” de pretos, com a pandemia, a fome, a pobreza, a precariedade se intensificaram e, conseqüentemente, aumentou o número de casos e de mortes. Ficou evidente que, tanto para “limpar” a sociedade quanto em crise sanitária, a população preta é morta pelo Estado a partir de um critério: o racial.

É emblemático dessa situação que o primeiro óbito registrado por COVID-19 no Rio de Janeiro em 17 de março de 2020 tenha sido da empregada doméstica Cleonice Gonçalves, mulher preta de 63 anos. Empregada doméstica desde os 13 anos, trabalhava em um apartamento no bairro do Alto Leblon, onde morava com seus empregadores durante a semana. Foi infectada pela patroa, que chegou sintomática de viagem à Itália e manteve Cleonice trabalhando mesmo diante do risco de contagiá-la. A situação é ilustrativa porque a morte de Cleonice não teve como causa somente a COVID-19: devemos considerar também a sua condição de vida, dado que, ao 63 anos, ela necessitava trabalhar mesmo estando exposta a transmissão. O corpo preto está sempre a serviço do outro, disposição proveniente do sistema escravocrata, que caracterizava grupos humanos e não humanos, reservando à carne preta lugar no grupo não humano.

O Estado investiu pouco na saúde pública. Não teve e/ou não quis ter capacidade de coordenação política para conter a pandemia, não priorizou a compra de vacinas e promoveu a morte da população, com destaque para a de idosos acima de 70 anos e, principalmente, da população preta. Dessa forma, o Estado, com a sua política de não intervenção, exerce seu poder de matar os grupos de descartáveis, e mata por sua má gestão ou inação planejada.

---

<sup>10</sup>Para maiores informações consultar: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717\\_apresentacao.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717_apresentacao.pdf). Acesso: 10 ago. 2022.

Em 4 de março de 2021, o presidente da República declara, “chega de frescura, de mimimi, vão ficar chorando em casa até quando? Temos que enfrentar os problemas”.<sup>11</sup> Em 21 de outubro de 2021, em sua “live semanal”, leu o que seria uma notícia de que vacinados contra COVID-19 estavam desenvolvendo a Síndrome da Imunidade Adquirida (AIDS). A charge ilustra o absurdo por ele proferido:

**Figura 5 – Vacina provoca AIDS**



Fonte: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/vacina-aids-bolsonaro-amarildo/><sup>12</sup>

As frases “espontâneas” ditas “sem pensar” por um “falastrão”, como afirmavam os sectores do presidente, apenas reforçam a necropolítica por ele praticada. Um estudo realizado pelo Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde da PUC-RJ e o outro pelo Instituto Pólis corroboram a nossa análise. O primeiro nos mostra que pretos morrem mais em decorrência da COVID-19 no Brasil. Ficou demonstrado que, enquanto 55% dos pretos morrem do vírus, a proporção entre os brancos foi de 38%. O segundo verificou que a taxa de óbitos por COVID-19 entre pretos na capital paulista foi 172/100 mil habitantes, enquanto, para os brancos, foi de 115/100 mil habitantes.<sup>13</sup>

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/03/chega-de-frescura-e-mimimi-vaio-chorar-ate-quando-diz-bolsonaro-sobre-pandemia.shtml>. Acesso: 10 ago. 2022.

<sup>12</sup> Acesso: 15 ago. 2022.

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.epsviv.fiocruz.br/podcast/negros-sao-os-que-mais-morrem-por-covid-19-e-os-que-menos-recebem-vacinas-no-brasil>. Acesso: 10 ago. 2022.

A responsabilidade de evitar mortes na pandemia compete aos governos nacionais. No Brasil, a recusa às orientações para mitigar casos e mortes impediu de poupar vidas. Aproximadamente 120 mil mortes, entre as que ocorreram até o final de março de 2021, poderiam ter sido evitadas por medidas não farmacológicas para o controle da transmissão na comunidade.

Profissionais da saúde, trabalhadores expostos a ambientes com ar rarefeito e aglomerações, pessoas vivendo em instituições asilares e **prisionais, povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos e habitantes de favelas e periferias** e morbidades prévias deveriam ter sido prioritariamente protegidas.

(...) O acesso a testes para detecção de casos e contatos, que deveriam permanecer isolados para buscar reduzir o potencial de transmissão **foi extremamente rarefeito e desigual em termos de raça/cor e renda**, uma inversão entre necessidades e obtenção de cuidados inadmissível, especialmente durante uma pandemia. (2021, p. 34-35)<sup>14</sup>

A história brasileira implantou na sociedade a desimportância dos corpos pretos, caçados como bichos para serem escravizado, chicoteados até a pele ferir e o sangue jorrar para “aprender a ser gente”, relegados à morte para “higienizar a sociedade” – política genocida – tanto nas epidemias de febre amarela como na de varíola, mortos pelo Estado por “balas perdidas” e no novo projeto de higienização pela pandemia de COVID-19. Esses fatos comprovam o papel do Estado no fortalecimento do racismo e como detentor da legitimidade de atuar para escolher os grupos que devem viver e os que devem morrer, atuando no aumento das desigualdades e banalizando a morte dos corpos pretos.

É óbvio que o vírus do COVID-19 não afetou somente a população preta. Por sinal, contaminou indiscriminadamente. Mas a necropolítica imposta e sistematizada fez com que os corpos pretos ficassem expostos ao contágio e, na maioria dos casos, à morte. O vírus nos mostrou que a sociedade está nua de valores, ética, de falta de empatia, comprovando que a maior fatalidade para os corpos pretos não foi a pandemia, mas, sim, a sociedade aporofóbica e racista.

Apesar de a população preta nas últimas décadas ter uma discreta ascensão social, o racismo se faz presente para lembrá-la o seu lugar de inferioridade, e a necropolítica, para preservar a estrutura de privilégios do supremacismo branco. Portanto, o racismo, como ideologia de inferioridade, pela qual um grupo é considerado superior a outro em função de suas características fenotípicas, é praticado de forma consciente, pois atua como mecanismo que mantém a desigualdade e/ou privilégio entre esses grupos. O racismo também contribui para conservar as discrepâncias entre as raças e conter os discretos progressos conquistados

---

<sup>14</sup> Disponível em: [http://idec.org.br/sites/default/files/mortes\\_evitaveis\\_por\\_covid-19\\_no\\_brasil\\_para\\_internet\\_1.pdf](http://idec.org.br/sites/default/files/mortes_evitaveis_por_covid-19_no_brasil_para_internet_1.pdf). Acesso: 15 ago. 2022. Os destaques são nossos.

pela população preta, uma vez que esses avanços, mesmos ínfimos, parecem ameaçadores a essa sociedade supremacista branca: são vistos como perigosos e podem comprometer o status social vigente. A charge nos mostra como o presidente foi bem sucedido em manter esse status social vigente:

**Figura 6 – Quer que eu faça o quê? Sou Messias, mas não faço milagre**



Fonte: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/o-que-bolsonaro-pensa-sobre-os-mortos-de-coronavirus-por-duke/><sup>15</sup>

Não podemos negar que a chegada de Jair Bolsonaro à Presidência da República expôs a fragilidade das instituições brasileiras. Já em seu primeiro ano de mandato teve confrontos com os outros poderes de Estado, ataques à imprensa, à ciência, à história, à cultura... decisões discutíveis e infinitas polêmicas. O presidente também não mediu esforços para calar seus críticos, adversários políticos, juízes que investigavam a corrupção da *famiglia*, jornalistas, acadêmicos e membros da sociedade civil. Expôs a classe média, média alta e rica, trazendo à luz as vísceras do supremacismo branco e o quão é importante a manutenção desse, mesmo que para isso fosse necessário escarnecer o seu racismo. Talvez o motivo da expressão brava do presidente na charge seja que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018 a população preta era 19,2 milhões, a

<sup>15</sup> Acesso: 10 set. 2022.

parda 96,7 milhões, e o número de mortes por COVID-19 em 29 de outubro de 2022, data em que concluo esse artigo, é 688.143 óbitos... Mas e daí? Em sua maioria são pretos, pobres, periféricos, favelados quem se importa?!

### 3. Conclusões

Como indicamos na Introdução desse artigo, as reflexões aqui apresentadas estão relacionadas com o que foi discutido nos dois artigos anteriores. O que une essas análises, a despeito dos diferentes contextos históricos, é o racismo como fator determinante do morticínio da população preta por diferentes doenças contagiosas.

Esse cenário deve nos provocar profundas reflexões, visto que, infelizmente, não estamos livres de novos períodos pandêmicos. Sendo assim, uma das óbvias conclusões é que, se nada for feito, seremos novamente as principais vítimas do genocídio e racismo travestidos de pandemia.

Devemos aprender com a história. Chinweizu, em sua análise da filosofia política de Marcus Garvey, mostra-nos o quão proféticas foram as suas palavras no século passado: “hoje temos três tipos de problemas: (a) os ataques e humilhações diários que sofremos nas mãos de racistas; (b) a pobreza e miséria das massas negras africanas; e (c) nosso extermínio que já está em processo hoje” (CHINWEIZU, 2008, p. 79). O pensador nigeriano ainda escreve: “antes de tudo, precisamos aprender nossa verdadeira história afrocêntrica. Isso requer uma profunda reforma do sistema educacional e, especialmente, uma reforma do currículo de história” (CHINWEIZU, 2008, p. 98).

Finalizamos com uma citação de Molefi Kete Asante, que nos aponta possibilidades interessantes para o nosso futuro:

A ideia da *conscientização* está no centro da afrocentricidade por ser o que a torna diferente da africanidade. Pode-se praticar os usos e costumes africanos sem por isso ser afrocêntrico. *Afrocentricidade é a conscientização sobre a agência dos povos africanos*. Essa é a chave para a reorientação e a recentralização, de modo que a pessoa possa atuar como agente, e não como vítima ou dependente (ASANTE, 2009, p. 94).<sup>16</sup>

A agência, como categoria política e filosófica da afrocentricidade, é o reduto por onde se processam práticas e epistemologias “libertadoras”.

---

<sup>16</sup> Os itálicos são do autor.

#### 4. Referências bibliográficas

- AMBRÓSIO, Letícia. Por que as pessoas negras são as que morrem mais de COVID-19 no Brasil. Informa SUS UFSCAR, São Carlos, 18 maio 2021. Disponível em <https://www.informasus.ufscar.br/por-que-as-pessoas-negras-sao-as-que-morrem-mais-de-covid-19-no-brasil/>. Acesso: 15 ago. 2022.
- ASANTE, Molefi Kete. *Afrocentricidade a teoria de mudança social*. Afrocentricidade Internacional, 2014.
- ASANTE, Mofefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: Nascimento, Elisa Larkin. *AFROCENTRICIDADE: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- CHINWEIZU, Ibekwe. Marcus Garvey e o Movimento do Poder Negro: legados e lições para a África Negra contemporânea. In: *O pan-africanismo do poder negro no século XXI*, 2008.
- GODOI, Rafael; MOTTA, Eugênia; MALLART, Fábio (Org). *Tempos sombrios: reflexões sobre a pandemia*. São Paulo: Editora Funilaria, 2022.
- FORÚM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022*. São Paulo: Oficina 22 Estúdio Gráfico e Digital, 2022.
- KROPF, Simone. *O laboratório e a urgência de mover o mundo*. Disponível em: <https://coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1770-o-laboratorio-e-a-urgencia-de-mover-o-mundo.html>. Acesso: 03 ago. 2022.
- MARQUES, Maria Cristina da Costa; RIBEIRO, Anna Cristina R. de C.; MOTA, André. Epidemias e história: das lições do passado ao pensamento crítico em saúde coletiva. In: MOTA, André (Org.). *Sobre a pandemia: experiências, tempos e reflexões*. São Paulo: HUCITEC, 2021.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. In: *Arte & Ensaios | Revista do PPGAV/EBA/UFRJ* n. 32 | dezembro 2016.
- WAIZBORT, Ricardo. *A pandemia de Covid-19: história, política e biologia*. Disponível em: <https://coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1784-a-pandemia-de-covid-19-historia-politica-e-biologia.html>. Acesso: 03 ago. 2022.
- WRIGHT, Bobby Eugene. *The psychopathic racial personality and other essays*. Chicago: Third World Press, 1997.

# **A Escrita da História nas mídias digitais: o caso das *falsificações* durante a Pandemia de 2020/22 no Brasil**

Josias Abdala Duarte<sup>1</sup>

---

## **Resumo**

A presente reflexão toma o emprego em larga escala nos últimos anos de linguagens ligeiras e popularizadas em redes sociais, de fato, se o emprego das linguagens de rede são possíveis para a construção do conhecimento histórico, tratamos aqui de falsificações que tomam a História como referência. Tais práticas, tragicamente, ligam-se a atitudes e gestos autoritários que mantiveram-se ativos em nossa sociedade durante a *Redemocratização*. Em absoluto é prática de um grupo político particular, é lógica autoritária presente em amplo espectro político, da direita à esquerda.

**Palavras-chave:** Fake News; Pandemia; Redes Sociais.

## **A razão do texto**

Conheci Ricardo Matheus Benedicto há mais de 10 anos, éramos professores na mesma instituição; vivíamos naqueles dias o drama do ensino e da aprendizagem em país que tropicava melancolicamente na educação, nossa política de ensino durante os anos de redemocratização a despeito de planos e de recursos revelava-se falha. Nosso desempenho médio em avaliações educacionais internacionais é medíocre. Nosso Ministério mascara nossas avaliações e instituições com notas cheias que não resistem a critérios rigorosos adotados noutros países. Tanto tempo depois de nossas agruras antidemocráticas, o ensino em nosso país padece, estamos distantes de algo que valha.

A nossa amizade, tão cara, era votada ao sonho de criar dentro de nossas limitações e lugares, vidas melhores: a educação era o nosso campo de trabalho por um mundo melhor. De forma trágica, o entorno da escola e da política nacional em nada ajudavam, estávamos atolados na cultura da corrupção e presos a estruturas viciadas e desmoralizantes do ofício da educação, adeptas que eram da prática de clientelismo educacional. Apesar da circunstância, nos empenhamos, deixamos o melhor de nós. Tempos depois mudaríamos de emprego e de cidade, mas mantivemos mesmo à distância nossas conversas sobre o Brasil e nossas paixões futebolísticas.

---

<sup>1</sup> Bacharel em História, Mestre e Doutor em Ciências da Linguagem. Email: [cordimariano@hotmail.com](mailto:cordimariano@hotmail.com) Currículo Lattes <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizaev.do?id=K4790206Y6>

Em meio ao caos provocado pelo autoritarismo de políticas antidemocráticas chega o convite do amigo; pedido de colaboração em publicação por ele organizada, era necessário aceitar; sofríamos a mesma pandemia e a deterioração de nosso processo político marcado pelo uso em escala crescente de *argumentos* e de *ciências* que não resistem a olhar calmo e reflexivo, inquiridor e aberto. Vivemos o tempo que nos cabe e, portanto, vamos tratar dele com o que temos de melhor: nossas vontades e o desejo honesto de dar o melhor de nós.

A razão do texto é a angústia frente à barbárie dos dias que seguem e do nosso sincero desejo de tempo de maior valor e de dignidade franca, queremos respirar.

### **Apresentação**

*Tratarei da adoção, cada vez em maior escala, da escrita da História com o propósito de sustentar argumentos e reflexões sob linguagens ligeiras popularizadas pelas redes sociais da última década, e, as ligo aos gestos autoritários que desde a redemocratização permaneceram ativos em nossa história política.* Não são, em absoluto, práticas de um grupo político em particular, mas sim, lógica autoritária que serviu nas últimas décadas a espectro político amplo e que reúne partidos ditos progressistas e de conservadores. Estabeleço distinção entre a *escrita da História* e o que aqui nomearei de *histórias falseadas*, julguei melhor à expressão *histórias falseadas*; explico-me: falseadas indica a existência de intenção deliberada de opor-se à historiografia, opor-se à Ciência da História e assim apresentar apreciação errônea de acontecimentos e períodos da história brasileira. A *apreciação errônea* de que falo aqui é intencional e atende aos objetivos de ação política.

Delimitado de forma preliminar nosso campo, comecemos pela História e pelos Cientistas que dela se ocupam: historiadores trabalham campo epistemológico no qual as sociedades humanas de tempos passados estão em questão, fórmula simples, sem dúvida, mas ela nos basta aqui, visto que parto da máxima comum na sociedade brasileira de que historiadores ocupar-se-iam do *passado*. Justificava-se a posição em relação ao campo de estudo em razão do necessário distanciamento temporal para que fosse possível ter visão ampla do período estudado; defendia-se naquela fórmula a necessidade epistemológica de sermos capazes de reunir registros, documentos e análises para que nosso conhecimento a respeito do tema fosse embasado e plausível. Se assim é o presente ensaio não é pelo seu tema de natureza historiográfica; acredito, no entanto, que a escrita da História encontra-se em uma redefinição de seus campos e o que chamamos hoje *História do Tempo Presente*, isto é, a escrita que se ocupa dos tempos vividos e imediatamente próximos é sim campo de reflexão e de atuação de historiadores.

Não podemos, acredito, nos furtar de colaborar com os dias que seguem. O presente ensaio pertence à chamada *História do Tempo Presente* e é a minha colaboração aos próximos pesquisadores que tratarão dos acontecimentos da trágica Pandemia de 2020/22 no que se refere à criação de *histórias falsas*. Limito-me a tratar sobre a natureza dos registros em termos metodológicos e discursivos, não me ocupo dos criadores em razão de ainda haver questões a serem melhor entendidas, por exemplo, a existência de rede ou de redes sociais e digitais que estão na origem principal de tais materiais. Sabemos da existência de tais redes, ainda não apreendemos a correta extensão do papel desempenhado por políticos – e as suas redes – que nas últimas décadas aqui e fora do país trabalharam na assessoria de candidatos e de partidos e criaram tramas de notícias e de narrativas com as quais pretendiam levar para um lado ou outro a recepção, a formação de opiniões públicas. Nos ambientes digitais e virtuais, tais produtores de falsificações agiram com interesses eleitorais, estava em causa convencer, ganhar o eleitor.

Há aqui aspecto a ser observado: os usuários, nome que aqui emprego de forma geral, desmancham-se em perfis, isto é, ao acessar a rede quem o faz define e cria o seu perfil, ou, a rede o permite, perfis. Se as simulações, simulacros ou outras maneiras de multiplicar personas sempre foi da nossa espécie humana, a rede ofereceu possibilidades inigualáveis e rápidas. De maneira tal que não conhecemos o rosto, o nome de quem lemos ou com quem conversamos. A rede dá chance de autores e autoras, empresas e associações de dizer algo. Vendem ideias ou produtos, relacionamentos ou solidão; em tais territórios ainda não mapeados e em expansão não há limite, para o bem ou para o mal, não há juízo ou ética. Tudo vale. A simples menção à necessidade de se refletir sobre a relevância de postagens suscita a defesa da chamada liberdade de expressão e, frente ao freio da recusa da reflexão aberta sobre a situação, voltamos ao estágio anterior: as publicações devem ser livres de qualquer consideração prévia e pejo.

No momento em que escrevo identificam-se nomes e autores que no Brasil e ao redor do Mundo fomentam e pavimentam trilhas e tramas que catalisam vontades e opiniões juntos às redes sociais. Vontades que não tiveram pejo de fomentar agressões e multiplicar falsificações. Investigamos a existência de associações que de forma intencional lançam na rede notícias e matérias com o propósito de capitanear multidões. Verdadeiramente tais jogos de convencimento são por demais antigos, tão antigos quanto as nossas primeiras comunidades humanas, restrinjo-me aqui aos dias das comunicações eletrônicas em redes sociais durante a Pandemia. Não faz muito, em período anterior ao das redes sociais, eram os chamados marqueteiros políticos os grandes responsáveis pela condução das opiniões públicas, quantas vezes falseando cenários ou destrutando pessoas.

## **O povo, a sociedade de massas e a sociedade de usuários virtuais**

Jules Michelet e José Ortega y Gasset, respectivamente nos séculos XIX e XX, conferiram papéis a novos agentes, aos novos sujeitos históricos de suas épocas; refiro-me, respectivamente, às obras *O Povo* publicado em 1845, e, *A rebelião das massas* de 1929.<sup>2</sup> Não foram os únicos trabalhos a trazer os novos sujeitos, trago-os para destacar o fato de que nos últimos tempos nos dedicamos ao tema e sublinho a distância entre os dois autores no que se refere ao pensamento e ao valor moral das mudanças. De novas metodologias de análise às categorias de identidade, estamos às voltas com o tema: Mário de Andrade e Paulo Prado, Teófilo Braga e Ernest Renan, Lima Barreto e Otávio Ianni, são alguns dos nomes de longa lista de autores que aqui e fora dedicaram-se ao assunto. Nesse período os estudiosos devotados à História multiplicaram as suas aproximações procurando dar nomes e lugares a todos os sujeitos que *fazem a História*. Nas últimas décadas assistimos não propriamente a um novo sujeito, mas sim a mecanismo de comunicação que revolucionou nossa maneira de estar no mundo e nossos relacionamentos: as redes sociais. Os usuários, reitero, assim os chamo em razão de verdadeiramente assumirem tal de papel ao acessarem os sítios da rede mundial de computadores ou fazerem uso de meios de comunicação eletrônica são os personagens do nosso tempo. Se o conceito *povo* ou *massa* recordado no início do parágrafo nomeava extensas populações mais ou menos identificáveis, usuário, por outro lado, está além de conceituação de identidade que o restrinja e defina como pertencente a tal ou tal grupo social e econômico.

O processo de construção de identidades nacionais e locais, criado na esteira das independências de nações na Ásia e na África, leia-se, por exemplo, Edward Said e Stuart Hall, entre outros, de igual maneira não está em causa aqui em razão da impossibilidade de se identificar perfis reais entre os chamados usuários. Importante distinguir este usuário da rede da chamada opinião pública, esta definimos como a série de entendimentos e comportamentos verificáveis na sociedade. A opinião pública pode, de acordo com a situação, ser convencida de algo pela rede social, aliás, as falsificações tratadas no presente trabalho existem para convencer, para formar opinião pública. Formação que de tão rápida pode oscilar ao sabor das publicações e segmentar mais e mais os grupos; particularizando associações e coletivos que transformam-se em nichos dentro de nichos. Do ponto de vista dos sujeitos sociais, estamos frente a enorme avanço, estamos a aprender a entender a sociedade virtual em sua composição extensa e diversa em expansão.

---

<sup>2</sup> De fato, o conceito de *povo* está presente na volumosa História da França publicada por Michelet em vários volumes anos antes de *O Povo*. A data indicada para *rebelião* de Ortega y Gasset é o início da publicação em artigos de periódicos, em 1930, saiu o volume que reunia os artigos publicados originalmente em série.

Há nos dias que seguem longo debate a respeito das virtualidades eletrônicas e dos novos patamares – avatares, holografias etc. – que andamos a inventar. Estamos, todavia, frente a campo de virtualidade que admite e, em certos casos, estimula a simulação de perfis.

### **Histórias falseadas e a Ciência da História**

Chamá-las de *histórias falseadas*, reconheço, não foi escolha simples, afinal, estão entre nós desde as nossas pioneiras comunidades humanas quando precisávamos tratar de temas comuns; fazer política exigiu a criação de linguagem adequada ao diálogo e à argumentação; todavia, as *histórias falseadas* em formatos eletrônicos das redes sociais representam linguagem surgida há pouco, há que se tratar delas e entender algo a respeito de sua natureza. É longo o debate a respeito das limitações de nossas razões e linguagens, escolhi chamar o que estudo aqui de *histórias falseadas* em razão de certa natureza que as distinguem: são linguagens eletrônicas e digitais próprias das primeiras décadas do XXI tomam a História como referência, mas dela se distanciam ao não empregarem regras da Ciência. São linguagens audiovisuais que alheias a estudos – livros e artigos – referenciam-se de forma única em outros materiais audiovisuais. O produtor de tais materiais afirmará que não gosta de ler pois o que os livros trazem foi elaborado por maus escritores, afirmação que relativiza e faz de toda a biblioteca que nossa sociedade criou ao longo de gerações em um lugar de engodos e teorias conspiratórias urdidas com fios de vilanias políticas. A biblioteca de que dispomos, ainda que esta abrigue, obras que sabemos em um par de anos revelarão as suas limitações, não pode ter o que está abrigado em suas prateleiras como material sem interesse, cada geração, segmento e autor ofereceu o que podia, ofereceu o seu melhor. É fato que prateleiras e estantes ficarão para trás, ao revelarem as suas contradições e análises errôneas, preconceitos e medos. Servirão para nos mostrar algo de nossa trajetória como espécie. As *histórias falseadas* aqui consideradas referenciam-se em outras da mesma sorte e qualidade, alimentam-se e citam-se, trata-se de número reduzido e repetido à exaustão.

As *histórias falseadas* são produto elaborado em parte pelo desconhecimento, tais *histórias* não apenas apresentam escasso repertório historiográfico, são, de igual maneira, fruto do desejo deliberado de convencer e não de criar conhecimento, trata-se de desonestidade intelectual, desonestidade em razão da manipulação falaciosa de dados e fatos. Ao falar aqui das *histórias falseadas* trato dos materiais que estão pululando entre contas digitais e são apresentadas como algo que se precisa conhecer sob o pretexto de que é

preciso acordar e desbaratar discurso falso que nos envolve, discurso que teria origem, segundo creem, nas academias e nos meios de comunicação. As aqui nomeadas *histórias falseadas* crescem de forma constante e obedecem a ritmos de produção e circulação. Não é esta reflexão inventário sobre a sua extensão heteróclita – e em expansão – nem mesmo sobre os seus produtores e consumidores em virtude do número indeterminado de autores que julgam que tem algo a dizer a respeito da História; a reflexão aqui apresentada considera circunstâncias antidemocráticas que as tornaram possíveis junto aos grupos e agremiações políticas, considera algo de como tais *falsificações* respondem a lances e movimentações de agentes em busca de poder e de respaldo para autoridade que buscam exercer. Restrinjo-me às divulgações que, nos últimos anos, foram popularizadas pelas redes digitais. Carecemos ainda dada a proximidade do tempo em que tudo acontece ao nosso redor – limitação epistemológica da *História do Tempo Presente* – de tipologia mínima do que desejamos estudar. Nos referimos, nos dias que seguem, às *notícias falsas*, muitas vezes, tomamos a expressão do inglês – *fake news* – que, a rigor, podem ser tanto fotografia, por exemplo, de plantação de alfaces, e apresentá-la como sendo de tomates, ou, discurso redigido com a manifesta intenção de orientar a percepção do usuário para compreensão errônea. Apesar de chamarmos tudo que guarda algum nível de falsificação e desinformação não estamos verdadeiramente falando dos mesmos gêneros, a dificuldade de lidarmos epistemologicamente com a prática em transformação, visto que acompanha o meio digital (em expansão), produz formatos que atendem a gestos simples e pueris a outros de maiores consequências à vida social. Falamos, portanto, ao empregarmos *fake news* de algo afeito ao riso, ao insólito, ou, de forma trágica, à manipulação de dados sanitários para mascarar a gravidade, por exemplo, de uma pandemia. Nalgum momento precisaremos separar minimamente as produções falsas e dar-lhes registros que revelem a sua natureza e, assim, possamos refletir com rigor a respeito. Tal tipologia nos auxiliará no inventário e na análise da massa de *fake news*.

### **Natureza dos registros historiográficos nas mídias digitais e eletrônicas**

Apresentado o tema note-se que as *histórias falseadas* fazem uso de gêneros que, em si, são legítimos como recursos ao historiador. Isto é, vídeos, aulas, *lives*, notas escritas com número restrito de caracteres e o *podcast* são alguns dos gêneros utilizados para a divulgação da escrita da História em redes sociais e digitais; todos são, de acordo com as suas redações e de fruções legítimos e válidos. Claro está que cada qual em virtude de sua natureza carrega peculiaridades que pedem a adequação ao gênero, por exemplo, a linguagem de um *podcast* demanda atenção do campo epistemológico à dinâmica do gênero

rádio. Identificado o registro do qual aqui me ocupo cumpre afirmar e reconhecer que é próprio de nosso tempo (das revoluções informacionais) o manuseio de formas e gêneros de naturezas de linguagem distintas daquelas nas quais os historiadores se formaram até recentemente. A presente reflexão reconhece e confirma a validade de tais formatos sem com isso afirmar que gêneros outros tais como o ensaio ou a tese estão superados, pelo contrário, não tenho dúvida que aos já consagrados pela academia reunimos outros que, espero, confirmem capacidade de comunicação em escalas maiores aos estudiosos. A tese doutoral, por exemplo, continuará sendo pedra que nos serve à construção de nossos campos epistemológicos, todavia, está em questão tornar o seu conteúdo, ou aspectos ao menos, acessíveis a públicos maiores. Colocá-los em circulação, oferecê-los sob formatos e desdobramentos que lhe permitam *ganhar a rua e o mundo*. Tal exercício exige e aqui está a inquietação da qual a presente reflexão nasce pede rigor e erudição, pesquisa e dedicação, honestidade intelectual e moral.

O momento atual é de profundas transformações graças à popularização de redes sociais. Há hoje emprego crescente de novas modalidades de registros, há maior visibilidade de vídeos, imagens e textos, tudo isso em escala inédita em nossas sociedades. As facilidades decorrentes da adoção e do desenvolvimento de recursos tecnológicos para gravações de áudio e de som elevaram nossa capacidade de produzi-los – sob novos formatos e meios – algumas vezes nos últimos anos. Somos sociedade audiovisual, sociedade formada entre as últimas décadas do XX e as primeiras do XXI; multiplicam-se as projeções e expectativas do que haveremos de ser nos próximos anos com nossas expansões e, na mesma medida, exclusões.

### **Arte retórica e histórias nacionais**

Não me refiro aqui, necessário esclarecer, à retórica ao tratar das *histórias falseadas*; não me refiro à arte da palavra, arte que analisava e expunha argumentos e aspectos de um tema, não está em causa, a retórica dos argumentadores, por exemplo, do grego Péricles ou do persa Ciro quando não havia o que hoje nomeamos de História. Não me refiro, de igual maneira, ao emprego corrente na escrita da História de valores nacionais, caso, das *Histórias* dos séculos XIX e XX quando as sociedades e nações eram vistas à luz de suas virtudes civilizacionais, dimensão que as hierarquizava em termos culturais e, desta forma, explicava-se a dominação – império e colônia – e a exclusão. A retórica ou a historiografia nacional, em seus respectivos contextos, eram praticadas por autores que estavam empenhados na defesa de aspecto e ponto de vista que tornava o mundo lugar de separações,

exclusões e embates; as suas reflexões podiam ser pontuadas em razão de observarem regras de raciocínio e métodos de análise e de exposição. É fato que a escrita da História padecia de usos políticos e de grupos sociais ao longo dos séculos, é fato que a adoção de métodos, metodologias de análise e de argumentação a configuraram em chave de Ciência e mesmo aí basta correr as estantes de nossas bibliotecas atentos ao que foi produzido de meados da década de 50 do século passado até hoje. Ao lado de esforços extraordinários e honestos em termos intelectuais, há lamentáveis exemplos de redução, de diminuição do ofício do historiador, submetido a projetos que o envolvem e que conferem feições aos seus trabalhos que configuram ao lado de outros uma repetição de temas, de análises e de cristalizações de conhecimentos. Uma estante de teses e volumes, por exemplo, dos projetos em curso no século XIX para a construção de ideia de nação no Império, de fato, repete-se: as obras da estante imaginária aqui empregada como exemplo apresenta uns poucos livros que servem de sustentação e os demais são variações, repetições das análises cristalizadas. Trata-se de desafio ontológico da Ciência da História que segue em debate.

A escrita da História descrita nas linhas acima são elaborações de historiadores, quero dizer que a despeito das diferentes qualidades todas são obras de autores de formação em História e que de acordo com as suas qualidades fazem o que sabem. As nomeadas *histórias falseadas* das quais aqui me ocupo são produtos de criadores dispostos a tratar de qualquer tema a partir de escassa pesquisa; a elaboração de projetos, de pesquisas e de reflexão longa e ponderada não são as suas qualidades metodológicas, pelo contrário, partem de premissas ouvidas e compartilhadas pelos seus grupos de origem mais do que de verificações e de estudos, são crentes numa causa mais do que ouvintes interessados.

### **Impactos da Pandemia de 2020-2022 na escrita da História nas mídias digitais**

Em virtude de maior demanda por temas historiográficos nos dias presentes multiplicaram-se os seus produtores e consumidores, bem como, os formatos de propagação dos registros: vídeos, notas, palestras, entre outras. É certo que a escrita da História passa por transformações profundas e as redes sociais e de mídias digitais desempenham papel relevante em tais mudanças, refiro-me aqui não à produção de materiais em novos formatos próprias do nosso tempo; refiro-me aqui à produção de materiais falsos e, muitas vezes, mal-intencionados que desejam passar por historiográficos e que inundaram as redes sociais e digitais. Os anos da pandemia do *coronavírus* – 2020/2022 – representaram para a sociedade brasileira tragédia sanitária, em parte, sustentada por avalanche de materiais elaborados com vistas a propagar e defender argumentos políticos e ideológicos que negavam o momento vivido e o representavam de maneira ficcional.

A reflexão aqui contida nasce do meu desconforto ao perceber o uso impróprio da História em tais materiais. Se a situação não era inédita, é possível infelizmente seguir os passos de nossa redemocratização iniciada em 1988 e o regular e estratégico uso de notícias falsas e de detratações. Nossa ação antidemocrática, avessa ao diálogo nasce da visão que separa o mundo entre *nós e os outros*. De fato, é compreensível que ao longo do tempo em diferentes tempos e lugares, sociedades de agudas distâncias sociais e exclusões revelassem grupos sociais de posicionamentos violentos e excludentes. Somos a sociedade que, não há muito, assistiu juiz de nossa maior corte ser injuriado racialmente durante o julgamento dos processos que apuravam a compra de votos de forma regular na Câmara Federal. Se não me convém a ação do magistrado, meu grupo o execrará, se está ao meu lado, ele, magistrado, é digno de louvor. O que vivemos nos anos da pandemia que ainda nos assola foi largamente experimentado nos anos anteriores.

Os exemplos de *histórias falseadas* são muitos, há uma infinidade de criações falaciosas voando pelas redes sociais. Tão grande volume cria ondas de comentários em cadeia que levam assuntos para os lados que convém aos criadores e divulgadores. Ainda estamos por identificar as entidades responsáveis, bem como, criar sistemas que nos protejam de tais avalanches de notas que criam percepções falsas. Em larga medida, os regimes ditatoriais nascidos na primeira metade do século XX, legaram máxima que persiste há décadas: *mentiras ditas e contadas diversas vezes tornam-se verdades*. A fórmula autoritária teve vida longa, inclusive em regimes democráticos, revela-se, assim, o quanto a desvalorização da via democrática nos lança em regimes democráticos povoados de políticos e políticas de viés autoritário. Não faço aqui inventário do que se fez em termos de notas historiográficas falsas, não seria possível, sobretudo, em razão de os crimes contra a inteligência continuarem em curso e um levantamento demandaria algoritmos e tábuas de estatísticas adequadas para que fossem analisados. Desenvolvo aqui leitura a respeito do *modus operandi* e da *metodologia* dos trabalhos que falsamente são escritas da História. Desenharei a estratégia comum dos registros falaciosos, dos sistemas de análise e de suas aporias e de como os falsos registros as escamoteiam com vistas à apresentação de algo que tenha a aparência de verdade.

Antes de prosseguirmos vale indagar a razão de tais comunicações em rede assumiram tamanha relevância. A resposta encontra-se na economia de movimentos criada pelos ambientes virtuais. Para implementar as ações e os acessos das redes sociais dispõem-se agora de recursos tecnológicos inéditos: a inteligência artificial. Campo de conhecimento de nosso tempo que anda às voltas com questões de programação e, de forma

irregular, éticas. Aqui o nó está na decisão tomada pelos *humanos* para a chamada i.a., explico-me: os algoritmos usados nas redes são programações que buscam, pois assim foram feitos, para levar os seus usuários a passar o maior tempo possível entre os conteúdos oferecidos. Não à toa, sistemas de medição de usos contabilizam acessos e as suas durações para que o gestor do sítio avalie a repercussão do material que oferta; mais acessos, maior visibilidade e exposição eis o objetivo, em tal formato é irrelevante o valor do conteúdo, não são medidos e avaliados pelos seus méritos, mas pelos acessos que geram. A programação dos algoritmos age de forma simples e eficiente, todavia, não há filtros que a qualifiquem, por exemplo, se temos usuário que a programação identifica como alguém interessado em pornografia infantil ou bolos de aniversário, o nosso usuário receberá material disponível (carregado) em seus perfis e contas dos conteúdos preferidos. Para tanto, nosso algoritmo trabalhará de forma incansável e frenética, afinal foi assim que os seus programadores decidiram. Multiplicam-se as sugestões de conteúdos, bem como, alimentam-se a formação de grupos de redes sociais no interior das redes digitais.

A sociedade brasileira, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) realizada em 2019 estimou que 82,7% dos domicílios brasileiros tinham acesso à rede mundial de computadores (Internet)<sup>3</sup>. Desta forma, justifica-se a escolha do registro digital, bem como a validade das reflexões aqui elaboradas: o meio eletrônico é de rápida propagação e está ao alcance de boa parte da população brasileira, ele é, para o bem e para o mal, meio de conhecimento corrente entre nós e, no caso de nosso tema, melhor dizer, de propagação de opiniões mais do que de conhecimento. Grupos para todos os gostos e, tragicamente, de ilícitos. Stuart Russell, da Universidade de Berkley (Estados Unidos da América), é autor de *Human Compatible (artificial intelligence and the problem of control)* obra na qual expõe o assunto da revisão dos parâmetros que estamos a empregar. Por várias razões há aqui algo urgente: tornar a revolução digital das redes sob a qual estamos algo amigável e compatível, ou seja, amigável em relação aos usuários e compatível no sentido adequado ao fortalecimento de laços sociais e da construção de respeito e de cidadania.

---

<sup>3</sup> Ver o site: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2021/abril/pesquisa-mostra-que-82-7-dos-domicilios-brasileiros-tem-acesso-a-internet> (acessado em 22 de setembro de 2021)

## **Receita de certa escrita da História popularizada no século XX**

Chamo-a de receita pois invariavelmente as narrativas falsas podem ser reduzidas como aqui registrado. Desta forma, prossigamos: tomemos, em primeiro lugar, tema a ser tratado. Não o estude com atenção, basta correr os olhos em manuais distribuídos aos montes em escolas e reproduzidos, muitas vezes mal reproduzidos, nas redes de computadores. A erudição substituída pela pulverização de nosso sistema educacional. Erudição aqui é a investigação minuciosa e complexa, pulverização é conhecimento estilhaçado, fragmentado em argumentos e análises breves tomados de manuais produzidos em larga escala em fábricas de conhecimento. Conclua de antemão o que deseja, isto é, faça com que os materiais que reuniu corroborem e confirmem o seu argumento principal. Caso não se adequem, descarte-os ou altere-os de forma deliberada. Se os fatos não aceitam o seu argumento é porque eles estão fora do lugar, estão errados, corrija-os e restitua a ordem que você identifica intimamente, pois a sabe por fé no político populista que lhe serve de guia (e não por investigar o que está em causa). Nosso receituário serve a todo o espectro político, da direita à esquerda.

1º) A escrita da História tem natureza analítica e interpretativa, a pesquisa e a investigação recolhem registros e documentos – de distintos suportes – que sirvam para criar análises e que se possa construir entendimento plausível a respeito de outras linhas temporais. Estamos frente a campo epistemológico que cria metodologias e conceitos que lhe sirvam. Tomemos, por exemplo, o tema da *Revolta da Vacina*, a situação sanitária da Primeira República e a vacinação contam com rica bibliografia. Se é tema pertinente dos estudos sobre os primeiros anos da República elaboramos teses e artigos que nos permitem boa aproximação do tema sanitário e aos aspectos sanitários, sociais, políticos, econômicos e culturais. De fato, a *Revolta da vacina da Primeira República na cidade do Rio de Janeiro* conta com rica bibliografia, de forma inevitável, ao longo dos anos, trabalhos menores juntaram-se às nossas prateleiras, todavia, se estavam ali, os bons e os maus trabalhos reunidos na mesma prateleira, os estudos de gerações criam volume de leitura crítica que, no final, acerta as contradições e dimensiona o mérito das argumentações e análises. Tal não acontece na fruição das falsificações, não há histórico de estudo de diversos trabalhos, de uma prateleira inteira, apenas um vídeo de uns poucos minutos para se assistir ou ouvir enquanto se espera a fila do ônibus andar ou durante o lanche rápido entre um trabalho e outro.

2º.) A análise do historiador profissional é composta de argumentos e análises amparadas em registros e autores (interlocutores). Desta forma, como se fosse um sistema ela funciona, a sua narrativa é plausível e razoável. O engenho do historiador corrigirá as partes que integram a análise, acertará os argumentos seguindo hermenêutica e oferecerá, assim esperamos, trabalho equilibrado. Por outro lado, o oferecido pelo falsificador por ter sido concebido de antemão nasce torto. Consideremos analogia do que aqui apresento com o ofício de um electricista. Escolho tal profissional em razão das exigências técnicas de seu trabalho, que, se não forem respeitadas podem causar altos riscos e consequências. Ao projetar a rede e a tensão, nosso profissional deve calcular entradas e saídas, circuitos e chaves. O menor engano e nossa caixa de força dirá que há algo errado na rede construída. Quem dera o mesmo acontecesse com os criadores de *histórias falseadas*. As manipulações e contradições, as aporias da análise, não são visíveis aos olhos dos seus criadores e fruidores, não explodem como no caso da imagem das instalações elétricas de uma casa. Profissionais da escrita da História sabem identificar os problemas dos sistemas, leem e identificam as tensões e contradições analíticas e conceituais. Todavia, o discurso de nosso falsificador encanta, ele cria ficção que atende e cria os perfis de seu público-alvo.

### **Comportamentos autoritários (ou quando a Ciência e a Arte Política padecem)**

O emprego em escala maior em nosso tempo de recursos digitais nos estimula e nos desafia, a cada dia somos chamados a separar o falso do verdadeiro, o que constrói sociedade melhor daquilo que nos lança à barbárie. Para um lado ou para o outro, falta- nos discernimento, falta-nos a franca capacidade de avaliarmos continuamente nossas ações e os seus resultados.

Optei pelo termo comportamento autoritário ao invés de regime político autoritário, escolha que deseja chamar atenção ao fato de mesmo sociedades democráticas padeceram, ao longo de sua história de políticas e de ações contrárias ao diálogo e ao bom senso, e, países como o Brasil, a despeito de ser Estado democrático cujas instituições representativas e de direito estão a funcionar, apresenta, sobretudo pela maneira como os espaços públicos são ocupados pelos partidos políticos, por dinâmicas de favorecimento e de corrupção que adotam posicionamentos excludentes que respaldam e alimentam as suas máquinas políticas. A prática autoritária em nossa sociedade não está restrita em termos políticos a uma ou outra ideologia, nosso espectro político exhibe exemplos trágicos de retóricas e comportamentos corruptos e corruptores, da direita ao centro e do centro à esquerda andamos de mãos dadas com autoritarismos.

Nossa escrita da História, considerando-se aqui o período da redemocratização, revela marcas de nossa formação e educação políticas, revela nosso apreço vacilante pela democracia. O patriarcado cravado em nossa sociedade ainda nos dias da Colônia criou raízes, a barbárie da escravização de homens e mulheres cristalizou entre nós a clivagem, a exclusão e o crime. Mazelas e tragédias não solucionadas que ressoam em nossas instituições e políticas – ou na falta delas – e tristemente revelam dimensão autoritária e antidemocrática de nossa sociedade. A República não rompeu nossa dinâmica de exclusões e de separações, de patriarcados e de coronelismos, quando muito deu-lhes roupagens institucionais e linguagens dos novos tempos. Nossos partidos políticos revelaram seus desejos íntimos de poder a qualquer preço. Há diálogos genuínos e boa vontade e, de igual maneira, largas práticas de detração que encharcam as conversas políticas. A sanha de vencer eleições, de responder a anseios de grupos e de receber votos os leva ao comportamento que oscila entre o justo e o injusto, entre as atitudes genuína e hipócrita. Não se trata de fenômeno brasileiro, as democracias assistiram à ascensão e à descoberta de identidades nas últimas décadas que transformaram as eleições em jogo intrincado de falas direcionadas a segmentos na intenção de ganhar votos. As sociedades brasileiras atravessaram décadas sob o sinal de lutas fratricidas, sob a defesa de golpes e de revoluções armadas sonhamos outros mundos. Triste jornada que revela nossa pouca propensão à princípios e valores democráticos, que, acredito, em muito auxiliariam a construção de sociedade ciente de si, de suas limitações, de suas diferenças e de suas aspirações. Situação paradoxal. Há que se observar que soluções políticas dadas nos dias da Guerra Fria pelos que viveram aqueles tempos não podem ser replicadas, não somos mais os mesmos, há novas circunstâncias e novos agentes sociais que devem ser consideradas.

Par disso é o afastamento da reflexão do que é a democracia e o seu significado, dos valores e dos princípios que se deseja para a sociedade. Nossa sociedade autoritária cria, no final das contas, cidadãos que a passos lentos dão-se conta de si mesmos como participantes de determinada sociedade (tempo e espaço). Nosso sistema de agremiações, partidos políticos e eleitoral apresenta distorções que geraram toda sorte de maus usos. Se há empenho no reconhecimento e construção de identidades, de forma paradoxal, o exercício e prática políticas não lhes ajuda na criação de sistema de representatividade amplo. Nossa democracia resente-se de estruturas de autoridade que preferem líderes aos chamados representantes. O contínuo adiamento das reformas de nosso sistema jurídico- político são sinal do quanto as assimetrias e benefícios gerados são do agrado das agremiações partidárias. Não faz muito, por exemplo, projeto que deveria distribuir absorventes para nossa população feminina em postos de saúde foi vetado alegando-se não haver verba, dias

depois, o fundo partidário foi aprovado com reajustes; note-se que a previsão para o primeiro era de 80 milhões de reais para cuidar da saúde de mulheres, e, para o segundo, de 5 bilhões e 700 milhões de reais para custeio da máquina partidária, em tais circunstâncias revela-se o quanto o legislar em causa própria interessa mais do que projetos que cuidem do bem-estar de nossas populações têm sido a nossa prática. O surgimento dos chamados coletivos sociais, parece, em certa medida, responder às dificuldades de representatividade e conseqüentemente de elegibilidade. Ser elegível, em nossas circunstâncias políticas, viabilizou e deu voz a grupos que não se sentem representados e, conseqüentemente, vozes políticas.

Não faz muito nossos partidos políticos – em formação a partir da abertura democrática e das eleições diretas – davam passos claudicantes: havia de políticos criados no Estado Autoritário a políticos formados em agremiações que, igualmente, postulavam revoluções armadas para a adoção de partidos únicos. A democracia, em ambas as posições, não era parte do horizonte de vida, de expectativa. De fato, se lermos os nossos abnegados políticos do século XIX observaremos que a infinidade de planos e de teorias, conceitos e análises naufragaram, no final das contas, nas trágicas experiências autoritárias do século XX. O que aconteceu? O que havia de errado nas agremiações e nas crenças? O que faltava para a construção efetiva de sociedades melhores? O que há, já no século XXI, nas entrelinhas de discurso que afirma que militantes vestidos de roupas negras e levando pedras nas mãos são ação política? Será mesmo aspecto da manifestação política ou a reiterada violência que nos marca como sociedade? No final, resolvemos nossas pendências com as mãos de criminosos. A cidadania é arte e prática que pede exercício constante, que demanda a coragem de não esconder as mãos sujas. Aprendizado que de forma trágica soçobra em meio aos nossos autoritarismos. Cresci no ofício da História cultivando com apreço diferentes *períodos*, rejeitei intimamente a especialização, adotei-a apenas formalmente por questões acadêmicas. Formei-me crente de que a aventura humana começa antes mesmos do surgimento dos antropóides e é a partir de tal perspectiva que entendo que o comportamento que adotamos em nossas redes permite o afloramento de atitudes e de valores que não condizem, não favorecem o crescimento saudável. Machado de Assis já nos falara a respeito de batatas e de vencedores, pois sim, passados tantos séculos e revoluções fazemos par em nossas atitudes com nossos ancestrais mais violentos, aqueles de que Machado de Assis tratou.

## **Perder direitos, perder a vida**

No momento em que escrevo, associações brasileiras – Febraban e Fiesp, entre outras – discutem publicamente a respeito da redação de manifestos que defendam em termos institucionais a democracia como valor e princípio. Em meio a bravatas de políticos eleitos e de candidatos é fácil perceber o pouco apreço que nossa sociedade dá à democracia como instituição.

No final de 2021, governantes de diversos países reuniram-se na chamada *Cúpula pela Democracia*, iniciativa do Presidente dos Estados Unidos da América, a cimeira surge em momento de fragilidade de instituições e governos democráticos ao redor do mundo, a começar na própria nação estadunidense. A cúpula colocava em questão o desapareço democrático contido nas retóricas antiliberais desencadeadas por grupos políticos de matizes autoritários. Enquanto nações fortaleceram as suas práticas democráticas, outras naufragaram, caso da nação brasileira. Nossos representantes na cimeira compareceram para defender a democracia, não como instituição e as suas práticas, mas sim, para afirmar tão-somente que é permitido publicar o que se deseja e que retirar *canais e conteúdos* é ação contrária à democracia, seria, afirmam: *censura*. Dito de outra forma, era lícito, assim entendiam aqueles representantes brasileiros, veicular materiais falsos e propagadores de ódio, usava-se, pois, o direito de expressão para adotar linguagem falsa e odiosa, e, assim, colocar em xeque instituições e práticas democráticas. O que nossos representantes, no final das contas, defendiam como sendo democrático era a peça que fragilizava o comportamento democrático. Ironia e tragédia na mesma ação diplomática.

De fato, a história recente da sociedade brasileira, desde a redemocratização iniciada em 1988, é marcada por governos corruptos e corruptores. Em tais circunstâncias qualquer debate assume dimensões de contenda, da direita ao centro, do centro à esquerda, as *histórias falseadas* fizeram parte de nossos diálogos e jogos de poder, no final das contas, o resultado foi debate tenso e inócuo, que, a despeito de em nada contribuir deixa sequelas em nossas instituições democráticas. Assusta perceber que nas últimas décadas avolumou-se a produção de tais falsificações no Brasil e no mundo.

António Manuel de Oliveira Guterres, diplomata português, secretário-geral da Organização das Nações Unidas na abertura da Assembleia Geral em setembro de 2021, chamava a nossa atenção para o momento que vivemos:

Estou aqui para soar o alarme: o mundo precisa acordar. Estamos à beira de um abismo e nos movendo na direção errada. Nosso mundo nunca foi tão ameaçado, ou tão dividido. Enfrentamos a maior escalada de crises. A Pandemia da Covid-19

ampliou as desigualdades gritantes. A crise climática está atingindo o planeta. Revoltas do Afeganistão à Etiópia, ao Iêmen e além prejudicam a paz. Uma onda de desconfiança e desinformação está moralizando as pessoas e paralisando as sociedades, e os direitos humanos estão sob ataque. A ciência está sob ataque e o apoio econômico aos mais vulneráveis chega muito pouco e muito tarde, quando chegam<sup>4</sup>

A instituição que representa nasceu para dirimir as distâncias entre as nações e as sociedades, nasceu das barbáries de duas guerras fratricidas que mudaram a face do mundo no século XX; a ONU representou e reuniu as sociedades destruídas e desorganizadas, reuniu países que emergiam daquela paz armada protagonizada pelos seus principais fundadores em 1945. Apesar disso, a ONU tornou-se justo e apropriado espaço para que as sociedades possam considerar as suas histórias em nossa casa comum, o planeta. Tratados sobre *Declaração de Direitos*, sobre a *Diversidade Cultural e Biológica*, sobre a *Tolerância*, entre outros, marcaram nossas reflexões sobre as sociedades signatárias e sobre o mundo que desejamos. Ganhamos quando nossas propostas contemplavam o bem-comum, perdemos quando nossas propostas atendiam políticas domésticas de nações ricas. Graças às diferenças entre os discursos e as narrativas criadas nas plenárias da ONU, dos avanços e recuos, vencemos mais do que perdemos.

Sinal dos tempos que vivemos, Maria Ressa, natural das Filipinas, cofundadora de sítio de jornalismo, e, Dmitry Muratov, natural da Rússia, editor-chefe de jornal, foram os ganhadores do Prêmio Nobel da Paz de 2021. Não à toa foram jornalistas os ganhadores em momento delicado vivido por nós. Ressa e Muratov travam o mesmo embate a favor da liberdade e da democracia, relatam e vivenciam em suas experiências profissionais e de vida o quanto em nossos dias a defesa de princípios e de valores democráticos está sob forte pressão. Não são apenas os seus países – Filipinas e Rússia – mas quadro maior. Amplitude que a Pandemia de 2020/22 revelou. O Brasil segue os mesmos tristes passos de governos autoritários como a Rússia. Os governos brasileiros da redemocratização popularizaram os ataques à imprensa livre e em mais de uma oportunidade acenaram para a restrição dos trabalhos de jornalistas e de jornais. Tristes tempos, triste redemocratização que viu nascer gerações de corruptos e corruptores em escala nunca vista. Trago à lembrança governante brasileiro que se jactava de ter vendido avião de combate a empresa particular, orgulhoso do negócio, acenava os valores da venda. A divulgação em primeira página de periódico nacional de que a empresa em questão pertencia a ex-militares reformados e que atuavam na

---

<sup>4</sup> Discurso disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/145385-discurso-do-secretario-geral-da-onu- assembleia-geral-21-de-setembro-de-2021> (acesso em 22 de setembro de 2021).

prestação de serviços de segurança em cenários de guerra provocou reações, ou seja, o que dependendo do contexto e do diplomata, chamamos de *mercenários*. De um lado, os que acreditavam que era apenas um negócio de compra e venda, de outro, os que defendiam que vendas de armas fossem realizadas apenas às nações, e, os governantes envolvidos que responderam que tudo era cena de uma suposta mídia golpista. Triste e trágica maneira de ver e de viver a política de *nós e os outros*, que, no final das contas, evidenciava a separação da realidade e a necessária criação de narrativas que conformassem a si mesmo e os seus passos políticos. O governante em questão no caso de venda de avião numa das mãos saudava o Alto Comissário das Nações Unidas, o brasileiro Sérgio Vieira de Mello, que, então, servia no Iraque devastado, e, na outra, vendia avião de guerra aos *mercenários* que ali atuavam. Ambos, o diplomata, falecido em atentado em 2003, e o vendedor de aviões, vendido em 2008, viveriam a mesma guerra, a mesma barbárie e o Brasil ouvia histórias descoladas do mundo real e daquela distante Bagdá que crepitava e chorava.

### **À maneira de conclusão**

A escalada de crises e guerras é das maiores desde o término da Segunda Guerra Mundial e das Guerras de Independência. As redes digitais dão voz em escala sem precedentes à população, algo louvável; todavia, se o uso que faço do recurso é impróprio propagam-se registros e informações falsas. Não faz muito, em 2015, um professor italiano em discurso na cerimônia que lhe deu o título de *Doctor Honoris Causa* na Universidade de Turim falou, com apreensão, do fato de as redes de computadores darem voz, em suas palavras, aos *idiotas*. A afirmação causou espécie e desconforto, o professor falou de como outrora as tolices de alguns ficavam limitadas às mesas e as taças de bebidas, mas que o advento da rede e o desejo de exposição os lançou a circuitos de comunicação que garantem repercussão ao que dizem. As bobagens ditas de forma particular durante encontros com amigos ganharam em virtude do desejo de publicidade escalas amplas, agora, a conversa privada é lançada em redes que a multiplicam graças às equações que fomentam acessos e indicações de leitura.

O professor italiano dividiu opiniões, alguns o julgaram intolerante e arrogante, outros, concordaram com o diagnóstico que fazia e fizeram coro. Passados sete anos, a divisão provocada por aquele discurso tem sido reavaliada. Vez por outra autores que disseram não à fala do professor italiano achegam-se para a autocrítica: desculpam-se e indagam-se sobre o que pode ser feito a propósito das redes sociais. Sim, temos um problema. Ganhamos acesso, falta-nos mais, falta-nos ocupar a rede não com notícias falsas e discursos de ódio e de polarização, falta-nos elevar a nossa voz não para convencer, mas

para pedir o diálogo franco e fraterno. Até quando dividiremos o mundo entre *nós e os outros*? Do presidente que anuncia a guerra ao país em que vivem os seus demônios ao político que não faz senão ralar contra o outro por fé em seu credo partidário há a mesma falácia, há o mesmo gesto autoritário e de exclusão.

Todavia, é necessário considerar que as querelas ou as guerras marcaram nossa existência como espécie no planeta. Somos espécie em processo de extinção em virtude da maneira predatória como crescemos e vivemos, as redes sociais são campo de batalhas de *likes* e de cancelamentos, de falsificações e humilhações. No entanto, permanece intocada a questão da regulamentação das redes sociais. Regulamentação no sentido de mecanismos que sirvam para que os materiais veiculados sejam auditados. Trata-se de tema sensível, suscita vozes que clamam pela liberdade de expressão, aspecto vital certamente, todavia, e se quem invoca a liberdade de expressão são os mesmos que lançam pedras ou balançam armas: pedras e armas aqui estão em sentido figurado e literal. Redes sociais como, por exemplo, o *facebook* é vez por outra chamado a adotar políticas de funcionamento que primem pela *civilidade* e compromissos com o desenvolvimento social. A rede pode tanto contribuir para o crescimento e fortalecimento de aspectos democráticos e de representação como, de igual maneira, para a dissolução de espaços de cidadania. Paradoxal. Impossível negar tal crítica realidade e retardar a urgência de debate que estabeleça os parâmetros e as expectativas da sociedade. Não é possível permitir que as empresas que gerem as redes assumam sozinhas a responsabilidade de definir as políticas de carregamento. Tal deve, em razão da sensibilidade do assunto, ser assunto debatido pela sociedade e não por conselhos de conglomerados de redes digitais que buscam não o que é melhor para as sociedades, mas sim, para as suas organizações. Perceberam a dinâmica e o vício das redes políticos e aproveitadores, que, fomentaram ou criaram sistemas de divulgação e de veiculação de notícias falsas. Assim, assessorias de todo o espectro político podiam inundar as redes a partir de perfis falsos e de compartilhamentos, comentários e análises, vídeos e notícias que interferem na correta apreensão de acontecimentos e de fatos. Discute-se, aliás, em nosso século XXI, o quanto tais assessorias são capazes de interferir nos sistemas de votação eleitoral, o quanto podem eleger alguém empregando ficções. Tal não é um fenômeno nascido no Brasil, mas dele, de igual maneira, padecemos. Nomes conhecidos pela sua participação e proximidade de governos ao redor do mundo já foram vistos em nosso país confraternizando em círculos de poder e de partidos. Percebe-se o quanto as *falsificações* são indissociáveis de nossa aproximação de práticas autoritárias.

Não recuso o valor e o papel que as redes desempenham na criação de uma sociedade informacional, mas sim, julgo impróprio a forma como franqueia acesso a qualquer coisa, inclusive as falsificações históricas aqui tratadas. Tais materiais ganharam repercussão não pelo seu valor, mas sim, pela política de compartilhamento, exposição, identidades (perfis) falsas que aos olhos do conselho da empresa eram ótimo negócio. Se o lucro vem das visualizações, tudo aquilo que provoca e causa cizânia é ótimo negócio, quanto maior o calor das discussões tanto melhor. Paradoxal. No final das contas, a empresa beneficia-se da polarização, ela rende acessos. O cenário político em convulsão, alimentado no embate e nas lutas, nas pedras e nos cancelamentos, encontra o seu meio adequado: casamento perfeito. O que é feito da palavra diálogo? Por que as chamadas redes afastam-se da prática das argumentações? Certamente, os algoritmos empregados pela rede dizem algo a respeito, mas não tudo. O que os usuários veem na rede? Por que fazem o que fazem? Por que deleitam-se com acessos sem se importar com a mensagem contida? Surgiu, em nossa história recente, o termo influenciador digital. Assim nomeamos escritores e escritoras que acumulam seguidores, categoria par do influenciador, afinal autores e autoras existem à medida que são lidos. A expressão influenciador revela aspecto dos dias que vivemos, traz à tona novos personagens e as dinâmicas de fruição do nosso tempo. Séculos atrás, nossas sociedades criaram escritores, que, multiplicaram as suas publicações graças às revoluções mecânicas e técnicas de impressão, as cafeterias e confeitarias ganharam as cores de clubes e de cenáculos, mesas que serviam às reuniões e leituras de periódicos de nossos cidadãos interessados em tomar a sociedade em suas mãos, sonhando-a e inventando outros mundos. Eram os dias da escrita dos livros e dos jornais, hoje, tais territórios de comunicação e de veiculação de ideias não deixou de existir, mas viu nascer veículos eletrônicos e digitais que dispensam máquinas de impressão, correções do autor e de livrarias. Tal profusão e facilidade pede a nossa atenção e cuidado, está em causa o nosso tempo e a qualidade de nossas vidas.

Há toda sorte de registros no formato digital, de materiais que demandaram projetos e elaborações meticulosas a registros fortuitos de viagens. A rede digital tudo aceita e tudo comporta, gerando universo virtual em constante expansão. Em meio a isso nasce o influenciador que, já nos lembra o nome, tem a capacidade de ser ouvido por legiões de leitores, ouvido e atendido. Em um universo em expansão tal como o digital, à medida que os chamados influenciadores se multiplicam, há intersecções e movências. Entre si, nossos influenciadores acumulam contradições e repetições, lugares comuns e cristalizações de conhecimentos; todavia, tais incongruências em nada interessam a quem os segue, a quem os lê.

Quem saberia do influenciador e do seguidor décadas atrás? Mesmo que delas façamos uso cordial e proveitoso há catadupas de idiotas nas redes. Quando nosso lucro vem da falsificação e vozes se levantam contra a regulamentação alegando de forma falaciosa que se infringe a liberdade de expressão vivemos sob o peso da barbárie. Há quem atribua o mal-estar das falsificações que vivemos ao Liberalismo político e econômico, entendendo que a nossa compreensão deva se estender ao lugar dos autoritarismos em nossas sociedades. Estamos além de Liberalismos e de Socialismos, está em questão nossa capacidade de criar ambientes de representação e de manifestação que desobstruam nosso arcaico populismo de sociedade que cultua a demagogia e a corrupção ao mesmo tempo em que de pés juntos e de mãos postas clama por um outro mundo, um mundo melhor.

Sim, o professor italiano que tantas críticas ouviu tinha razão, demos chance a que toda sorte de opiniões e falsificações ganhassem amplitudes nunca vistas antes. Chamá-los de *idiotas* não ajuda a criar o campo certo para a aproximação das partes, para a imprescindível superação de divergências. Há que se fazer de outra maneira, melhor seria lembrar que estamos a falar de termo que abriga demagogos, populistas – de direita e de esquerda – supremacistas – de todos os credos – e criminosos. Cabe à sociedade – em toda a sua extensão e complexidade – cultivar o encontro com o outro, sincero e respeitoso, o mais se faz no caminho.

## **Referências**

ARENDRT, Hannah. *As origens do Totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo, São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

RUSSEL, Stuart. *Human Compatible*. New York, Penguin Books, 2019.

# Reflexões Sobre os Desafios dos Amefricanos (as) do Brasil no período pós Pandemia: Genocídio e Racismo

Ricardo Matheus Benedicto<sup>1</sup>

---

## Resumo

O presente artigo pretende apresentar uma análise das condições que permitiram ao governo – durante o flagelo causado pelo novo coronavírus – adotar uma política genocida ao invés de proteger a população dos males causados pela pandemia. Para tanto, na primeira seção apresento a Lei do Fenótipo de Cheikh Anta Diop, que permite reflexões inovadoras sobre as origens do racismo e do genocídio. Em seguida mostro que o racismo e o genocídio são elementos estruturantes da sociedade brasileira. Na terceira seção, tendo como referência os trabalhos de Frances Cress Welsing, sustento que, para compreender os motivos pelos quais a pandemia atingiu desproporcionalmente os afro-brasileiros e afro-brasileiras, é preciso compreender a supremacia branca e mentalidade genocida do ocidente. Por fim, nas considerações finais, defendo que a sociedade brasileira deve ser refundada, visto que o modelo atual não respeita a humanidade dos americanos(as) do Brasil e dos povos originários.

**Palavras-chave:** Genocídio; Lei do Fenótipo; Racismo.

---

<sup>1</sup> Professor do Instituto de Humanidades e Letras Malês da Unilab e Coordenador do Grupo de Pesquisa em Educação Afrocentrada. E-mail: [ricardomb@unilab.edu.br](mailto:ricardomb@unilab.edu.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4842813618531868>

Um aspecto crucial da cultura europeia para o entendimento de sua postura imperialista é o que eu denomino concepção europeia do **outro cultural**. Este conceito torna possível o comportamento dos europeus em relação aos outros. Na ideologia europeia o outro cultural é como um território ou espaço no qual os europeus se expandem. O outro cultural está lá para eles definirem. Por isso, eles podem descrever sua nova consciência destes objetos, povos, e território como sua descoberta. Neste sentido a definição de outro cultural é aquilo que **não é humano**. Os europeus definem a humanidade nos termos de sua autoimagem e com tal intensidade que a ética e as regras de comportamento que se aplicam ao outro cultural não se aplicam a quem não se enquadra neste conceito. O outro cultural é, portanto, uma pessoa (objeto) que pode ser tratado de qualquer maneira – com um grau ilimitado de hostilidade e brutalidade, como evidenciado quando observamos a história da relação dos europeus com os povos de outras culturas.

**Marimba Ani**

## **Introdução**

Este texto pretende apresentar uma análise das condições que permitiram ao governo brasileiro adotar uma política genocida durante o flagelo causado pelo novo coronavírus ao invés de proteger a população dos males causados pela pandemia. Não me parece razoável que ascensão da extrema direita, o jogo de poder, os interesses econômicos e políticos sejam suficientes para explicar as mais de seiscentas e cinquenta mil vidas – números oficiais que sabemos serem subnotificados – ceifadas durante este período. A despeito desta situação calamitosa, a sociedade brasileira, de certo modo, normalizou este morticínio. Ela parece funcionar “normalmente”. Durante a pandemia, a indignação, a revolta, as manifestações contra o descabro ideologicamente orientado que se abateu sobre o país foram muito tímidas. Não houve luto. Este artigo é uma tentativa de oferecer explicações satisfatórias para esta trágica situação.

Para tanto, na primeira seção, refletimos sobre as origens do racismo e do genocídio. Com sua Lei do Fenótipo, Cheikh Anta Diop mostrou que estas chagas se originaram há milhares de anos – no caso do genocídio, talvez milhões – e, desde então, vem orientando as relações entre os povos fenotipicamente diversos.

Na segunda seção evidenciamos que o genocídio e o racismo são elementos estruturantes da sociedade brasileira, o que lhe permite naturalizá-los. Mostramos, também, alguns intelectuais “respeitáveis” que defenderam a política do extermínio dos amefricanos(as) do Brasil e dos povos originários e enfatizamos que, até hoje, a sociedade branca brasileira não se retratou por este morticínio.

Na terceira seção, apresentamos as relações entre o ocidente, a supremacia branca e a mentalidade genocida. Tendo como referência os trabalhos de Frances Cress Welsing e Charles Wade Mills evidenciamos que a mentalidade genocida é parte essencial do ocidente.

Por fim, nas considerações finais, sustentamos que a sociedade brasileira deve ser refundada, visto que o modelo atual, racista e genocida, não respeita a humanidade dos amefricanos(as) do Brasil e dos povos originários.

## 1. Cheikh Anta Diop, a Lei do Fenótipo e as Origens do Racismo e do Genocídio

Em sua última obra, *Civilization or barbarism: an authentic anthropology*, o pensador senegalês Cheikh Anta Diop apresentou quatro leis que permitem compreender de modo adequado as relações étnicas ao longo da história: Lei da Porcentagem, Lei da Assimilação, Lei da Distância e a Lei do Fenótipo. Apesar da importância destas leis, para o escopo deste artigo trataremos de modo mais detalhado da Lei do Fenótipo.

Para iniciar nossa análise, faremos a citação de toda a reflexão de Diop sobre o papel histórico do fenótipo nas relações étnicas. De acordo com o autor:

Nas relações históricas e sociais entre os povos, o único fator que intervém, ao início, é o do fenótipo; isto é, a aparência física e, conseqüentemente, aquelas diferenças que possam existir neste nível. Importaria muito pouco que Botha ou um zulu tenham o mesmo genótipo, ou seja, os mesmos genes em seus cromossomos.

As leis sobre a luta de classes, tal como definidas pelo materialismo histórico, aplicam-se unicamente após o fato de uma sociedade, através da violência, ter sido homogeneizada etnicamente. O materialismo histórico, nas suas análises, ignora praticamente os períodos de lutas bestiais darwinianas que aconteceram antigamente. Isso é lamentável, considerando que a maioria das nações contemporâneas passou por essa fase e que, contrariamente ao que pensava Engels, trata-se de uma generalidade, e não de uma exceção: “estas poucas exceções são casos isolados de conquistas nas quais os mais bárbaros conquistadores exterminaram ou expulsaram a população de um país e destruiu ou abandonou as forças produtivas que não sabiam utilizar.”

De fato, esta categoria inclui as Américas (do Norte, do Sul e Central), Austrália, Tasmânia, nova Zelândia, uma boa parte da Ásia, as ilhas do Pacífico, Groenlândia, Islândia, Escandinávia e muitas outras. Os negros das Américas foram trazidos para o trabalho na terra, enquanto as raças indígenas foram destruídas. Hoje, elas apresentam problemas particulares que ainda não foram resolvidos. O treinamento anual dos escritórios ocidentais na Amazônia, para estarem preparados para destruir um inimigo (asiático) que poderia vir para se estabelecer, é, para dizer o mínimo, estranho.

**Todos os autores que tratam da violência, mas sem ter a coragem de escavar esses níveis primários, onde a violência bestial é praticada em um plano coletivo, e onde todo um grupo humano se organiza, não para subjugar outro grupo, mas para exterminá-lo completamente, se engajam, conscientemente ou não, em uma operação de pura metafísica, destinada a sublimar essas questões com o fim de aparecer sob um ângulo exclusivamente filosófico**

No transcurso da história, cada vez que dois grupos humanos se confrontaram em torno à posse de um espaço econômico vital, a menor diferença étnica tem sido amplificada e servido, temporariamente, para estabelecer demarcações políticas e sociais que enfocam as diferenças de aparência física, de língua, de religião ou de modos e costumes.

No curso da história, conquistadores frequentemente fazem mal uso desses argumentos para impor sua dominação em bases étnicas: a exploração do homem pelo homem assume a modalidade étnica; classe social, no sentido econômico, por um período indefinido se encaixa nos contornos da etnia da raça conquistada. (DIOP, 1991, p. 124-125, tradução e grifos nossos).

A abordagem inovadora de Diop, ao colocar o fenótipo no centro das relações históricas e sociais entre os povos, revolucionou o entendimento comum, e errôneo, sobre as origens do racismo. Isto porque os primeiros encontros entre povos de pele escura e de pele clara, ocorreram na antiguidade, provavelmente a partir do terceiro milênio anos antes da Era Comum. Neste sentido, para uma compreensão adequada de nosso desenvolvimento histórico, é importante saber quando, como e onde as diferenciações fenotípicas aconteceram. O pensador senegalês dedicou grande parte de sua vida ao estudo deste tema. Na obra citada acima, Diop, amparado pelas melhores evidências disponíveis, sustenta que a origem monogenética e africana da espécie *Homo sapiens sapiens* não pode ser negada, embora tenham ocorrido no século XX tentativas desesperadas e grotescas de ideólogos, dispostos a cometer suicídio moral<sup>1,2</sup>

Dada esta tese, Cheikh Anta Diop enunciou os seguintes corolários, que golpearam de modo decisivo a mitologia racista do ocidente: “1. A humanidade que surgiu na região dos Grandes Lagos, próximo ao Paralelo Equador é necessariamente pigmentada e negra; [...]”. Como consequência: “2. Todas as outras raças derivam da raça negra [...] e os outros continentes foram povoados a partir da África nos estágios do *Homo Erectus* e *Homo Sapiens Sapiens* por volta de 150.000 anos. [...]” (DIOP, 1991, p. 11).

Bem, diante destes corolários, uma questão se sobressai: Como os povos brancos surgiram? Novamente, servindo-se dos melhores conhecimentos de que a ciência europeia dispunha, Diop respondeu a esta questão crucial:

A diferenciação racial aconteceu na Europa, provavelmente no Sul da França e na Espanha, ao término da última glaciação Wurm, entre 40 mil e 20 mil anos atrás. Assim, atendendo aos fatos anteriormente citados, é fácil compreender por que o primeiro habitante da Europa foi o Homem Negro de Grimaldi, que foi o responsável pela introdução da primeira indústria lítica do Paleolítico superior, chamada de indústria aurignaciana. [...]

Os negroides de Grimaldi deixaram numerosos traços por toda a Europa, Ásia, da Península Ibérica ao Lago Baikal na Sibéria, passando pelo sul da França, Áustria, Crimeia, pela Bacia de Don etc.[...].

---

<sup>2</sup> Ver, por exemplo, a farsa do Homem de Piltdown montada por um conjunto de cientistas que iludiu a comunidade acadêmica por mais de quarenta anos.

Se basearmos nossa avaliação na morfologia, o primeiro branco apareceu por volta de 20.000: o Homem do Cro-Magnon. Ele é, provavelmente, resultado da mutação do Negroide de Grimaldi devido a uma existência de 20.000 anos no clima excessivamente frio da Europa no fim da última glaciação.

[...] Assim, a humanidade surgiu na África e se diferenciou em raças diferentes na Europa na fase final da glaciação Wurm, quando o clima era suficientemente frio. Se os seres humanos tivessem se originado na Europa, teriam tido pele branca primeiro e, logo depois, ter-se-iam enegrecido (escurecido) sob o Equador em consequência da formação da melanina no nível da epiderme, como proteção contra os raios ultravioletas.

Portanto, isto não é um juízo de valor. Não há glória particular no fato de a África ser o berço da humanidade, porque isso é apenas um acidente. Se as condições físicas do planeta fossem outras, a origem da humanidade teria sido diferente. (DIOP, 1991, p. 15-16, tradução nossa).

Pode parecer estranho aos nossos olhos ler sobre processos de diferenciação racial em um momento em que a academia consagrou a tese da não existência das raças. Diop enfrentou este problema, sua obra foi publicada pela primeira vez em 1981, quando este tema ganhava força. Embora, a ideia da inexistência das raças pareça estar comprometida com o antirracismo, o pensador senegalês mostrou que esta tese, sustentada pela genética e pela biologia molecular, está eivada de ideologia e se presta mais a confusão – sobre o papel histórico do genótipo e do fenótipo nas relações sociais – do que a explicação da origem e desenvolvimento da humanidade e das origens do racismo. Diop ilustra seu raciocínio do seguinte modo: “raça não existe! Isto quer dizer que nada permite distinguir a mim mesmo de um sueco e que um zulu pode provar a Botha [...] que eles têm o mesmo estoque genético e, no nível do genótipo, são quase gêmeos [...]?” Esta argumentação de Diop é similar à apresentada em sua descrição da Lei do Fenótipo. O que importa, historicamente, nas relações sociais – sustenta o pensador – é a aparência física. É o fenótipo que determina que os negros, em uma sociedade racista, ocupem seus estratos inferiores, ainda que muitos deles sejam genotipicamente muito próximo dos brancos que os oprimem. Novamente nos serviremos do raciocínio do autor: “[...] é a aparência física que conta. Este negro, mesmo que no nível celular seja mais próximo de um sueco do que Pieter Botha, quando ele estiver na África do Sul ele viverá em Soweto.” (FINCH & DIOP, 1989, p. 367)<sup>3</sup>. Nesse sentido, para Diop, a negação do conceito de raça tem como objetivo principal evitar o debate sobre as implicações da origem monogenética e africana da humanidade.

---

<sup>3</sup> A tradução desta entrevista se encontra nesta coletânea.

Passemos agora para outra implicação da Lei do Fenótipo: as origens do racismo. Curiosamente, Diop não tratou deste tema de modo detalhado, embora suas posições possam ser inferidas a partir de uma leitura conjunta de suas obras e entrevistas. Recorremos, para tanto, a *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*, de Carlos Moore – cientista social, etnólogo e assistente pessoal de Cheikh Anta Diop no Laboratório de Radiocarbono no Senegal – e *Cold wind from the North: the pré-históric European origin of racism explained by Diop's two cradle's theory*, de Vulindlela Wobogo. Os trabalhos destes autores, como veremos adiante, são influenciados de modo decisivo pelas teses e teorias diopianas.

Começaremos nossa análise com Carlos Moore. De acordo com o etnólogo, o “racismo é um fenômeno eminentemente histórico, ligado a conflitos reais ocorridos na história dos povos” (MOORE, 2007, p. 38).

O primeiro ponto a ser destacado nesta definição é que, para o cientista social, é um equívoco reduzir o racismo a uma ideologia, ou seja, a um conjunto coerente e organizado de ideias, produto da mente de um ou mais pensadores.

O segundo ponto a ser observado é que esta definição pode ser considerada uma implicação direta da seguinte passagem da Lei do Fenótipo: “no transcurso da história, cada vez que dois grupos humanos se confrontaram em torno à posse de um espaço econômico vital, a menor diferença étnica tem sido amplificada e servido, temporariamente, para estabelecer demarcações políticas e sociais focadas nas diferenças de aparência física, de língua, de religião ou de modos e costumes” (DIOP, 1991, p. 124- 125). Os conflitos a que Moore faz referência estavam ligados à posse dos recursos necessários para manutenção da vida. Os povos de pele clara – a quem ele chama de leucodérmicos – ao vencerem as várias disputas por territórios com os povos melanodérmicos – povos de pele escura – instituíram sistemas racializados para organizar a posse e a distribuição destes recursos. Para Moore, estas disputas muito provavelmente ocorreram durante o período Neolítico. Neste período houve sucessivas migrações devido à última glaciação Würm. Este contexto, de acordo com o etnólogo, propiciou o encontro e o conflito violento de populações que, até então, não se conheciam. Vale também destacar que, dado o exposto acima, Moore sustenta “que o racismo não poderia ter surgido num só lugar geográfico e cultural, a partir do qual teria se irradiado para outras sociedades, senão que seria um fenômeno ‘plurigênico’.” (MOORE, 2007, p. 246).

Seguindo Diop<sup>4</sup>, Moore implode o senso comum sobre o racismo evidenciando que, como fenômeno histórico pautado pelo fenótipo ele não surgiu na modernidade. Em suas palavras: “desde seu início, na antiguidade, o racismo sempre foi uma realidade social e cultural pautada única e exclusivamente no fenótipo, antes de ser um fenômeno político e econômico pautado na biologia” (MOORE, 2007, p. 22).

Ecoando as teses diopianas, o cientista social enfatiza a importância do fenótipo na compreensão do racismo: “o fenótipo é um elemento objetivo, real, que não se presta à negação ou confusão. É ele, não os genes, que configura os fantasmas que nutrem o imaginário social [...]” (MOORE, 2007, p. 22).

A tese de que o racismo surgiu na antiguidade é sustentada pelo etnólogo porque, em suas pesquisas, ele encontrou diversas sentenças no livro sagrado *Rig-Veda* que dificilmente poderiam deixar de ser consideradas racistas. No hino a Indra 1.103.3, por exemplo, lê: “Com um raio na mão como arma, e cheio de poder, arremeteu contra os dasyu, destruindo seus fortes. Envia teu dardo com sabedoria, Amo da Trovada, para atingir os dasyu. Aumenta, Indra, o poder e a glória dos arianos.” Rig-Veda III 34.9: (louva o deus ariano que) “destruiu os dasyu e protegeu a cor ariana.” Rig-Veda I 100.18: (agradece ao deus dos arianos por ter) “entregue aos seus amigos brancos, o sol, as águas e os campos.” O hino a Indra 1.130.8 descreve como, “nas batalhas, Indra ajuda a seus seguidores arianos” e “atormenta a gente sem leis, e entregou a pele escura aos que são da linhagem de Manu.” Rig-Veda I 130.8: explica a maneira em que a “pele negra” foi conquistada.” (MOORE, 2007, p. 52).

Quanto à carência de estudos, indicada por Diop, sobre a violência genocida provocada pelo que a Lei do Fenótipo descreve, Moore procura suprir esta lacuna apresentando e contextualizando a tese de Victor Davis Hanson expressa na obra *Por que o Ocidente venceu?* Ao fazer esta análise, o pensador relacionou o genocídio e o racismo de um modo que contribui para a superação do que ele chama de vácuo analítico:

---

<sup>4</sup> Embora Diop não tenha formulado explicitamente sua tese sobre as origens do racismo ele afirmou em entrevista a Carlos Moore: *Quando falamos de racismo na Antiguidade, é importante entender que racismo como o conhecemos em nossos dias não poderia ser expresso da mesma maneira em face aos negros, pela simples razão que eram os negros que haviam monopolizado o conhecimento técnico, cultural e industrial. [...] Portanto, racismo, no sentido moderno da palavra, não podia ter sido exercido pelos brancos contra os negros da mesma maneira, durante Antiguidade. O problema é complexo, pois realmente encontramos, ao término do período alexandrino, e mais especificamente ao final da ocupação grega no Egito, práticas racistas discriminatórias em vigor contra os negros egípcios em seu próprio lar. [...] Existiu segregação residencial nessa época, afirmadas ao longo de linhas raciais. Gregos e romanos aplicaram isso aos egípcios. Isto fica explícito na legislação colonial daquela época. O racismo, portanto, existiu na Antiguidade* (DIOP, apud MOORE, 2007, p. 36).

Hanson argumenta que nos últimos 2.500 anos – desde a civilização greco-romana, passando pela Idade das Trevas, e antes do Renascimento ou da descoberta da América pelos europeus e da Revolução Industrial –, “tem havido uma prática específica de guerra ocidental, uma base comum e uma maneira de lutar contínua que fizeram dos europeus os soldados mais mortais da história da civilização.” (Hanson, 2002, p. 19). Mas, também como Baechler – ao tempo que, acertadamente, coloca a cultura no centro de suas explicações – Hanson omite um fator que, a nosso ver, deve ser integrado na panóplia da “infinidade de outros fatores” que determinam a demonstrada letalidade dos europeus no confronto com seus inimigos: a saber, a capacidade de mobilização de uma forma extrema de ódio além do ódio capaz de liberar um combatente de qualquer entrave à execução da matança exterminadora. O especialista militar, Karl Von Clausewitz, ofereceu a definição talvez definitiva da guerra como outra via para a obtenção de objetivos políticos. “A guerra não é nada mais do que a continuação da política por outros meios”, disse, porém sem apontar, em suas análises, que o genocídio seja um possível objetivo da guerra. Unanimemente, os historiadores concordam com Clausewitz que o propósito da guerra é vencer o adversário militarmente e compeli-lo a executar a vontade do vencedor. Portanto, a guerra genocida corresponderia a um tipo específico de embate, onde o que comanda a ação bélica é um tipo de ódio avassalador, cuja origem não é política. Efetivamente, esse tipo de ódio é de natureza cultural, e não política. O tipo de ódio que o racismo consegue gerar, libera energias destruidoras sem paralelo com os outros sentimentos de animadversão. **O racismo talvez seja a única forma de ódio capaz de apagar todas as fronteiras ético-morais para permitir uma forma de insensibilidade total ao sofrimento do Outro. Ele libera o indivíduo e a coletividade de qualquer entrave ou amarra para cometer o ato de exterminação contra aqueles que se odeia com tanta intensidade. Nos cabe examinar em seguida esse nível de ódio que se situa além da própria lógica da guerra e que acompanha todos os processos de substituição populacional mediante o genocídio** (MOORE, 2007, p. 148. Grifos nossos).

Esta citação nos oferece a ligação para as reflexões desenvolvidas por Vulindlela Wobogo. Curiosamente, como Carlos Moore, Wobogo nota que Diop não apresentou as origens do racismo de modo orgânico, em seus principais trabalhos. Uma das possibilidades aventada por Wobogo para auxiliar na explicação desta lacuna nos trabalhos do pensador senegalês é uma possível interpretação da Lei do Fenótipo somada ao fato de a formação científica de Diop levá-lo à busca de explicações universais (WOBOGO, 2011, p. 336). Wobogo argumenta que a Lei do Fenótipo não implica apenas o fato de o racismo ser a primeira base para o conflito na história, mas também que todos os povos seriam igualmente culpados pelo conflito, pelo menos no início (WOBOGO, 2011, p. 336). Esta lei de interação social, nas reflexões diopianas, identifica o genocídio como o primeiro meio para homogeneizar uma sociedade. Em consequência, e visto que o genocídio é baseado na aparência física, o racismo pode ser compreendido como a primeira filosofia social na história (WOBOGO, 2011, p. 339).

Wobogo também observa que a interpretação da Lei do Fenótipo poderia ser estendida para o período em que viveram o *Homo habilis*, *Australopitecos* e o *Homo erectus*, o que implicaria que as primeiras tentativas de eliminar problemas raciais se deram por meio do genocídio. O pensador oferece como exemplo desta possibilidade o ocorrido nas Américas e na Tasmânia (WOBOGO, 2011, p. 336).

Os fatos mencionados acima colocam dificuldades para o estabelecimento das origens do racismo, o que ajuda a explicar a hesitação de Diop em apresentar uma teoria sobre a questão. Apesar disso, sua Teoria dos Dois Berços<sup>5</sup> – que estabeleceu a unidade cultural dos africanos e, por extensão, a unidade cultural dos europeus – evidencia que a xenofobia é um dos traços culturais dos europeus formado durante o Paleolítico Superior, devido ao ambiente inóspito em que viviam. Em uma entrevista a Carlos Moore, Diop fez a seguinte observação: “o que eu acho notável é que nas atitudes individuais dos negros para com outras raças há uma diferença de abordagem. Negros não são racistas. Negros não têm medo de contatos étnicos. Brancos sim!” (DIOP apud MOORE, 2007, p. 314).

Dados os fatos acima, e somada a ausência de documentação histórica que evidencie a existência de um racismo antibranco, é digno de nota a cautela adotada pelo pensador senegalês ao não relacionar as origens do racismo com a xenofobia europeia. Vulindlela Wobogo deu este passo e definiu o fenômeno “[...] como o abuso racialmente motivado, baseado no reconhecimento do fenótipo ou ancestralidade, praticado por brancos/europeus, suas instituições e seus aliados.” (WOBOGO, 2011, p. 23). Sobre as origens do racismo, Wobogo escreve:

---

<sup>5</sup> O pensador senegalês demonstrou, em sua obra *A Unidade Cultural da África Negra*, que as organizações religiosas, sociais políticas e econômicas das sociedades africanas e europeias seguiram caminhos diferentes devido às influências do meio em que estas sociedades se desenvolveram. O meio ambiente ameno do continente africano – chamado por Diop de berço meridional – favoreceu o desenvolvimento da agricultura, de um papel destacado da mulher na sociedade, da propriedade comum do solo, da cooperação entre os povos, de um ideal de paz, de justiça, de bondade e otimismo, o que elimina toda noção de culpa ou pecado original na religião ou suas instituições metafísicas. O tipo de literatura que prevalece, neste berço, são novelas, fábulas e comédia. Já berço do norte inóspito, frio favoreceu **o nomadismo que propiciou, a xenofobia, o individualismo, a propriedade privada do solo e um papel secundário da mulher na organização, um ideal de guerra, violência, crime e conquistas que têm como consequência sentimento de culpa e pecado original, o que causa a elaboração de sistemas religiosos e metafísicos pessimistas** (DIOP, 2014, p. 173). Estes traços da personalidade coletiva dos europeus, de acordo com Diop, apesar de não serem imutáveis, persistem a despeito das mudanças geográficas e das condições materiais ao longo do tempo.

A origem do racismo branco pode ser relacionada a três fatores. [...] O primeiro fator é a condição ambiental responsável pela diferenciação racial do *homo sapiens* africano para o *homo sapiens* europeu; isto se completou por volta de 20000 a. C. Xenofobia, o precursor do racismo, pode ter sido embutida na filosofia social das populações que sobreviveram à idade do gelo [...]. A cultura resultante reteve a xenofobia como um elemento estrutural/filosófico fundamental. O segundo componente é o efeito da vida caçadora/nômade em um clima multi-sazonal impróprio para estabelecer o modo agrário de existência. Estes efeitos ocorreram entre migração inicial para o norte da recentemente diferenciada raça branca e o fim da sua permanência nas estepes eurásianas por volta de 6000 a. C. Os efeitos destas experiências são explicados por argumentos baseados na teoria dos dois berços de Diop [...] WOBOGO, 2011, p. 406, tradução nossa).

Tendo em vista as reflexões realizadas até o momento, vejamos como elas se aplicam à sociedade brasileira.

## **2. Genocídio e Racismo Como Elementos Estruturantes da Sociedade Brasileira**

Recentemente, devido a política de morte desenvolvida pelo ex-presidente da República, o termo “genocida” tem sido utilizado de modo recorrente para caracterizá-lo. Penso que este é um momento importante para compreendermos o papel do genocídio e do racismo na formação da sociedade brasileira, para que possamos enfrentar de modo adequado esta necropolítica.

O nascimento do Brasil se deu por meio de um processo genocida. De acordo com a intelectual afro-colombiana Rosa Amelia Plummelle Uribe (2018), antes de 1500 havia mais de cem milhões de habitantes nas Américas. Estes povos foram reduzidos a dez milhões em 1550. Em oitenta anos, foram exterminados pelo menos noventa milhões de pessoas! No território hoje denominado Brasil, habitavam, em 1500, cerca de três milhões de indígenas. Hoje, de acordo com o censo de 2010, eles somam pouco mais de oitocentos mil, pertencendo às mais variadas etnias.

Por mais de três séculos, diversos povos africanos foram dizimados pela maafa<sup>6</sup> que se abateu sobre o continente. Cerca de quatro milhões de africanos foram trazidos à força ao Brasil por meio do maior crime contra a humanidade já cometido e que até hoje permanece impune.

---

<sup>6</sup> Palavra de origem kiswahili que significa holocausto africano, desastre, grande tragédia. Ver Marimba Ani, *Yurugu: an African-centered critique of European cultural thought and behavior*. Trenton: Africa World Press, 1994.

Findo o período colonial, a república nasceu sob a égide de uma política de extermínio dos descendentes de africanos e dos povos indígenas. Abdias Nascimento, o primeiro intelectual a enquadrar a política de branqueamento do Brasil sob a perspectiva do *Genocídio do Negro Brasileiro*, escreveu, em 1978, na obra de mesmo nome: “para a solução deste grande problema – a ameaça da “mancha negra”<sup>7</sup> – já vimos que um dos recursos utilizados foi o estupro da mulher negra pelos brancos da sociedade dominante, originando os produtos de sangue misto”. (NASCIMENTO, 2002, p. 113). E completou: “e estabelecendo o tipo mulato como o primeiro degrau na escada da branquificação sistemática do povo brasileiro, ele é o marco que assinala o início da liquidação da raça negra no Brasil” (NASCIMENTO, 2002, p. 113).

Não escapou a Nascimento o papel da política imigratória neste processo de genocídio:

A orientação predominantemente racista da política imigratória foi outro instrumento básico nesse processo de embranquecer o país. A assunção prevalecente, inspirando nossas leis de imigração, considerava a população brasileira como feia e geneticamente inferior por causa da presença do sangue africano (NASCIMENTO, 2002, p. 115).

Abdias Nascimento foi solenemente ignorado pela maioria da sociedade brasileira. Assim foi a despeito de José Veríssimo ter escrito no *Jornal do Comercio*, em 1899: “a mistura de raças tendendo, como asseguram os etnólogos e pode à primeira vista ser reconhecido exato, a fazer prevalecer a superior, acabará forçosamente, em período mais ou menos curto, por **extinguir a raça negra daqui**” (VERÍSSIMO, 1899, grifos nossos). Em discurso proferido em 1917, em homenagem póstuma ao médico e sanitarista Oswaldo Cruz, que conduziu com sucesso a campanha contra a febre amarela, Rui Barbosa também disse que:

Conservadora do elemento africano, exterminadora do elemento europeu, a praga amarela, negreira e xenófoba, **atacava a existência da nação na sua medula, na seiva regeneratriz do bom sangue ariano, com que a corrente imigratória nos vem depurar as veias da mestiçagem primitiva**, e nos dava, aos olhos do mundo civilizado, os ares de um matadouro da raça branca BARBOSA, 1917, p. 35-36, grifos nossos).

Já Joaquim Nabuco escreveu, em *O abolicionismo*: “a imigração europeia traga sem cessar para os trópicos uma corrente de sangue caucásico, vivaz, enérgico e sadio, com que possamos absorver sem perigo, em vez dessa onda chinesa, com que a grande propriedade aspira a viciar e corromper mais a nossa raça”. E escrevesse as seguintes palavras sobre Machado de Assis:

---

<sup>7</sup> As aspas são do original.

“o Machado para mim era um branco, e creio que por tal se tornava; **quando houvesse sangue estranho, isso em nada afetava a sua perfeita caracterização caucásica**. Eu pelo menos só vi nele o grego” (NABUCO, 1908, grifos nossos).

Fernando de Azevedo, por sua vez, sustentou, em *A cultura brasileira*:

**A admitir-se que continuem negros e índios desaparecer, tanto nas diluições sucessivas de sangue branco como pelo processo constante de seleção biológica e social e desde que não seja estancada a imigração, sobretudo de origem mediterrânea**, o homem branco não só terá no Brasil, o seu maior campo de experiência e de cultura nos trópicos, mas poderá recolher à velha Europa, - cidadela da raça branca -, antes que passe a outras mãos, o facho da civilização ocidental a que os brasileiros emprestarão uma luz nova e intensa, - a da atmosfera de sua própria civilização (AZEVEDO, 1964, p. 79-80, grifos nossos).

Darcy Ribeiro sustentou, enfim, que o preconceito racial no Brasil “se trata de um preconceito especial que discrimina o fenótipo negro e o indígena por não estar ainda diluído na população majoritariamente mestiça, cujo ideal de relações inter-raciais é a fusão” (RIBEIRO, 2011, p. 158-159).

Estas proeminentes figuras, e muitas outras que não foram aqui mencionadas, ainda hoje são reverenciadas pela sociedade brasileira. Vale destacar que até hoje a política de extermínio dos amefricanos<sup>8</sup> do Brasil e dos povos indígenas nunca foi oficialmente rejeitada. A parte branca da sociedade brasileira faz de conta que este processo genocida orientado pelo racismo não ocorreu no Brasil. Sabemos, no entanto, que ao longo do século XX e XXI ela foi atualizada. De acordo com o Atlas da Violência de 2021, “em 2019, os negros representaram 77% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 29,2. Comparativamente, entre os não negros a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil, o que significa que a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra.” (p. 49).

---

<sup>8</sup> A intelectual amefricana Lélia Gonzales cunhou o conceito de amefricanidade para nos auxiliar a compreender a realidade dos africanos nas Américas. Em suas palavras: *as implicações políticas e culturais da categoria de Amefricanidade são de fato democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A AMÉRICA e como um todo (Sul, Central, Norte e Insular). Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada [...].*

*Seu valor metodológico, a meu ver, está, no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo. Portanto, a Améfrica, enquanto sistema etnográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos. Por conseguinte, o termo amefricanas/americanos designa toda uma descendência: não só dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro, como daqueles que chegaram a AMÉRICA muito antes de Colombo. (1988, p. 76-77) As ênfases são do original.*

Do que dissemos até agora segue-se que o genocídio e o racismo são elementos estruturantes da sociedade brasileira. Isso significa que, ao longo da nossa história, a desumanização dos afro-brasileiros e dos povos indígenas foi naturalizada. O etnólogo Carlos Moore nos ensina que em todas as sociedades em que o racismo existe é possível identificar “o estabelecimento de uma ordem social baseada numa hierarquização raciológica, mediante a subordinação política e socioeconômica permanente do mundo populacional conquistado” (MOORE, 2007, p. 247).

Moore também nos ensina que estas sociedades racistas, que ele chama de pigmentocráticas, pagam um alto preço para manter a dominação do grupo branco hegemônico:

O caráter milenar das sociedades pigmentocráticas, o intrincado jogo de relações interpessoais que o caracteriza, fazem com que sejam uma das formações de relações raciais mais duráveis na história da humanidade. A extraordinária transversalidade e a extrema plasticidade dessas sociedades conferem-lhes uma enorme durabilidade e capacidade de resistência às mudanças orgânicas. Esta última característica está amplamente demonstrada no exame das sociedades do Oriente Médio, da Índia e do Paquistão, e, ainda, mais recente na história, dos países da chamada América “Latina”.<sup>9</sup> Mas esta durabilidade e estabilidade, obtidas por meio de relações de dependência de cunho clientelista, de um paternalismo típico das sociedades patriarcais pré-industriais e da prática da “mestiçagem violenta”, mantêm-se a um altíssimo preço: o imobilismo social, o obscurantismo cultural, o conservadorismo e o eventual desmoronamento ético e moral da sociedade (MOORE, 2007, p. 266).

Isto nos leva ao atual momento. Até a data em que escrevo este texto mais de seiscentos e cinquenta mil brasileiros morreram devido, principalmente, à política de morte adotada pelo ex-ocupante eventual do Planalto.<sup>10</sup> A maioria destes mortos têm cor<sup>11</sup>. Diante deste cenário desalentador, muitos não conseguem compreender a tolerância das instituições e de parte da sociedade brasileira com este descabimento. Ora, uma sociedade que chama de “descobrimento” e “colonialismo” o processo de extermínio a que foram submetidos os povos indígenas, que faz pouco caso de uma política oficial de extermínio que fundou a República, que ainda hoje idolatra os proponentes desta política, que conviveu nos últimos trinta anos com uma média superior a quarenta e cinco mil homicídios por ano – a maioria de afro-brasileiros – está habituada a naturalizar o genocídio contra negros e indígenas.

<sup>9</sup> As aspas contidas no excerto são do original.

<sup>10</sup> O Ministro da Casa Civil reconhece que o governo pode ter que responder há, pelo menos, vinte e três acusações na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a pandemia instaurada no Senado. Ver o texto do jornalista Rubens Valente. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2021/04/25/covid-cpi-governo-bolsonaro-ministerios.htm>. Acesso em 26/04/2021.

<sup>11</sup> Ver, por exemplo, o estudo *Mortes Evitáveis por Covid-19 no Brasil*, realizado por Guilherme Loureiro Werneck, Jéssica Pronestino de Lima Moreira, Ligia Bahia e Mário Schefer. Disponível em: [https://idec.org.br/sites/default/files/mortes\\_evitaveis\\_por\\_covid-19\\_no\\_brasil\\_para\\_internet\\_1.pdf](https://idec.org.br/sites/default/files/mortes_evitaveis_por_covid-19_no_brasil_para_internet_1.pdf). (acesso em 24/06/2021). Ver também a Nota Técnica 34 da Rede de Pesquisa Solidária. Disponível em: <https://redepesquisasolidaria.org/wp-content/uploads/2021/09/boletimpps-34-20set2021-1.pdf> (acesso em 28/09/2021).

É verdade que a pandemia não ceifou apenas a vida dos afro-brasileiros e indígenas. No entanto, os momentos de indignação com o morticínio pareceram ganhar volume apenas quando aqueles considerados humanos por esta sociedade começaram a ser vitimados de um modo e em quantidade não habituais. O mecanismo não é diferente daquele que faz com que um assassinato em um bairro nobre gere muito mais comoção do que as “balas perdidas” – que sempre encontram corpos negros – e as recorrentes chacinas nas periferias do país.<sup>12</sup>

Diante deste cenário macabro, é preciso destacar que a solução genocida adotada pelo governo brasileiro não está aparentemente relacionada com a disputa ou a ameaça de perda do controle dos recursos vitais para a manutenção da vida. Dito de outro modo, se a política genocida não fosse aplicada no combate à pandemia, a hegemonia branca não seria abalada. Sendo assim, para nos protegermos dos futuros ataques genocidas – que certamente virão –, é preciso compreender por que, mesmo nestas circunstâncias, o genocídio foi levado a cabo. É o que faremos na próxima seção.

### 3. A Supremacia Branca e a Mentalidade Genocida

Frances Cress Welsing, psiquiatra falecida em 2016, dedicou sua vida ao estudo e à compreensão da supremacia branca, que ela sustentava ser a única forma de racismo existente no planeta, e suas implicações na vida da comunidade negra. Em sua obra *The Isis Papers: the keys to colors*, reuniu um conjunto de artigos com suas reflexões sobre este sistema de poder local e global<sup>13</sup> que define como:

Um sistema de poder local e global estruturado e mantido por pessoas que classificam a si mesmas como brancas, seja de modo consciente ou inconsciente; este sistema consiste em modelos de percepção, lógica, formação simbólica, pensamento, palavras, ação e resposta emocional conduzidos simultaneamente em todas as áreas da atividade humana (econômica, educação, entretenimento, trabalho, política, religião, sexo e guerra). O propósito último do sistema é prevenir a aniquilação genética dos brancos do planeta terra (WELSING, 1991, p.ii, tradução nossa).

---

<sup>12</sup> No dia 06/05/2021 houve a mais letal chacina no Rio de Janeiro envolvendo agentes públicos. Esta chacina vitimou vinte e oito pessoas, dentre as quais o policial civil André Leonardo Mello Frias. A operação, que afrontou decisão do Supremo Tribunal Federal e cumpriu apenas três dos vinte um mandados de prisão, foi classificada como um “trabalho de inteligência” pelo governador do estado. No dia seguinte, a polícia civil não tinha divulgado o nome das vítimas do massacre – o que mostra o apreço que as instituições cariocas têm pelas famílias que vivem na comunidade do Jacarezinho –, mas o vice-presidente da República se sentiu confortável para afirmar que todos os mortos eram bandidos.

<sup>13</sup> Outra excelente definição de supremacia branca é a elaborada por Charles Mills na obra *The Racial Contract*. Nela podemos ler: *A supremacia branca é o sistema não nomeado que fez do mundo moderno o que ele é hoje. Você não encontrará este termo em textos introdutórios ou avançados de teoria política. Um curso padrão de graduação em filosofia começará com Platão e Aristóteles, talvez diga algo sobre Agostinho, Tomás de Aquino e Maquiavel, seguirá em direção a Hobbes, Locke, Mill e Marx, e então termina com Rawls e Nozick. O curso lhe apresentará noções de aristocracia, democracia, absolutismo, liberalismo, governo representativo, socialismo, capitalismo de bem estar e libertarianismo. Mas, embora ele cubra mais de dois mil anos do pensamento político ocidental e trate ostensivamente de uma variedade de sistemas políticos, não há menção ao sistema político básico que moldou o mundo nos últimos séculos.*

Em sua análise da mentalidade genocida, que permite aos brancos racionalizar a violência praticada ao longo da história, lembra a recomendação do filósofo George Santayana: “aqueles que não conhecem a história e não aprendem com ela irão repeti-la (WELSING, 1991, p. 294). Em seguida, escreveu as seguintes palavras:

Se você tentar entender a guerra biológica e química sem entender a supremacia branca, você somente ficará confuso. Se você tentar compreender o assassinato de ciganos na Alemanha, sob a liderança de Adolf Hitler, sem compreender a supremacia branca, você somente ficará confuso. Se você tentar entender o assassinato de homossexuais na Alemanha, sob a liderança de Adolf Hitler, sem entender a supremacia branca, você somente ficará confuso (WELSING, 1991, p. 294, tradução nossa).

É perspicaz a relação estabelecida por Welsing entre as guerras químicas e biológicas e a supremacia branca. Isto porque, em primeiro lugar, sua análise explicita um sistema cultural, político e econômico que se pretende inexistente. Depois dos horrores do nazismo, o ocidente pretendeu relegar o supremacismo branco, evidente durante o período da maafa e das invasões aos continentes americano, africanos e asiático, a uma espécie de acidente ou erro histórico para não ter que lidar com o fato de que este sistema de poder global e local é uma consequência lógica do desenvolvimento do Ocidente<sup>14</sup>.

Em segundo lugar, Welsing relaciona a supremacia branca a outros ataques genocidas, tenham ou não sido retratados assim, como o ocorrido em Tuskegee, por exemplo. Vulindlela Wobogo também estabelece a mesma relação que Welsing. Na seção intitulada “O Genocídio e a Lei de Diop do Fenótipo”, da obra mencionada acima, podemos ler: “agentes bioquímicos genocidas são tão potentes quanto a engenharia genética e podem ser usados em qualquer circunstância social. Qualquer doença injetada em uma população ou que é, propositadamente ou não tratada, pode ser considerada um agente químico genocida” (WOBOGO, 2011, p. 432). E completa: “o infame experimento de sífilis em Tuskegee [...] são exemplos modernos (WOBOGO, 2011, p. 433).

---

*E esta omissão não é acidental. Ao contrário, ela reflete o fato de que os livros de referência e os cursos foram escritos e planejados por brancos, que tomam seu privilégio racial como natural e não o veem como político, como uma forma de dominação. Ironicamente, o mais importante sistema político da história global recente – o sistema de dominação pelo qual os povos brancos têm historicamente governado e, de certo modo, continuam a governar os povos não brancos – não é visto como sistema político (MILLS, 1997, p. 1-2, tradução nossa).*

<sup>14</sup> Para uma excelente análise do pensamento e do comportamento europeu ver a obra de Marimba Ani *Yurugu: an African-centered critique of European cultural thought and behavior*. Trenton: Africa World Press, 1994.

Em que consiste o infame caso de Tuskegee? Faremos, a seguir, uma citação longa para evidenciar nossa argumentação e torná-la mais compreensível:

De 1932 a 1972 o Serviço de Saúde Pública dos Estados Unidos da América realizou uma pesquisa, cujo projeto escrito nunca foi localizado, que envolveu 600 homens negros, sendo 399 com sífilis e 201 sem a doença, da cidade de Macon, no estado do Alabama. **O objetivo do Estudo Tuskegee, nome do centro de saúde onde foi realizado, era observar a evolução da doença, livre de tratamento.** Vale lembrar que em 1929, já havia sido publicado um estudo, realizado na Noruega, a partir de dados históricos, relatando mais de 2000 casos de sífilis não tratado.

**Não foi dito aos participantes do estudo de Tuskegee que eles tinham sífilis, nem dos efeitos desta patologia. O diagnóstico dado era de “sangue ruim”. Esta denominação era a mesma utilizada pelos Eugenistas norte-americanos, no final da década de 1920, para justificar a esterilização de pessoas portadoras de deficiências.**

A contrapartida pela participação no projeto era o acompanhamento médico, uma refeição quente no dia dos exames e o pagamento das despesas com o funeral. Durante o projeto foram dados, também, alguns prêmios em dinheiro pela participação. A inadequação inicial do estudo não foi a de não tratar, pois não havia uma terapêutica comprovada para sífilis naquela época. A inadequação foi omitir o diagnóstico conhecido e o prognóstico esperado.

**A partir da década de 50 já havia terapêutica estabelecida para o tratamento de sífilis, mesmo assim, todos os indivíduos incluídos no estudo foram mantidos sem tratamento.** Todas as instituições de saúde dos EEUU receberam uma lista com o nome dos participantes com o objetivo de evitar que qualquer um deles, mesmo em outra localidade, recebesse tratamento. A inadequação do estudo foi seguindo o padrão conhecido como “slippery slope”, isto é, uma inadequação leva a outra e o problema vai se agravando de forma crescente. Da omissão do diagnóstico se evoluiu para o não tratamento, e deste para o impedimento de qualquer possibilidade de ajuda aos participantes.

Nesta época, início da década de 1950, já havia sido proclamado o Código de Nuremberg que estabelecia as primeiras diretrizes éticas internacionais para a pesquisa em seres humanos. Vale lembrar que o Código de Nuremberg foi escrito por norte-americanos e é parte da sentença do Tribunal de Nuremberg II, que na realidade era uma corte militar composta apenas por juizes norte-americanos. A Associação Médica Americana (AMA) também já tinha publicado algumas normas no sentido de proteger as pessoas envolvidas em pesquisas.

**Os resultados parciais do estudo foram aceitos para apresentação em congressos científicos e não mereceram qualquer restrição por parte da comunidade científica.**

Em 1969, a imprensa noticiou a confirmação de que já tinham ocorrido 28 mortes no estudo. O historiador James H. Jones tomou contato, por acaso, com documentos relativos ao experimento também em 1969, mas pensou que o mesmo já havia sido descontinuado. Somente quando a repórter Jean Heller, da Associated Press, publicou no New York Times, em 26/7/72, uma matéria denunciando este projeto, que houve uma forte repercussão social e política sobre o mesmo. Após 40 anos de acompanhamento dos participantes, ao término do projeto, somente 74 sobreviveram. Mais de 100 participantes morreram de sífilis ou de complicações da doença. A instituição responsável pela condução do projeto, na suas últimas etapas, foi o Centro de Controle de Doenças (CDC) de Atlanta.

Em 1997 existiam apenas 8 pessoas ainda vivas. O governo norte-americano decidiu fazer um pedido de desculpas formais a todos os que foram enganados durante o experimento de Tuskegee (GOLDIM, 1999, grifos nossos).

Qualquer semelhança com os experimentos nazistas<sup>15</sup> ou com o caso Prevent Senior é mera coincidência! O “estudo” só foi interrompido porque a imprensa o noticiou. Caso tivesse conseguido ficar em segredo por mais quarenta anos, a comunidade científica, que apresentou seus resultados em artigos e congressos, teria convivido muito bem com a “pesquisa”. Observem que nenhuma indenização foi paga aos sobreviventes, ou familiares, deste crime. Ninguém foi processado. Ninguém foi punido. Apenas um pedido de desculpas foi considerado suficiente! A epígrafe do começo deste texto, que contém a definição de outro cultural de Marimba Ani nos ajuda a compreender por que negros podem ser submetidos a estes processos genocidas: “o outro cultural é, portanto, uma pessoa (objeto) que pode ser tratado de qualquer maneira – com um grau ilimitado de hostilidade e brutalidade, como evidenciado quando observamos a história da relação dos europeus com os povos de outras culturas” (ANI, 1994, p. 403).

Para aqueles que ainda acham exagerada a análise aqui realizada, vale a pena ler as questões colocadas por Alvin Toffler em *A terceira onda*, publicada originalmente em 1980. Na seção intitulada *A indústria do gene*, Toffler discute as possibilidades e potencialidades da engenharia genética, bem como os seus riscos. Em dado momento, ele faz uma série de perguntas, das quais destacamos duas. A primeira é: “devemos alterar biologicamente os trabalhadores para se adequarem ao trabalho, por exemplo criando pilotos com tempos de reação mais rápidos ou linha de montagem de trabalhadores neurologicamente projetados para fazer nosso trabalho monótono para nós?”. A segunda é: “Devemos tentar eliminar pessoas “inferiores”<sup>16</sup> e criar uma super raça? (Hitler tentou isso, mas sem o **armamento** genético que em breve poderá sair de nossos laboratórios)” (TOFFLER, 1980, p. 162, grifo nosso).

---

<sup>15</sup> Ver a tese de doutorado de Sidney Aguilar Filho *Educação Autoritarismo e Eugenia: Exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945)*. Nela podemos ler: *Este trabalho defende a tese que no Brasil das décadas de 1930 e 1940 houve política estatal de segregação para fins de eugenia. Deu-se, em particular, na área da educação e da saúde, favoreceu o uso da exploração do trabalho e da violência como práticas educativas de crianças e de adolescentes dando continuidade ao preconceito racial existente no Brasil, modernizando-o, através de fundamentos pretensamente científicos. As crianças pesquisadas foram vítimas dessa política segregacionista* (AGUILAR-FILHO, 2011, p. 14).

<sup>16</sup> As aspas são do original.

Quem são esses senhores que serão servidos por aqueles que não forem eliminados pela engenharia genética de “nossos” laboratórios? Quem são os inferiores que correm o risco de serem eliminados?<sup>17</sup> Qual a aparência física desta super raça? Estaria Toffler se lamentando pelo fato de Hitler não ter à disposição o armamento genético hoje disponível? Toffler não responde a estas perguntas. Como bem observa Wobogo, ao analisar esta passagem, “a escolha das palavras de Alvin Toffler é reveladora. Ele não apresenta a questão como um perigo a ser evitado, mas como uma questão a ser discutida, sem paixões, cuja decisão deve ser tomada com base em considerações práticas e não morais” (WOBOGO, 2011, p. 433).

As “reflexões” de Toffler ecoam no “pensamento refinado” do médico Jean Paul Mira, chefe do serviço de reanimação do Hospital Cochin de Paris. Em abril de 2020, Mira nos brindou com o seguinte raciocínio sobre o desenvolvimento de vacinas contra a covid-19: “isso pode ser polêmico, mas não deveríamos fazer um estudo na África, onde as pessoas não usam máscaras nem tratamentos de reanimação?”. E continua: “isso acontece em casos de Aids, onde prostitutas são usadas para testar certas coisas, porque sabem que estão muito expostas e não têm proteção” (PLACAR, 2020).

Diante desses humanistas, penso que as reflexões de Aimé Césaire são proféticas:

Sim, valeria a pena estudar clinicamente, no pormenor, os itinerários de Hitler e do hitlerismo e revelar ao burguês muito distinto, muito humanista, muito cristão do século XX que traz em si um Hitler que se ignora, que Hitler vive nele, que Hitler é o seu demônio, que se o vitupera é por falta de lógica, que, no fundo, que não perdoa a Hitler não é o *crime*<sup>18</sup> em si, o *crime contra o homem*, não é a *humilhação do homem em si*, é o crime contra o homem branco, a humilhação do homem branco ter aplicado à Europa processos colonialistas a que até aqui só os árabes da Argélia, os “coolies” da Índia e os negros da África estavam subordinados.

E aí está a grande censura que dirijo ao pseudo humanismo: o ter, por tempo excessivo, apoucado os direitos do homem, o ter tido e ainda ter deles uma concepção estreita e parcelar, parcial e facciosa e, bem feita as contas, sordidamente racista (CÉSAIRE, 1978, p. 18).

---

<sup>17</sup> A tese de Immanuel Kant, apresentada na nota 1,520 de suas *Reflexões Sobre Antropologia*, colocada em perspectiva histórica pode adquirir novos contornos: *Todas as raças serão exterminadas, exceto a dos brancos (Nativos americanos e negros não podem governar a si mesmos. É por isso que eles não servem para nada apenas para serem escravos).*

<sup>18</sup> Os itálicos e as aspas são do original.

Sábias palavras de Césaire! Vale destacar que, até o momento em que escrevo este texto, o mundo já aplicou mais de doze bilhões milhões de doses de vacinas contra Covid-19. O continente africano, que tem uma população aproximada de um bilhão e duzentos milhões, ainda não chegou a vinte por cento de toda a população vacinada com duas doses.<sup>19</sup>

Assim, diante do exposto, não é razoável considerar a mentalidade ocidental genocida como algo do passado, acidental ou episódico. Ela faz parte da essência do ocidente.

Para encerrar esta seção, penso que a seguinte paráfrase de Welsing nos ajuda a colocar em perspectiva histórica a mentalidade ocidental genocida, bem como nos auxilia a nos defendermos dos futuros ataques: **se você pretende compreender o morticínio de mais de seiscentos e cinquenta mil brasileiros sem compreender a supremacia branca você somente ficará confuso! Se você quiser compreender a sociedade brasileira sem compreender a supremacia branca, você somente ficará confusa. Se você quiser compreender o genocídio do povo Yanomami sem compreender a supremacia branca, você somente ficará confuso. Se você quiser entender por que não há vacinas suficientes para o continente africano sem entender a supremacia branca, você somente ficará confusa e pode ser morta!**

#### 4. Considerações Finais

Para superarmos este eterno retorno de processos genocidas é preciso aproveitar este momento aterrorizante e histórico para refundarmos a sociedade sob novas bases, nas quais a humanidade dos amefricanos e a dos povos indígenas seja respeitada. A hegemonia da cultura europeia deve ser repudiada completamente. Pois, do contrário, o genocídio continuará.

Em 1956, Frantz Fanon afirmou, sabiamente: “uma sociedade é racista ou não o é. Não existem graus de racismo. Não se deve dizer que tal país é racista, mas que não há nele linchamentos ou campos de extermínio. A verdade é que tudo isso, e muito mais, existe como horizonte” (FANON, 1980, p. 45).

---

<sup>19</sup> Há lugares no mundo, inclusive o Brasil, em que pessoas já tomaram quatro doses de vacina! Para maiores informações ver o endereço: <https://ourworldindata.org/covid-vaccinations?country=BRA>. Acesso em 05/08/2022.

Em 2007, o alerta veio de Carlos Moore:

A realidade é que, como assinalou pertinentemente o pensador Aimé Césaire, em *Discurso sobre o Colonialismo*, o racismo evolui constantemente. Ademais, evolui sempre em uma única direção: o nazismo. Cada vez que o racismo recua, ele o faz somente diante de uma ferrenha oposição. E cada vez que essa oposição enfraquece, ele começa novamente a ganhar novos espaços, continuando a evoluir – da mesma forma que evolui o tempo – conforme seu sentido inicial. O racismo nunca recua de forma permanente” (MOORE, 2007, p. 289).

Pois, como bem observou Frances Welsing, se não aprendemos com a história, é possível que, em um futuro não tão distante, estejamos às voltas com tragédias similares.

## 5. Referências

- AGUILAR FILHO, Sidney. **Educação, Autoritarismo e Eugenia**: Exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945). 2011. 364f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- ANI, Marimba. **Yurugu**: An African-Centered Critique of European Cultural Thought and Behavior. Trenton: Africa World Press, 1994
- AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- BARBOSA, Rui. **Discurso pronunciado na sessão cívica de 28 de maio de 1917, no Teatro Municipal**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1999.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980.
- DIOP, Cheikh Anta. **Civilization or Barbarism**: An Authentic Antropology. Chicago: Lawrence Hill Books, 1991.
- \_\_\_\_\_. **A Unidade Cultural da África Negra**: Esferas do Matriarcado e do Patriarcado na Antiguidade Clássica. Angola: Edições Mulemba, 2014.
- FANON, Frantz. Racismo e Cultura. In: **Em Defesa da Revolução Africana**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980, p. 33-48.
- FINCH, Charles S.& DIOP, Cheikh Anta. Interview With Cheikh Anta Diop. **Présence Africaine** n° 149/150, 1989, p. 361-363.
- GOLDIM, José R. **O Caso Tuskegee**: quando a ciência se torna eticamente inadequada. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bioetica/tueke2.htm>. Acesso em 11/01/2022.
- GONZALES, Lélia. A categoria político-cultural da amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n° 92/93 (jan./jun.), 1988, p. 69-82.
- IPEA. Atlas da Violência 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em 17/09/2021.

MILLS, Charles W. **The Racial Contract**. Ithaca: Cornell University Press, 1997.

MOORE, Carlos. **Racismo & sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

NABUCO, Joaquim. Carta a José Veríssimo de 25 de novembro de 1908.

\_\_\_\_\_. **O Abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

NASCIMENTO, Abdias. **O Brasil na Mira do Pan Africanismo**. Salvador: EDUFBA: CEAO, 2002.

PLACAR. **Proposta de testes na África revolta Eto'o e Drogba**: 'Não somos cobaias'. Disponível em: <https://placar.abril.com.br/placar/proposta-de-testes-na-africa-revolta-etoo-e-drogba-nao-somos-cobaias/>. Acesso em 11/01/2022.

PLUMMELLE-URIBE, Rosa A. Da barbárie colonial à política nazista de extermínio. In: União dos coletivos pan-africanistas (Org.). **Coleção pensamento preto**: epistemologias do renascimento africano vol. 1 São Paulo: Diáspora Africana, 2018, p. 74-88.

RIBEIRO, Darcy. A América Latina existe? In: **Ensaio Insólitos**. Rio de Janeiro: Ludens, 2011.

TOFFLER, Alvin. **The Third Wave**. New York :William Morrow Company, 1980.

VERÍSSIMO, José. O País Extraordinário. In: **Jornal do Comércio**, 04 de dezembro de 1899.

WELSING, Frances C. **The Isis Papers**: The Keys to Colors. Third World Press, 1991.

WOBOGO, Vulindlela. **Cold Wind From the North**: The Prehistoric European Origin of Racism Explained by Diop's Two Cradle's Theory. Charleston: Books on Demand, 2011.

## Entrevista com Cheikh Anta Diop<sup>1</sup>

Charles S. Finch<sup>2</sup>

*Esta entrevista aconteceu na casa do Dr. Diop em Dacar, Senegal, em 01 de novembro de 1985.*

*CSF:* Dr. Diop, há dois anos, em agosto de 1983, o *Journal of African Civilizations* realizou uma entrevista com você.

*DIOP:* Eu me lembro muito bem.

*CSF:* Você pode nos falar um pouco sobre suas novas áreas de pesquisa desde aquela entrevista?

*DIOP:* Eu continuo a trabalhar na mesma direção. Em particular, no campo da linguística, tenho trabalhado para tornar mais sistemática a relação entre as linguagens dos antigos egípcios e africanas. Eu tenho trabalhado muito nesta área. Em outros campos, também descobri algumas coisas importantes. Você sabe, os campos da pesquisa africana são praticamente terras virgens. Basta ir em qualquer direção para fazer novas descobertas. É por isso que agora eu gostaria de abrir caminhos para outros. Gostaria de trabalhar com uma equipe interdisciplinar para indicar a direção que a pesquisa deve tomar, porque nenhuma pessoa pode exaurir o material: para organizar o trabalho a ser feito, em vez de tentar esgotar o assunto sozinho.

*CSF:* Você visitou os Estados Unidos pela primeira vez em abril de 1985 como convidado e homenageado da Faculdade Morehouse, em Atlanta, Georgia. Quais foram suas impressões daquela visita?

*DIOP:* Fiquei muito impressionando com meu contato com a comunidade negra americana e com os americanos de modo geral. Descobri muitas coisas das quais eu era totalmente ignorante. Como disse, nos Estados Unidos senti fortemente que foi uma espécie de peregrinação para mim. Acho que todos os pensadores africanos que vão para América estão, de um jeito ou de outro, em peregrinação. Eu disse, antes sair, que iria encontrar metade da minha família na América. Apenas isso. Estamos começando a sentir de modo mais vital esse parentesco biológico que nos liga à América, o cordão umbilical não foi cortado. E isto é muito importante. Estas relações devem se tornar mais próximas no futuro.

---

<sup>1</sup> Entrevista realizada por Charles S. Finch publicada em 1989 na Revista *Présence Africaine*, n.149/150, p. 361-373. Tradução realizada por Ricardo Matheus Benedicto Professor do Instituto de Humanidades e Letras Malês da Unilab e Coordenador do Grupo de Pesquisa em Educação Afrocentrada. **E-mail:** [ricardomb@unilab.edu.br](mailto:ricardomb@unilab.edu.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4842813618531868>

<sup>2</sup> Professor aposentado da Faculdade Morehouse de Medicina em Atlanta.

Acredito em tudo que está em nosso futuro comum nesta perspectiva. América é trazida mais perto da África por laços históricos. Tomei consciência disso especialmente em solo americano.

*CSF*: No livro *Civilisation ou Barbarie*, você dedicou dois capítulos importantes à discussão da pré-história. Qual a importância da pré-história para o estudo da história africana?

*DIOP*: Ela é o fundamento, é o ponto de partida sem o qual todos os outros estudos – mesmo a história africana – ficam suspensos no ar. Se quisermos descobrir a inteligibilidade dos fatos, devemos seguir o caminho correto; não devemos nadar contra a corrente. Devemos também começar pela fonte. Pré-história é o ponto de partida. A separação do homem e do animal aconteceu na África, e não em outro lugar. Eu tenho visto tentativas grotescas, em publicações recentes, nas quais apresentaram uma mandíbula que data de 40 milhões de anos em um esforço de questionar, novamente, a origem africana da humanidade. A mandíbula de um macaco de 45 milhões de anos não pode levantar dúvidas sobre a origem africana da humanidade. Estamos falando da separação do homem do animal, e este processo foi concluído na África: nós temos todos os espécimes.

Então, é deste ponto que devemos começar para entender todo o resto da evolução: como a África foi povoada? Como os primeiros homens nascidos na África confrontaram a natureza? Como eles enfrentaram os desafios da natureza para criar a civilização? Como esta civilização se espalhou pelo continente africano e para os outros continentes, e como o mundo foi povoado? Este é o primeiro passo a ser dado e a condição para todo o resto. Quando esta fase da humanidade é gravada na memória é que se compreende o que vem depois. É por esta razão que a pré-história tem uma importância particular e a pré-história africana não é importante somente para a história africana, mas para toda a história do mundo, porque permite a cada continente saber como foi povoado, deixando toda a ideologia de lado.

*CSF*: O estudo da história cultural africana parece estar desenvolvendo uma complexidade científica crescente. O que você pensa sobre isso e que disciplinas científicas específicas você imagina que os futuros historiadores devem dominar?

*DIOP*: Infelizmente, o historiador hoje deve ser multifacetado, dominando a maioria das disciplinas científicas que estudam o passado, e isto é impossível. Mas o que é inequívoco é que a formação educacional do historiador deve ser vasta e profunda. Seria tedioso enumerar as diferentes disciplinas científicas que seriam necessárias para poder, por exemplo, ser realmente produtivo no campo da investigação histórica. Penso que o caminho

para superar esta dificuldade é criar uma equipe que deveria ser composta por cientistas de várias disciplinas para responder as necessidades de um trabalho coletivo.

*CSF:* Em *Civilisation ou Barbarie* você tocou em muitas áreas que lidam com a influência do antigo Egito na história mundial. Por favor, discorra sobre o que o mundo grego deve ao antigo Egito.

*DIOP:* A Grécia deve tudo ao Egito. O Egito foi o professor da Grécia na sua infância. Os próprios gregos, seus mais eminentes pensadores, admitiram isso. Veja, uma ideia crucial deve ser tida em mente: se os gregos tinham seu próprio gênio especial, um pensamento autônomo que teria permitido a eles a criar a civilização *ex nihilo*, isso teria sido feito antes de eles encontrarem os egípcios. Isto é fundamental. Mas a Grécia nunca filosofou antes de encontrar o Egito. A Grécia não desenvolveu a menor nuance do pensamento científico antes do encontro com o Egito. Voltemos ao século VIII, ao século IX, mesmo na época egeia já havia contato com os egípcios. Mas os gregos eram muito bárbaros para assimilar e reter estas influências. O Egito levou a escrita para Grécia durante o período micênico, por meio do mundo Minoano, Creta. Mas depois da destruição de Creta, pela explosão da ilha de Santorini, os elementos da civilização que deveriam passar para o mundo micênico não foram preservados, e na Idade Média Grega, depois da chegada destas influências orientais, tudo foi perdido. Não há escritos no túmulo de Agamenon, apenas fórmulas, relatos que os escribas trouxeram (do mundo Minoano) sobre o que foi chamados de tábuas, do período micênico, contendo a escrita Linear B. Mas a escrita Linear B se perdeu durante a Idade Média Grega, o que significa que a civilização, o estado da sociedade grega era tal que era incapaz de sustentar a escrita. Uma segunda contribuição do Egito foi necessária antes que os gregos despertassem para a civilização. Então, as questões cruciais a serem colocadas são: onde estava o pensamento grego antes do encontro com o Egito? Onde estava a ciência grega antes do contato com o Egito? Onde estava a filosofia grega antes do encontro com o Egito? Se estas questões forem colocadas por esta perspectiva, nós temos a resposta. Aqui está o povo que inventou tudo, mas que não inventou nada que não fosse iniciado no Egito no nível de seus grandes pensadores.

Foi Tales que começou o ciclo indo para o Egito, e ele admite isso. Ele, então, disse a Pitágoras, que seguiu seus passos. E nós sabemos que todos os pensadores gregos, mesmo aqueles que não foram ao Egito, inventaram a viagem para dar a si mesmos alguma importância. Então, é desse contato que nasceu o que é chamado de pensamento grego. O Egito foi, portanto, preceptor da Grécia, e os próprios gregos reconheciam isso. Já citei para você a passagem de São Clemente de Alexandria no *Stromata* que diz que um livro de mil páginas não seria suficiente para citar os nomes de seus compatriotas gregos que usaram e

abusaram do pensamento e da ciência egípcia. Isto diz tudo. Os próprios gregos admitiam. O Egito foi seu professor, e isto explica por que, para os gregos, todos os não gregos eram bárbaros, exceto os egípcios. Aqueles que lhes deram todos os elementos da civilização não podiam ser considerados bárbaros aos seus olhos. Os gregos sempre admitiram, muito humildemente, que os elementos de sua civilização vieram do Egito, e não de outro lugar.

É a ideologia ocidental que tem tentado, em vão, apagar esta tese. Em qualquer caso, o que devemos ter em mente é que, se houvesse um pensamento grego autônomo, ele seria expressão do seu encontro com o Egito seja na matemática, nas ciências exatas e na filosofia. Mas a Grécia não desenvolveu a filosofia até o seu contato com os egípcios. E nós sabemos que a tradição e a sociedade grega resistiram a este pensamento científico e filosófico. A prova disso é que os entusiastas dessa nova ideologia, deste novo pensamento, foram perseguidos. Sócrates foi perseguido. Ele cometeu suicídio, pôs fim à sua vida. Platão, Aristóteles, Anaxágoras escaparam por pouco da morte. De fato, na antiguidade, não havia estado mais hostil à ciência e à filosofia. Outra inconsistência. Havia uma antipatia verificável entre a tradição grega e o desenvolvimento científico, entre a tradição grega e o pensamento filosófico, e isto não deve ser esquecido. A ciência e a filosofia nasceram e foram protegidas, no entanto, pelo poder do estado egípcio. Não havia incompatibilidade entre o Estado e o desenvolvimento científico. Era o contrário na Grécia.

*CSF:* O que você pode dizer sobre o impacto do Egito nas religiões reveladas do mundo, isto é, a religião judaica, a religião cristã e a religião islâmica?

*DIOP:* Novamente, o Egito está no começo de tudo. O pensamento monoteísta de Akhenaton precede o de Moisés, logo de todo o judaísmo, se deixamos de lado toda a lenda. Se pesquisarmos a história escrita, provada por documentos, em ordem cronológica, o monoteísmo egípcio precede todas as outras religiões monoteístas que existiram desde então, neste caso, judaísmo, cristianismo e islamismo. As religiões reveladas pegaram emprestado o monoteísmo do pensamento egípcio.

Se olharmos o túmulo do pai de Ramsés II, Seti I, vemos reproduzida a representação do inferno. O homem morto atravessa a ponte que está suspensa sobre o inferno. Na mitologia egípcia, no pensamento negro africano, este conceito de céu e inferno é anterior ao nascimento de todas as religiões que chamamos reveladas. O primeiro homem que disse que Deus é um e que seu poder é incompatível com uma imagem, o primeiro a afirmar sua unicidade, o mais puro monoteísmo inventado, foi um homem negro, Akhenaton. Ele é o primeiro profeta.

Os pensadores africanos devem revisar os elementos errôneos que lhes têm sido ensinado nas escolas, mesmo a história das religiões. O fato de Akhenaton ser ignorado e

não ser considerado o primeiro dos profetas não é mais do que um exercício, de uma atitude racista. Não tem nenhuma relação com os dados históricos.

Tudo isto demonstra que a história foi ensinada por homens como você e eu, com todas as nossas fraquezas, e que devemos revisar radicalmente todos os erros que foram ensinados e com os quais a consciência cultural dos nossos estudantes, da nossa geração, das nossas crianças e do nosso povo foi ofuscada.

*CSF*: Parece haver muita ambiguidade ou incerteza na literatura dedicada à egiptologia sobre a verdadeira data de surgimento do Egito como uma cultura e nação unificada na história mundial. Você vai discutir o que é conhecido como cronologia curta em oposição a cronologia longa? Qual delas é mais válida?

*DIOP*: O que é certo é que em 4236 a.C. o Egito já tinha inventado o calendário com a periodicidade de 1460 anos. Este é um fato matemático. Esta data foi estabelecida por Meyer e é considerada uma das mais seguras em toda a história dos seres humanos porque não foi determinada com base em conjecturas vagas. Ela foi baseada em fatos que nós sabemos serem fundamentados na periodicidade do calendário egípcio de 1460 anos, isto é, com base no nascimento heliacal de Sothis, Sirius e do sol.

Agora, é uma armadilha. Não devemos mais dizer abaixo (isto é, ao norte da) da latitude de Mênfis. Isto está errado. Em nenhum teste somos informados de que é abaixo da latitude de Mênfis que esse fenômeno foi observado. E não poderia ter sido observado abaixo desta latitude, porque a cheia do Nilo não pode ser vista abaixo dela.<sup>3</sup> Este fenômeno tinha que ser observado no interior, no local onde o rio era muito mais cheio, onde a cheia era muito mais facilmente visível. Tudo isso parte da sucessão de distorções que alteraram completamente o ensino da história e da verdade. Devemos voltar a isso. Então, esta data do calendário, que corresponde ao início do calendário egípcio, é a mais antiga do mundo. Quantos anos foram necessários para fazer estas observações e colocar em prática este calendário? Eu tenho dito em meus trabalhos publicados que este é o significado deste calendário. É muita coisa para retomar novamente em uma entrevista tão curta. Basta consultar o que todos nós escrevemos sobre o calendário, e, desse modo, a questão é: como o egípcio em 4236 a.C. foi capaz de realizar este projeto? Quanto tempo levou? Certamente, não menos de 5000 mil anos. E isto nos leva a uma data por volta de 8000 a 10.000 anos, o que corresponde ao período Neolítico. E isto está de acordo com o que sabemos sobre a origem da humanidade.

---

<sup>3</sup> O começo da calendário egípcio em 4236 a. C. está relacionado, simultaneamente, à ascensão heliacal de Sirius e ao início da cheia do Nilo, por volta de 21 de junho. Nota do entrevistador.

A civilização egípcia remonta à antiguidade “pré-histórica”. Se o homem, como o conhecemos, nasceu na região ao redor do Quênia (com a exclusão de todas as outras regiões) há cerca de 120.000 anos, e se ele começou a colonizar o Vale do Nilo da área dos Grandes Lagos até o Egito, então não há nada de estranho no fato de que já deveria haver uma civilização estabelecida neste vale há 10.000 anos. Tudo isso explica a precocidade desta civilização na época em que o resto do mundo estava na barbárie. O Egito foi a primeira civilização que existiu, deixando toda a ideologia de lado. E não é possível – porque entra em conflito a cronologia – estabelecer um paralelo entre a Mesopotâmia e o Egito, apesar de as primeiras civilizações da Mesopotâmia terem sido negras. Elam e Susã, isto não deve ser esquecido, eram cidades negras. Mas o movimento partiu do Egito, a influência egípcia se espalhou por toda Ásia ocidental. Só muito depois, comparada à história egípcia, que estas regiões, este mundo negro desenvolveu a civilização.

*CSF:* Vamos tratar agora do difícil tema da raça. Parece haver um consenso ou uma ideia crescente na literatura antropológica de que não existe raça. Uma consequência deste pensamento é a ideia de que os povos negros da Índia, da Ásia e das ilhas do Pacífico que têm características físicas quase idênticas às dos africanos – isto é, pele negra, cabelo crespo, lábios grossos, nariz largo – não teriam qualquer relação com os africanos. Por favor, discorra sobre isso.

*DIOP:* Você sabe, se quiséssemos colocar uma armadilha para os europeus diríamos a eles “prove para nós que vocês são brancos”, e os levaríamos a uma distração.

Os europeus, todos os ocidentais, dizem que não existe raça. Mas eles sabem muito bem o que é o homem branco, sabem muito bem o que é o homem amarelo. Mas nós não sabemos o que é o homem negro. Eles podem estar falando sério, quando sabemos que o homem negro foi o primeiro a existir no planeta Terra? É uma ideologia que foi desenvolvida para destruir a consciência cultural das pessoas colonizadas e dominadas que somos. Nós agora sabemos como o homem branco surgiu. Ele é o mais recente. Ele se desenvolveu no começo do período Solutreano, há cerca de 20.000 anos. Ele nasceu de uma mutação do homem negro.

A classificação racial é dada a um grupo de indivíduos que compartilha um certo número de traços antropológicos, o que é necessário para que não sejam confundidos com outros. Há dois aspectos que devem ser distinguidos: o fenotípico e o genotípico. Tenho estudado frequentemente estes dois aspectos.

Se falamos somente sobre o genótipo, podemos encontrar um negro que, no nível dos cromossomos, é mais próximo a um sueco do que Pieter Botha. Mas o que conta na

realidade é o fenótipo. É a aparência física que conta. Este negro, mesmo que no nível celular seja mais próximo de um sueco do que Pieter Botha, quando ele estiver na África do Sul ele viverá em Soweto. Ao longo da história, é o fenótipo que tem sido problemático; não podemos perder de vista este fato. O fenótipo é uma realidade, a aparência física é uma realidade. E esta aparência corresponde a algo que nos faz dizer que a Europa é povoada por brancos, a África é povoada por negros e a Ásia é habitada por povos amarelos. São estas relações que desempenharam um papel na história.

Agora, toda vez que estas relações não são favoráveis às culturas ocidentais, é feito um esforço para sabotar a consciência cultural dos africanos dizendo a eles “nós nem sabemos o que é raça”. Isto significa que eles não sabem o que é o homem negro; eles sabem o que é o homem branco, eles sabem o que é o homem amarelo. Apesar do fato de que a raça branca e a raça amarela são derivadas da negra, que foi a primeira a existir como humana, nós não queremos saber o que ela é. Se os africanos caírem nesta armadilha, ficarão andando em círculos. Devemos entender esta armadilha, entender o que está em jogo. Há o fenótipo e, no nível da biologia molecular, o genótipo. Alguém sempre tentará provar que estamos errados. Eles nos dirão que anemia falciforme atinge somente os negros, mas se não existe raça...? Eles usam a mesma biologia molecular para explicar as imperfeições dos negros. Tudo isso é carregado de ideologia e não é confiável. De outro lado, no caso da talassemia, doença que atinge os habitantes do norte do Mediterrâneo, em vez de dizer que é uma doença que afeta os brancos, eles dirão que afeta os habitantes da região em torno do Mediterrâneo, o que é um eufemismo e, novamente, não é uma informação confiável. Então, raça, embora seja um conceito relativo, corresponde a algo que nos permite situar os indivíduos em seu berço sociogeográfico, por assim dizer, para distingui-los uns dos outros. No nível do seu fenótipo, somos capazes de seguir as suas relações históricas. Ao longo da história foi o fenótipo que nos trouxe tantas dificuldades, então deve ser considerado nestas relações. Ele existe, é uma realidade que não pode ser ignorada.

O que devemos fazer, agora, é educar nossa consciência cultural para que não vejamos mais em uma pessoa somente essa humanidade pura e, simplesmente, separada de toda etnicidade. Mas não chegamos ainda a este ponto. No nosso mundo, vemos primeiro o que é diferente de nós, vemos somente o fenótipo em nossas relações sociais, em nossas relações históricas, em nossas relações humanas. A prova: o que está acontecendo na África do Sul? Não existe raça? Eles estão em um processo de destruição de uma enquanto dizem que não existe?

Aí está toda a hipocrisia da política internacional e das relações sociais. Não existe raça? O que então eles estão destruindo? Por que é que os negros não querem o *apartheid*?<sup>4</sup> O que é isso? Todas as relações históricas e sociais dos seres humanos, desde os primórdios até o século XIX, foram relações étnicas baseadas no fenótipo. Nenhuma explicação dará sentido ao movimento da história se abstrairmos esta visão. Ao longo da história, sempre houve confrontos étnicos, assimilação e destruição. E agora a humanidade está pensando em como encontrar outro caminho. Mas o desenvolvimento da humanidade tem sido governado essencialmente por estes conflitos étnicos.

*CSF*: De tempos em tempos, ouvimos comentários de negros que aprender sobre o Egito ou história etíope é interessante, mas questionam sua importância hoje. Qual a relação do Egito com os problemas mundiais dos negros hoje?

*DIOP*: É o conhecimento da história do Egito que nos permite saber o que nossos ancestrais fizeram na Terra. Nós sofremos lavagem cerebral. Não se esqueça de que nos tornamos um povo amnésico pelo simples fato de que, por quase 2000 anos, em diferentes graus, temos sido dominados. Houve uma reversão da situação no Egito com a chegada dos persas, como sabemos. Depois dos persas, foram os gregos, depois os romanos e na sequência os árabes. E a dominação continua. A consciência histórica dos povos africanos tem diminuído e nos tornamos progressivamente povos amnésicos, deslocados de nossa própria história. Devemos restaurar a consciência histórica dos povos africanos e afro-americanos, e esta restauração virá através do conhecimento da história do Egito, que é a primeira manifestação da cultura na África. A primeira experiência africana foi o Egito. Este é o motivo pelo qual, se quisermos voltar à nossa fonte cultural, o Egito deve ser o fundamento das nossas humanidades. Devemos ensiná-lo sistematicamente e mostrar a *todos*<sup>5</sup> que nosso povo contribuiu para os outros povos do mundo antes de passar a tocha.

*CSF*: Quais são os planos de Cheikh Anta Diop para o futuro próximo?

*DIOP*: Vamos continuar. Primeiro, devemos ter uma maior consciência da natureza do trabalho que precisa ser feito, do esforço a ser realizado. Acredito que isto é a coisa mais importante. Saber o que precisa ser feito não tem nenhuma relação com a brevidade da vida humana. Resolver os problemas pela organização do trabalho porque não é possível, durante uma vida resolver todos os problemas colocados pelo nosso nascimento cultural. Mas acredito que, agora, os povos africanos ao redor do mundo estão suficientemente conscientes e sensíveis para a tarefa a ser realizada, e isso é um grande passo. O que é importante é a organização do trabalho.

---

<sup>4</sup> O itálico é do original.

<sup>5</sup> O itálico é do original.

Como digo frequentemente, devemos ser severos conosco mesmos. Devemos estar armados até os dentes com a ciência para recuperar nossa herança cultural. Esta é a tarefa que espera a próxima geração. Enquanto eu viver, vou ajudar na formação de equipes multidisciplinares para buscar este objetivo tanto aqui quanto na América.

### **Outras Conversas com o Faraó**

O princípio divino no homem, personificado pelo faraó, era central para ideologia da antiga religião egípcia. O faraó, mais do que a representação de Deus na Terra, era aquele em quem a centelha divina, presente em todas as pessoas, brilhou com mais intensidade. De fato, os egípcios tinham uma palavra para isso, “wr” ou “ur”, que poderia significar “grande deus” e “grande homem”<sup>6</sup>. Para se tornar um faraó, eram necessários muitos árduos anos de educação, treinamento e fortalecimento da mente e do espírito. Seu caráter e intelecto eram temperados como aço fino, porque nele foram investidas a força e a vitalidade da nação. Nas melhores circunstâncias, os faraós egípcios alcançaram algo próximo da unidade completa de si mesmo e poderia ser considerado, com justiça, como a contraparte humana do céu. Em nosso tempo, surgiu um indivíduo raro, cuja vida e caráter ecoam o perdido “princípio faraônico”. Este homem é Cheikh Anta Diop.

Há dois anos e meio, foi publicada nas páginas do *Journal of African Civilizations* uma entrevista que foi fruto do meu primeiro encontro com Cheikh Anta Diop. Meu encontro recente com ele foi o quarto e tive a sorte de ter uma série de conversas com ele por um período de dez dias em Dacar, Senegal, em outubro de 1985. A sucessão de encontros com o professor Diop serviu para aprofundar meu inestimável respeito por seu intelecto e caráter. Embora eu tenha estudado muitos dos seus trabalhos, incluindo o mais recente, *Civilisation ou Barbarie*, cheguei à conclusão de que a soma de seus trabalhos publicados não esgota seu conhecimento. Muito do que ele sabe ainda está em sua cabeça. Mas o professor Diop não é uma torre de marfim intelectual. Ele tem sido um ativista político em toda a sua vida adulta na França ou no Senegal. Ele elaborou um modelo teórico para a reconstrução política, economia e social da África e tem visto muitos dos programas e projetos que defendeu nos últimos trinta anos se tornarem políticas públicas em seu próprio país.

---

<sup>6</sup> As aspas são do original.

Com a publicação de *Civilisation ou Barbarie*, seu lugar como historiador mundial parece assegurado. A posteridade indubitavelmente irá colocá-lo na companhia de Heródoto, Mâneto e Ibn Khaldun, como um historiador cujo trabalho não somente mudou o modo como compreendemos a história, mas fez a própria história.

Como todos os grandes historiadores, o professor Diop voltou sua atenção para um exame minucioso dos princípios históricos que ele chama de “motor da história”. Seu trabalho exemplifica perfeitamente o ditado de Ivan Van Sertima: “*o que aconteceu há dez minutos ou há dez mil anos ocupa o mesmo lugar na consciência*”<sup>7</sup>. Para o professor Diop, a história está no centro da vida e perder a memória histórica é perder a alma. Quando não há história, não há senso de identidade. No esquema diopiano, três fatores constituem a cultura: o fator histórico, o fator psicológico e o fator linguístico. E eles estão interligados. Mudar um é mudar todos.

Como resumo do trabalho de sua vida, podemos dizer que o professor Diop alcançou uma perspectiva da história mundial que exige a reescrita dela em sua totalidade. Foi Napoleão que chamou a história de um conjunto de mentiras mutuamente aceitas, e certamente a história convencional que aprendemos é um jogo de sombras oferecido ao mundo como uma realidade substancial. Por exemplo, o máximo que a história convencional concederá é que o mundo Mediterrâneo e a Ásia ocidental de modo bem vago sentiram a “influência”<sup>8</sup> do antigo Egito, enquanto a recente historiografia afrocêntrica, da publicação de *Stolen Legacy* à de *Civilisation ou Barbarie*, evidencia que estas culturas obtiveram o essencial de suas civilizações do antigo Egito. Em particular, a civilização grega, a centelha que iluminou toda a civilização europeia posterior, pegou o que o Egito oferecia e engoliu por inteiro, porém, digeriu de modo imperfeito. Não há período da vida civilizada grega – religião, ciência, filosofia, organização do Estado – que não tenha sido fortemente pelo Egito. Poderíamos muito bem perguntar por que o valoroso Alexandre, maior representante da cultura grega no mundo antigo, escolheu fazer do Egito a capital e joia de seu império, por que ele realizou uma viagem perigosa através do deserto do Egito ocidental para o oásis de Amon para se declarar seu filho. De fato, o professor Diop sustenta que Alexandre, e o último imperador romano César, aprenderam a arte de governar, particularmente a organização e a administração de um grande império multinacional, pelo estudo e cópia dos modelos egípcios.

---

<sup>7</sup> As aspas e os itálicos são do original.

<sup>8</sup> As aspas são do original.

Poderia, também, ser perguntado por que a flor da ciência grega não floresceu em Atenas, ou em qualquer outro lugar do território grego, mas em Alexandria no Egito? Quantos desses grandes cientistas alexandrinos eram, de fato, gregos? Agora parece que Euclides, o famoso geômetra, era um egípcio com nome grego. Além disso, a tradição grega nos diz que quase todos os filósofos gregos importantes, de Tales e Pitágoras passando por Platão, foram treinados no Egito. Na lenda de Dánao e suas cinquenta filhas, a mitologia grega aponta claramente para o Egito como a casa original da cultura grega. Finalmente, como o professor Diop demonstra em *Civilisation ou Barbarie*, mesmo o cânone da escultura e arquitetura grega é derivado de modelos egípcios: os protótipos das famosas colunas dóricas podem ser encontrados nas colunatas do magnífico Ipet-isut, o grande Templo de em Luxor construído pela segunda vez por volta de 1700 a. C. A menos que tenhamos uma nova visão da história, como exemplificado pelos trabalhos do professor Diop, as verdadeiras fontes da história e da civilização mundial no vale do Nilo continuarão escondidas atrás da chamada cultura clássica grega.

Um véu semelhante é colocado sobre a história das religiões ocidentais pelo foco persistente na Palestina como berço dessas religiões. Isto deixou de ser sustentável. A figura de Moisés oferece o exemplo típico de obscurantismo associado a este assunto. Quando discorreu sobre Moisés no curso de nossas conversas, o professor Diop e eu concordamos que uma princesa egípcia de sangue nunca se comprometeria a adotar uma criança não egípcia de origem humilde mais do que a primeira-dama faria se uma criança negra das favelas de Washington fosse colocada na soleira da porta da Casa Branca. Como um personagem histórico, Moisés pode ser identificado somente com Osarseph, um sacerdote egípcio de Rá que fez parte de um grupo de renegados egípcios e os conduziu para fora do Egito. Além disso, o professor Diop concorda que o povo do Êxodo, qualquer que seja e na medida que estes fatos tenham ocorrido historicamente, deve ter tido a língua egípcia, ou um dialeto dela, como sua língua principal. Se, para efeito da argumentação, aceitamos o cativo bíblico de quatrocentos anos, estes proto-hebreus teriam perdido qualquer língua que tenham trazido com eles no final da segunda geração. O hebraico não surgiu como uma linguagem formal, escrita até o século X a.C.; ou seja, três a quatro séculos depois do Êxodo. Como um grupo, estes povos falariam a língua egípcia, ou uma variante dela, e sua classe educada estaria lendo, escrevendo e pensando em egípcio. Este fato, por si só, dá uma cor totalmente diferente à história bíblica que conhecemos.

As primeiras batalhas do professor Diop são reveladas nas anedotas que ele relata dos seus tempos de estudante. No início dos anos 50 do século XX, ele cometeu a

“*temeridade*”<sup>9</sup> de se matricular em um curso de hieróglifos egípcios em Paris. “*Eu notei*”, ele disse “*que, sempre que um negro mostrava o mínimo de interesse pelas coisas egípcias, os brancos começavam a tremer. Eu estava sentado na aula de hieróglifos na qual havia outra estudante, uma francesa, e o professor a instruí a ir para o quadro para escrever uma passagem em hieróglifo e em seguida apagá-la tão rápido quanto o havia escrito para que eu não pudesse copiar. Nem uma única pessoa em toda França jamais me encorajou em minhas pesquisas, e quanto mais eu pesquisava, mais desconfortáveis e hostis elas se tornavam, fazendo, inclusive, ameaças vagas contra minha futura carreira de professor. Mas eu não me importava. Na época, eu era um jovem com raiva, e quanto mais eu resistia, mais determinado e teimoso eu me tornava*”.<sup>10</sup>

Houve um breve encontro no início da vida estudantil do professor Diop que, mais do que qualquer outro incidente, revela as muitas vezes misteriosas, até mesmo proféticas, reviravoltas da história. Em meio às suas pesquisas sobre a origem africana da civilização egípcia, ele conheceu apenas um homem que o aplaudiu, encorajou e apoiou, um homem que poucos anos depois do encontro de Paris encontrou a morte de modo repentino. Aquele homem aparentemente não era outro senão George G.M. James, autor de *Stolen Legacy*.

\* \* \*

Minhas conversas com o Professor Diop foram realizadas em sua casa em quatro tardes diferentes. Minha intenção, nesta segunda entrevista, era fazer dela uma sequência da primeira, enquanto me esforçava para introduzir tópicos não tratados na entrevista anterior. Era como se tivéssemos pegando fios de uma conversa anterior e continuando nossa linha de pensamento. Eu estava, no entanto, mais relaxado ao fazer esta entrevista e mais confiante no resultado porque o professor Diop e eu estávamos mais familiarizados um com um outro, visto que estive presente em muitas de suas palestras e seminários e tinha lido mais sobre o seu trabalho mais recente publicado e, em geral, estava mais familiarizado com o corpo de suas ideias do que na primeira ocasião.

Professor Diop tem um importante desiderato que ainda não foi cumprido. Ele deseja um fórum ou colóquio em algum lugar onde uma discussão extensa e exaustiva, bem como a análise e esclarecimento de suas ideias possam ser realizadas.

---

<sup>9</sup> As aspas e os itálicos são do original.

<sup>10</sup> As aspas e os itálicos são do original.

Ele sente que seu trabalho e ideias não tiveram o retorno, exame e testes necessários para validá-las de modo apropriado, apesar da recepção cada vez mais ampla (como um aparte, estudiosos sudaneses estão pressionando pela tradução do seu livro para o árabe). Ele não fez afirmações, implicitamente ou de outra forma pela infalibilidade. Ele é totalmente receptivo ao esclarecimento honesto e meticuloso de suas teorias. Sua busca é pela verdade, e não para estabelecer uma nova ortodoxia. É de se esperar que em algum lugar do mundo tal fórum possa ser convocado, como testemunho para Cheikh Anta Diop, o homem, bem como para os trabalhos mentais e espirituais de todo mundo africano.

# O Verdadeiro Kant Por Favor Levante-se: O Desafio do Iluminismo Racista Para o Estudo da História da Filosofia<sup>1</sup>

Robert Bernasconi<sup>2</sup>

---

Este artigo coloca a questão do racismo na filosofia. Vou me referir ao racismo que frequentemente encontramos nos textos das mais eminentes figuras da história da filosofia ocidental, particularmente Locke e Kant. Eles parecem expressar opiniões racistas que para nós, mas aparentemente não para eles, aparentam ir contra os princípios éticos que eles mesmos proclamaram. No entanto, o foco deste artigo não é tanto o racismo deles, mas os nossos modos de enfrentá-lo, ou, mais frequentemente, nossas maneiras de não enfrentá-lo. Minha questão é se não há um racismo institucional dentro da filosofia contemporânea, que surge em nossa tendência de ignorar ou minimizar o racismo destes pensadores enquanto celebramos seus princípios. Para minha mente é chocante que os filósofos contemporâneos deem tão pouca atenção a este problema, embora existam, agora pelo menos, sinais de reconhecimento do problema, assim como o sexismo na filosofia tem sido mais cuidadosamente escrutinado.<sup>3</sup> Porque os detalhes do racismo de Locke e Kant estão agora mais facilmente disponíveis, para quem quiser saber sobre eles, do que estavam três ou quatro anos atrás, é importante pensar sobre as diferenças que eles podem fazer no modo que estes pensadores são discutidos e ensinados. Em outras palavras, devemos explorar a possibilidade de que algumas pessoas podem querer descartar muito rapidamente, como um sintoma do politicamente correto na academia, essas investigações que levantam sérias e difíceis questões filosóficas que precisamos responder com urgência.

A relutância dos filósofos em geral em confrontar, por exemplo, a falha de Locke e Kant em opor-se ao tráfico de escravos africanos não surge de uma recusa saudável de

---

<sup>1</sup> Artigo publicado em 2003 na Revista *Radical Philosophy*, n. 117, p. 13-22. Agradecemos a Radical Philosophy e ao Professor Robert Bernasconi a gentileza de permitir a tradução deste texto. A tradução foi realizada por Ricardo Matheus Benedicto, Professor do Instituto de Humanidades e Letras Malês da Unilab e Coordenador do Grupo de Pesquisa em Educação Afrocentrada. **E-mail:** [ricardomb@unilab.edu.br](mailto:ricardomb@unilab.edu.br), Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4842813618531868> e por Ana Carolina Noffke, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste – *campus* Toledo, bolsista da CAPES. Email: [pindorama.ana@gmail.com](mailto:pindorama.ana@gmail.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7221992095090533>.

<sup>2</sup> Robert Bernasconi é Professor de Filosofia da Pennsylvania State University.

<sup>3</sup> Falo exclusivamente de racismo neste artigo porque acredito que deve ser tratado em sua singularidade, tal como sexismo ou homofobia o deveriam ser, embora eu conceda que em vários pontos eles se cruzam em intersecção. De fato, vou concentrar-me principalmente no racismo negro, embora o preconceito contra outras raças e grupos seja também excessivo nas obras em consideração.

se envolver em filosofia de tabloide, mas representa uma falha moral e filosófica. Devo deixar claro que não compreendo que este artigo ofereça razões para não os ler. Apesar de meus melhores esforços para evitar dar esta impressão, algumas pessoas compararam meus esforços ao modo pelo qual certos estudiosos tentaram usar o envolvimento de Heidegger com o nacional socialismo para expulsá-lo do cânone: de acordo com Gilbert Ryle, porque Heidegger não era um bom homem, não poderia ter sido um bom filósofo.<sup>4</sup> No entanto, nunca usei este argumento nem qualquer variação dele para avaliar as obras de Locke e Kant. Meu ponto é que não devemos ignorar estes pensadores, mas, devido à sua importância inquestionável, de tal forma que não podemos nos dar ao luxo de não os ler, devemos tornar seu racismo como mais um motivo para interrogá-los. Em outras palavras, porque eles inegavelmente foram grandes filósofos, com impacto que extrapola a academia, seu racismo tem particularmente chamado nossa atenção. É isso que torna o racismo de Kant filosoficamente mais interessante do que o de Christoph Meiners, por exemplo. Então, como devemos abordar o racismo de Locke e Kant? Vou detalhar três tarefas iniciais, mas esta não pretende ser uma lista exaustiva.

A primeira tarefa é pesquisar, reconhecer e abordar filosoficamente o racismo dos filósofos canônicos de tal forma que seja visto em relação ao corpo maior de seu trabalho. Isso inclui ampliar a questão de como o racismo desses pensadores se relaciona com sua filosofia. Por exemplo, Frege era fortemente antissemita, mas é difícil estabelecer uma conexão entre seu antissemitismo e sua filosofia. O envolvimento de Heidegger com o nacional-socialismo levanta sérias questões, que não podem ser evitadas por qualquer avaliação filosófica de sua obra, mas seu antissemitismo, embora inegável, não é tão facilmente associado à sua filosofia, embora um argumento nesse sentido possa ser formulado. O caso contra Heidegger muito apropriadamente se baseia no fato de que ele estava, no trabalho, em um momento crucial, em que a questão do destino dos judeus não poderia ser evitada, mas em outros momentos outras questões morais se impõem. A escravidão foi uma delas. A filosofia ocidental tem estado e ainda está em grande parte em negação sobre seu racismo, até porque a maioria dos especialistas tende a ficar na defensiva sobre os pensadores a que eles têm anos dedicados de estudo.

---

<sup>4</sup> *The Times Higher Educational Supplement* 850, 17 February 1989, p. 12.

Vejamos Locke, primeiro. É verdade que os estudiosos de Locke por vários anos reconheceram a necessidade de abordar a questão do seu papel de liderança na administração das atividades coloniais britânicas e seu investimento no comércio de escravos através da Royal African Company e da Company of Merchant Adventures, que operavam nas Bahamas, mas a consideração destes tópicos ainda é, em grande parte, a reserva de historiadores e teóricos políticos, como se não levantassem questões filosóficas.<sup>5</sup> Embora o papel preciso que Locke desempenhou na escrita das *Constituições Fundamentais da Carolina* seja desconhecido e possa nunca ser resolvido, parece que, quando esse documento concede aos proprietários de escravos “poder absoluto e autoridade” sobre seus escravos negros, a referência a “poder” foi adicionada ao manuscrito em sua própria caligrafia: “Todo homem livre da Carolina terá poder absoluto e autoridade sobre seus escravos negros, sua opinião, sua religião ou o que quer que seja”.<sup>6</sup> O ponto do artigo específico das *Constituições Fundamentais* era para resolver a questão de se a conversão ao cristianismo por parte do escravo colocaria em risco o interesse do senhor de escravos em sua propriedade. Mas a intervenção de Locke em 1669 foi contínua com sua insistência no *Segundo Tratado do Governo* em que a sujeição ao “poder absoluto, arbitrário” define escravidão.<sup>7</sup> Com referência ao poder, os termos “absoluto” e “arbitrário” são usados por Locke praticamente de forma intercambiável.<sup>8</sup> E, no entanto, como uma geração de estudiosos têm agora repetidamente observado, o capítulo ‘Da Escravidão’ no *Segundo Tratado* exclui claramente a escravidão do tipo praticado na Carolina, porque é restrito a cativos em uma guerra justa.<sup>9</sup> Locke deve ter reconhecido que o que ele disse sobre formas legítimas da escravidão no *Segundo Tratado* contradizia as condições que ele ajudou a estabelecer para os escravos negros em Carolina. E o fato de que “Escravos comprados com Dinheiro” por plantadores nas Índias Ocidentais apareçam no *Primeiro Tratado* mostra que ele era perfeitamente capaz de relacionar sua teoria política com as condições externas da Inglaterra, quando isso ajudava seu argumento.<sup>10</sup> Entretanto, a maioria dos comentaristas de Locke pressupõem que o que precisa ser explicado é apenas uma contingência,

<sup>5</sup> John Dunn considerou o silêncio de Locke sobre o uso de africanos como escravos por europeus uma “evasão imoral”. John Dunn, *The Political Thought of Locke*, Cambridge University Press, Cambridge, 1969, p. 175 n.4. Ver também Geraint Parry, *John Locke*, George Allen & Unwin, Londres, 1978, p. 70.

<sup>6</sup> “The Fundamental Constitutions of Carolina”, *North Carolina Charters and Constitutions 1578–1698*, ed. Mattie Erma Edwards Parker, Carolina Charter Tercentenary Commission, Raleigh, 1963, p. 164. No questão da autoria de Locke, ver J.R. Milton, “John Locke and the Fundamental Constitutions of Carolina”, *The Locke Newsletter* 21, 1990, pp. 111–33. Milton não dá atenção específica à frase que estou aqui enfocando, mas a conclusão de que ele considera estar na mão de Locke é inconfundível se compararmos o que ele diz sobre a edição alterada do manuscrito de Parker.

<sup>7</sup> John Locke, *Two Treatises of Government*, ed. Peter Laslett, Cambridge University Press, Cambridge, 1988, p. 284 (henceforth *TT*).

<sup>8</sup> Ver Nicholas Jolley, *Locke: His Philosophical Thought*, Oxford University Press, Oxford, 1999, pp. 211–12.

<sup>9</sup> *TT*, pp. 283–5, 322–3, 382–3

<sup>10</sup> *Ibid.*, pp. 236–8.

uma anomalia, um Locke aberrante atrás do qual se esconde o Locke liberal benigno e perspicaz, o Locke de quem os lockeanos têm orgulho de ser herdeiros.

Voltando a Kant, é difícil saber se o fato de que os estudiosos de Kant esperavam por não-especialistas, como Emmanuel Eze e eu, para levantar a questão do racismo kantiano era porque esses estudiosos não conheciam muito bem toda a gama dos trabalhos de Kant – o que seria um pouco condenável, se fosse verdade – ou porque persuadiram a si mesmos de que não havia nada sobre o tema que valesse a pena discutir.<sup>11</sup> De qualquer forma, os ensaios de Kant sobre raça eram reconhecidos pelos filósofos até a Segunda Guerra Mundial, e foi só depois desse período que o reconhecimento de sua existência parecia estar confinada a não-filósofos, como Leon Poliakov e George Mosse, que incluíram referência a Kant em seus livros sobre os antecedentes do Holocausto.<sup>12</sup> É verdade que alguns filósofos, e não apenas historiadores da ciência, quando escreveram sobre a “Crítica do Juízo Teleológico”, viram que alguns dos problemas centrais abordados nesse trabalho foram formulados pela primeira vez por Kant em seus ensaios sobre raça.<sup>13</sup> No entanto, o racismo que é aparente nesses ensaios, como em suas aulas sobre antropologia e sobre a geografia física, quase nunca foi relacionado com sua teleologia, sua filosofia moral, ou seu ensaio sobre a história universal, apesar da óbvia questão que elas levantaram: como poderia seu racismo coexistir com seu universalismo moral?<sup>14</sup>

---

<sup>11</sup> Emmanuel Chukwudi Eze, “The Color of Reason: The Idea of ‘Race’ in Kant’s Anthropology”, in Katherine M. Faull, ed., *Anthropology and the German Enlightenment*, Bucknell University Press, Lewisburg, 1995, pp. 200–41; e Robert Bernasconi, “Who Invented the Concept of Race?” aula dada em 1995, agora publicada em Robert Bernasconi, ed., *Race*, Blackwell, Oxford, 2001, pp. 11–36. Ver também

R. Bernasconi, “Kant as an Unfamiliar Source of Racism”, in Julie Ward and Tommy Lott, eds, *Philosophers on Race*, Blackwell, Oxford, 2002, pp. 145–66. Ver Robert B. Louden, *Kant’s Impure Ethics*, Oxford University Press, Oxford, 2000, pp. 93–100; Thomas E. Hill and Bernard Boxill, ‘Kant and Race’, in Bernard Boxill, ed., *Race and Racism*, Oxford University Press, Oxford, 2001, pp. 448–71. Allen W. Wood refere a Louden in *Kant’s Ethical Thought*, Cambridge University Press, Cambridge, 1999, pp. 338–

9. É impressionante que os próprios Hill and Boxill caracterizem este debate como provocado por “não kantianos” (“Kant on Race”, p. 448).

<sup>12</sup> Léon Poliakov, *The Aryan Myth*, trans. Edmund Howard, Barnes & Noble, New York, 1996, pp. 171–3. George Mosse, *Toward the Final Solution*, University of Wisconsin Press, Madison, 1985, pp. 30–31 e 73. Um dos os poucos filósofos a mostrar interesse nesses ensaios após a Segunda Guerra Mundial foi Gabrielle Rubel. Veja o seleções traduzidas em Kant, Oxford University Press, Oxford, 1963, pp. 98–100, 150–52, and 184–9. Contudo isso poderia ser julgado como sendo apenas uma continuação de um interesse iniciado quase quarenta anos antes em Goethe und Kant (Selbstverlag, Viena, 1927) e ‘Kant as Teacher of Biology’ (The Monist 41, 1931, pp. 436–70).

<sup>13</sup> Por exemplo, J.D. McFarland, *Kant’s Concept of Teleology*, University of Edinburgh Press, Edinburgh, 1970, pp.56-68; Peter McLaughlin, *Kant’s Critique of Teleology in Biological Explanation*, Edwin Mellen Press, Lewiston, 1990, pp. 29-32; Manfred Riedel, ‘Historizismus und Kdritizismus; Kant’s Streit mit G. Forster und J.G. Herder’ *Kant-Studies*, vol. 72, nº 1, 1981, pp. 41-57.

<sup>14</sup> A questão foi levantada brevemente por Nathan Rotenstreich em 1979, mas parece não ter sido discutida por quase vinte anos. Ver ‘Races and Peoples’ in *Practice and Realization*, Martinus Nijhoff, The Hague, 1979, p. 100.

Discussões sobre o racismo dos filósofos iluministas frequentemente encontram a resposta de que o filósofo em questão – realmente não importa quem ele seja – simplesmente compartilhou as suposições da época. Isso sugere uma segunda tarefa: é preciso reconhecer a importância do contexto para uma compreensão destes filósofos. Para avaliar suas observações, é preciso conhecer a gama de pontos de vista que estão sendo expressos no momento em que escreveram. Isso exercita uma forma de controle sobre nossos julgamentos. A defesa “filho de seu tempo” não pode ser usada até que pesquisemos o que seus contemporâneos pensaram e, particularmente, como estes responderam aos problemas de sua época. Embora não pareça ter havido debate público amplo sobre a legitimidade da escravidão até algum tempo após a morte de Locke, sabemos que ele estava familiarizado com o debate, envolvendo um de seus ex-estudantes, sobre a questão de saber se os cristãos podiam ser escravizados, questão que preocupava os senhores temerosos sobre o impacto dos esforços missionários entre escravos em seu investimento.<sup>15</sup> Blumenbach se opôs a alguns dos comentários raciais de Kant contra os taitianos alegando serem injustos.<sup>16</sup> A preocupação com o racismo de Kant não é, portanto, uma "preocupação nova", produto simplesmente de sensibilidades que só recentemente vieram à tona. Esta parte da investigação é importante porque torna possível decidir se uma interpretação é ou não anacrônica.<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup>Locke tinha em sua biblioteca pessoal uma cópia da obra do Reverendo Morgan Godwin *The Negro's and Indians Advocate, Suing for Their Admission into the Church: or a Persuasive to the Instructing and Baptizing of the Negro's and Indians in our Plantations*, London, 1680. Ver John Harrison e Peter Laslet *The Library of John Locke*, Oxford University Press, Oxford, 1971, p. 144. *As Constituições Fundamentais da Carolina* já tinham se pronunciado sobre esta questão. Atualmente estou trabalhando com Anika Simpson em um tratamento mais detalhado da relação de Locke com a escravização dos africanos, em que, entre outras coisas, é suscitada a questão, negligenciada aqui por falta de espaço, da legitimidade de usar um termo como "racismo" com referência a Locke.

<sup>16</sup> F.W.P. Dougherty, *Commercium epistolicum J.F. Blumenbachii. Aus einem Briefwechsel des klassischen Zeitalters der Naturgeschichte*, Göttingen, 1984, p. 189.

<sup>17</sup> Hill e Boxill, “Kant on Race”, p. 448. Em uma versão anterior e mais longa deste ensaio, também abordei o racismo de Hegel. As questões levantadas não são, em última análise, diferentes no caso dele; basta referir-se brevemente aos paralelos. Sobre a questão de saber se a mudança do racismo era um anacronismo, G.E. Paulus atacou publicamente a *Filosofia do Direito* de Hegel no momento de sua publicação por seu Eurocentrismo. G.E. Paulus, *Vorlesungen über Rechtsphilosophie*, ed. Karl-Heinz Ilting, Frommann, Stuttgart- Bad Cannstatt, 1973, vol. 1, p. 372. Ver também R. Bernasconi, *With What Must the Philosophy of History Begin?*, *Nineteenth Century Contexts* 22, 2000, pp. 171–201. Sobre a ultrajante distorção de Hegel de suas fontes em uma tentativa de justificar a violência contra os africanos, ver R. Bernasconi, “Hegel at the Court of Ashanti”, in Stuart Barnett, ed., *Hegel after Derrida*, Routledge, Londres, 1998, pp.

Uma terceira tarefa, de certo modo relacionada, é investigar suas fontes, prestando especial atenção à seleção de fontes. O que eles sabiam? Quando souberam disso? E o que eles poderiam ter sabido facilmente se quisessem? Para minha surpresa, ao levantar essas questões, fiz o tipo de descobertas históricas que se poderia pensar que os especialistas na área soubessem há muito tempo. Minha discussão anterior sobre a inserção de Locke do termo "poder" nas *Constituições Fundamentais da Carolina* é um exemplo disso. Embora o fato de Locke ter tido um papel na elaboração deste documento tenha sido amplamente conhecido, até onde eu sei, nenhum estudioso se concentrou na evidência de que Locke adicionou o termo "poder" até que eu fizesse isso.<sup>18</sup> De modo similar, acho surpreendente que os estudiosos de Kant não tenham notado que ele tinha relatos alternativos do caráter dos africanos à sua disposição do que a utilizada na obra “Sobre o Uso dos Princípios Teleológicos na Filosofia”, e quando ele caracterizou os negros libertos da América e da Inglaterra como – a exemplo dos ciganos na Alemanha – inaptos sem exceção para o trabalho, ele deliberadamente deu crédito ao relato fornecido por James Tobin, representante da facção pró-escravidão, em vez do proposto por James Ramsay, um proeminente oponente da escravidão, embora ambos lhe estivessem igualmente disponíveis no mesmo periódico.<sup>19</sup> Kant tinha consciência do problema das fontes alternativas e explicou por que em sua resenha das *Ideias* de Herder: pode-se provar o que se escolheu provar.<sup>20</sup> Mas é por isso que as escolhas de Kant devem ser cuidadosamente examinadas. O fracasso de Kant em expressar desaprovação da escravidão dos africanos, seja em suas obras publicadas ou, até onde posso dizer, em suas aulas, tem que ser entendido no contexto de que esta era uma das questões morais mais proeminentes de sua época.

---

45–6. Finalmente, para uma discussão de Hegel que assume uma forma semelhante à que encontrei entre alguns estudiosos de Kant, ver Darrel Moellendorf, “Racism and Rationality in Hegel’s Philosophy of Subjective Spirit”, *History of Political Thought*, vol. 13, no. 2, Verão 1992, pp. 243–55. Moellendorf julga que “a explicação do espírito de Hegel torna seu racismo possível, não necessário” (p. 249). Além disso, “o racismo de Hegel não é contraditório com suas visões teóricas mais gerais, nem decorre delas, mas é compatível com elas”. (pág. 249). Mas isso levanta a questão de quais são “as reivindicações fundamentais” (p. 244), assim como Moellendorf afirma que o racismo de Hegel pode ser rastreado “até a ideologia geral do século XIX” (p. 244) sem investigar o uso de Hegel de suas fontes ou sua contribuição para a formação dessa ideologia.

<sup>18</sup> Ver R. Bernasconi, ‘Locke’s Almost Random Talk of Men’, *Perspectiven der Philosophie*, 18, 1992, p. 316 n. 4.

<sup>19</sup> I. Kant, “Über den Gebrauch teleologischer Principien in der Philosophie”, *Kants Werke*, Akademie Ausgabe, Walter de Gruyter, Berlin, 1923, vol. VIII, p. 174n; trans. Jon Mark Mikkelsen, ‘On the Use of Teleological Principles in Philosophy’, in Bernasconi, ed., *Race*, p. 54 n. 4. Ver Bernasconi, ‘Kant as an Unfamiliar Source of Racism’, pp. 148–9. Subsequentemente eu descobri que Monika Firla-Forkl já tinha feito a mesma observação: ‘Philosophie und Ethnographie: Kants Verhältnis zu Kultur und Geschichte Afrikas’, in *XXV Deutscher Orientalistentag*, ed. Cornelia Wunsch (Stuttgart: Franz Steiner, 1996), p. 439 (De agora em diante todas as referências à Akademie Ausgabe of Kant serão abreviadas como *AA* seguido pelo número do volume).

<sup>20</sup> *AA* VIII, p. 62.

## Eliminando Contradições

Essas três tarefas – identificar as declarações problemáticas desses pensadores que são *prima facie* racistas, localizá-las no contexto de suas obras e no contexto histórico mais amplo, e estabelecer suas fontes – são tarefas básicas que os historiadores intelectuais realizam naturalmente, embora envolvam habilidades acadêmicas e históricas que os programas de pós-graduação em filosofia, em sua maioria, não envidem muito esforço para desenvolver entre seus alunos. Por outro lado, muitos filósofos, mesmo historiadores da filosofia, parecem não se importar com essas tarefas, porque eles têm a intenção de levar o problema para uma esfera diferente. Os historiadores da filosofia tendem, em sua maior parte, a isolar Locke, Kant e Hegel das realidades históricas que os nutriram e às quais responderam. Além disso, volumes inteiros de suas obras são desconsiderados. Em suma, as regras básicas da boa história são desconsideradas. Por diversas razões históricas, o estudo da história da filosofia no mundo de língua inglesa tem muito mais a ver com a manutenção de sua legitimidade filosófica em face da concepção muito estreita de filosofia que veio a proeminência no período imediatamente posterior a Segunda Guerra Mundial do que com o cumprimento dos padrões que estabeleceriam suas credenciais como história.

Por cinquenta anos ou mais, historiadores da filosofia têm acreditado que podem escrever uma obra de história da filosofia e descaradamente reescrever os argumentos dos filósofos canônicos, se pensam que podem melhorar o que aqueles filósofos haviam escrito. Por exemplo, Bernard Williams, no prefácio de seu livro sobre Descartes, explica que, porque o trabalho de Descartes era inevitável e essencialmente “ambíguo, incompleto, imperfeitamente determinado pelo ‘entendimento’ do autor e de seus contemporâneos”, ele tomaria para si a responsabilidade de escrever uma “reconstrução racional do pensamento de Descartes.”<sup>21</sup> A história das ideias, ele explicou, é “uma investigação histórica e o gênero da obra resultante é inequivocamente história”, mas a história da filosofia enfrenta “um ponto de corte, onde a autenticidade é substituída como objetivo pelo objetivo de articular ideias filosóficas.”<sup>22</sup> Claramente, a casualidade de tais esforços é uma compreensão da dimensão histórica da obra de um filósofo, e acredito que isso deixa qualquer um que tome esse caminho mal equipado para abordar a questão da coexistência no mesmo pensador tanto do racismo quanto do universalismo moral, razão pela qual eles tendem a ignorar um ou outro, geralmente o racismo.

---

<sup>21</sup> Bernard Williams, *Descartes. The Project of Pure Enquiry*, Penguin, Harmondsworth, 1978, p. 10.

<sup>22</sup> *Ibid.*, p. 9.

Essa abordagem permite que os filósofos persistam em apresentar o racismo como não mais do que uma característica superficial de uma filosofia, em contraste com o universalismo moral, que é uma tese filosófica que, como tal, sempre supera o particularismo racista.

O que um filósofo que acredita que os argumentos são a base da filosofia deve fazer diante de um argumento ruim ou de uma contradição em algum texto de um grande filósofo histórico? Considerando que alguns acadêmicos parecem obter satisfação ao expor os erros de um Platão ou de um Kant e para muitos essa parece ser toda a satisfação de que precisam, Williams parece defender que simplesmente se selecione e escolha, adicione e subtraia, até chegar ao que o filósofo deveria ter dito. Se o problema é que um pensador parece contradizer-se a si mesmo ou a si mesma, então pode-se sempre abandonar uma das alegações concorrentes. A regra é salvar a proposição que mais vale a pena, e a prática de descartar todas as alegações que são no mínimo embaraçosas, sejam ou não contraditórias, é apenas uma pequena extensão disso. O que resta é a doutrina "autêntica" do filósofo em questão. O novo Kant que nos é servido é mais magro, mais elegante, depois de ter sido submetido a uma lipoaspiração e ter excessos removidos. Essa é uma prática filosófica bastante normal, e é por isso que nenhuma sobrelanceira é levantada quando esta técnica é aplicada ao papel de Locke na escrita das *Constituições Fundamentais da Carolina*, a insistência de Kant na superioridade racial dos brancos e a exclusão da África, China e Índia da história propriamente dita realizada por Hegel. O que resta é uma filosofia benigna, higienizada.

Embora a maioria dos comentaristas opte por extirpar o racismo do filósofo em questão da maneira que acabei de descrever, alguns começaram a abordar a contradição entre racismo e universalismo moral. Eles descobriram que, às vezes, imputar uma posição racista a um pensador os torna mais coerentes e serve para defender suas credenciais filosóficas. Então, ao tentar explicar por que Locke aceitou a ideia de que os negros poderiam ser escravos, mas parece ao mesmo tempo não aceitar que os nativos americanos fossem escravos, Barbara Arneil simplesmente conclui que os primeiros eram para ele "menos do que humanos", embora ela pareça não ter nenhuma evidência direta para a escolha dessa formulação em particular.<sup>23</sup> Considere também o exemplo do de James Farr sobre o problema da escravidão no pensamento político de Locke.<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup>Barbara Arneil, *John Locke and America*, Oxford University Press, Oxford, 1996, p. 127.

<sup>24</sup>James Farr, "So Vile and Miserable an Estate": The Problem of Slavery in Locke's Political Thought, *Political Theory*, vol. 14, no. 2, 1986, pp. 263–89.

Após o seu reconhecimento de que a teoria de Locke condena positivamente as práticas escravagistas do século XVII, mesmo que Locke tenha investido no tráfico de escravos africanos e estivesse envolvido na legislação a respeito, Farr pergunta: “existem outros motivos no pensamento político de Locke que justificaria a escravidão do século dezessete?”. Sua resposta é a seguinte: “*Temo* que simplesmente não haja outros motivos. Em particular, Locke não era racista no sentido forte necessário para justificar escravidão.”<sup>25</sup> Farr parece estar dizendo que seria melhor que Locke tivesse sido um racista consistente do que ser pego se contradizendo. Ou, mais precisamente, parece que Farr preferiria evidências de que Locke era um racista em um sentido forte do que inconsistente, em que ser um forte racista significa “tanto uma teoria *empírica* que explica inferioridade racial negra e uma teoria *moral* que justifique escravização por causa da inferioridade racial.”<sup>26</sup> Não aceito a explicação de Farr, que não identifica racismo forte nem com a força de sentimentos, nem com o caráter das ações, mas com teorias explícitas. Também não acredito que ele tenha esgotado as evidências históricas. Mas o meu interesse aqui é que Farr, que não é um filósofo, no entanto, quer, acima de tudo, um Locke livre de contradição. Certamente, se Farr tivesse sido um filósofo do tipo que é muito familiar, ele poderia simplesmente ter desconsiderado a evidência do investimento de Locke no tráfico de escravos e em sua institucionalização, declarando que este não era o verdadeiro Locke. De fato, ele também poderia ter desconsiderado qualquer teoria empírica com base no fato de que também não era o verdadeiro Locke, como acontece quando os filósofos leem Kant.

Isso pode ser mais facilmente ilustrado utilizando como referência o recente ensaio de Thomas Hill e Bernard Boxill, “Kant e Racismo”. Eu aplaudo seu ensaio como um dos poucos tratamentos sérios do tema, mas o considero sintomático das falhas que identifico como endêmicas às abordagens predominantemente analíticas desse tópico. A estratégia de Hill e Boxill é distinguir desde o início as teses filosóficas de Kant de suas afirmações empíricas, às quais assimilam suas “crenças e atitudes racistas e sexistas.” Isso lhes permite segregar o que eles chamam de suas ideias “básicas (por exemplo, as ideias centrais e alegações mais fundamentais nas três Críticas e na Fundamentação)” das “partes separáveis” dessa filosofia, que são “independentes das ideias básicas e talvez falsamente acreditadas como derivadas” delas, e de ilustrações particulares.<sup>27</sup>

---

<sup>25</sup> Ibid., p. 264; Itálicos do autor.

<sup>26</sup> Ibid., p. 278.

<sup>27</sup> Hill and Boxill, “Kant on Race”, p. 448

Em outras palavras, Hill e Boxill operam fazendo distinções. Enquanto não houver conexão necessária entre as “crenças e atitudes racistas e sexistas” e o que eles identificam como suas principais alegações filosóficas, então isso lhes fornece a base para dizer que, se Kant escreve passagens racistas, não é o verdadeiro Kant que o faz.

Assim, quem é o verdadeiro Kant? O “Kant real” aparentemente não é o Kant histórico, mas apenas o autor de seus “princípios filosóficos centrais”. O verdadeiro Kant é definido menos por seus textos do que por ideias que o kantianismo contemporâneo considera valiosas. Então, a teleologia de Kant é descartada porque os filósofos contemporâneos são céticos a respeito e porque ela parece ser separável.<sup>28</sup> A ênfase está na construção de um Kant que pode atender às demandas que colocamos sobre uma teoria moral contemporânea, incluindo a provisão de recursos contra o racismo. Mas é impressionante que, mesmo dentro dessas explicações muito restritas de Kant, o nome Kant ainda é posto a fazer todo o trabalho, e a teoria permanece parasitária de uma marca cujo status, em grande parte, deriva de textos que são, agora, em grande medida ignorados. Estou pensando no fato de que, para as gerações imediatamente posteriores a Kant, a *Crítica do Juízo Teleológico* é que era considerada como sua verdadeira realização. É quase impossível para qualquer um que estudou Kant com um kantiano contemporâneo ver sentido na maior parte do que Schelling, Hegel ou Hölderlin tinham a dizer em seu louvor, muito menos a maioria de suas críticas. Por exemplo, no início de 1795, Hölderlin escreveu a Hegel que ele considerava o caminho no qual Kant uniu o mecanismo com o propósito da natureza para conter “todo o espírito do sistema”.<sup>29</sup> Ou seja, a versão de Kant ensinada na história dos cursos de filosofia hoje foi desenvolvida para protegê-lo das críticas feitas por seus sucessores imediatos, fazendo, assim, os escritos destes últimos parecerem arbitrários e idiossincráticos. O Kant real é a versão de Kant que mais se aproxima do que os filósofos que propõem essa construção reconhecem como verdade. O verdadeiro Kant é o verdadeiro Kant porque o bom senso, a liberdade da contradição e, sempre que possível, a liberdade de racismo são introduzidas como princípios hermenêuticos mesmo onde contradizem a evidência histórica. O que muitas vezes se encontra é tudo menos a muito elogiada necessidade analítica; o que se encontra é pegar e misturar.

---

<sup>28</sup> Ibid., pp. 452, 456, 462–3. Não estou desafiando a tese de “que as objeções às alegações teleológicas de Kant não são por si só motivo para descartar sua ênfase sobre a razão em suas teorias morais e políticas básicas” (ibidem, p. 463). Minha investigação opera em um nível totalmente diferente

<sup>29</sup> Ver *Briefe von und an Hegel*, ed. J. Hoffmeister, Felix Meiner, Hamburg, 1969, vol. 1, p. 20.

O próprio Kant está condenado: suas atitudes racistas são julgadas incompatíveis com o seu princípio básico de respeito à humanidade em cada pessoa. Mas "a teoria profunda" é resgatada para viver e combater o racismo no outro dia.<sup>30</sup>

O ponto de discórdia aqui não é o racismo do Kant histórico, que Hill e Boxill admitem, mas como os filósofos podem chegar a uma melhor compreensão de como o racismo opera, a melhor para compreendê-lo e, assim, combatê-lo. Hill e Boxill acreditam que, apesar de seu racismo, a teoria moral de Kant pode servir como uma estrutura razoável para abordar problemas raciais contemporâneos, desde que seja adequadamente complementada com uma consciência realista dos fatos sobre o racismo e expurgada de associações com certas crenças empíricas falsas e teses não essenciais derivadas. Mas o problema da convivência do que eles consideram ser as atitudes racistas de Kant e suas ideias filosóficas incompatíveis com essas atitudes não é investigado. Isto é ainda mais surpreendente porque eles defendem que a teoria Kantiana pode ser usada como um recurso filosófico para abordar o racismo e, particularmente, a defesa que fazem da "deliberação e do diálogo razoáveis para enfrentar os problemas raciais" leva-os a sustentar um exame do racismo em termos que subscrevo plenamente. O que eles dizem é: "tal uso da razão deve ser informado por uma compreensão adequada dos fatos empíricos sobre o racismo, sua gênese, sua teimosia, seus esconderijos, sua interação com outros fatores e os meios mais efetivos para combatê-lo".<sup>31</sup> Minha resposta é que, se alguém realmente quer tratar do racismo, então investigar o racismo de Kant em sua coexistência com o cosmopolitismo teria sido um bom lugar para começar. Encontra-se ali um influente, articulado racismo, cuja gênese, teimosia, autoengano e interação com seu oposto está aí para ser estudado. Mas como isso deve ser feito?

A resposta a esta pergunta dependerá de como já pensamos sobre o racismo, e é por isso que aplaudo a publicação da recente antologia de Boxill sobre esta questão, na qual o ensaio "Kant and Race" pode ser encontrado. A confiança em uma definição limitada de racismo levou a uma sociedade obcecada quase exclusivamente com a tarefa de evitar dizer certas coisas, policiando especialmente certos tipos de observações essencialistas sobre desigualdade racial, enquanto não faz nada para resolver, por exemplo, desigualdades no acesso à educação, saúde e bem-estar econômico, bem com a expectativa de vida correlacionada com identidade racial.

---

<sup>30</sup> Hill and Boxill, "Kant on Race", pp. 467, 449.

<sup>31</sup> Ibid., pp. 449, 467. Michel Foucault, *L'Archéologie du savior*, Gallimard, Paris, 1969, p. 195; trans. A.M. Sheridan Smith, *The Archeology of Knowledge*, Tavistock, London, 1972, p. 149.

Se quisermos enfrentar essas questões, em termos de diagnóstico e remédio, a filosofia de Kant é, particularmente nas versões reduzidas agora populares entre kantianos, muito menos recomendável do que outras filosofias, e isso também pertence ao tópico de Kant e o racismo. E eu poderia acrescentar que, embora argumentos extraídos de Kant pudessem ser usados para combater o racismo, historicamente eles parecem ter tido pouco impacto – como um estudo de, por exemplo, debates sobre a abolição da escravidão confirma.

A abordagem analítica baseia-se fortemente na suposição de que a tarefa hermenêutica apropriada neste contexto – o imperativo primário – é resolver a contradição entre racismo e universalismo nestas filosofias, seja pela amputação de um dos membros da contradição ou acrescentando a premissa faltante. Como Michel Foucault observou em *A Arqueologia do Saber*, tanto filósofos quanto historiadores tendem a operar sobre o pressuposto de que os discursos que eles analisam possuem coerência e de que todos nós falamos para superar as contradições dos nossos desejos, das nossas influências e as condições em que vivemos.<sup>32</sup> No entanto, se, como Foucault sugeriu, desafiarmos esta suposição, então as contradições que identifiquei em Locke e Kant, longe de serem meros fenômenos superficiais que podem ser fácil e cirurgicamente corrigidos, talvez sejam mais bem compreendidos dialeticamente, embora Foucault não fosse gostar da ideia.<sup>33</sup>

Tomemos o caso paralelo e mais familiar da contradição entre a proclamação da igualdade humana pela Declaração de Independência Americana e a prática da discriminação sexual e da escravidão que os Pais Fundadores continuaram a subscrever. A alegação de que a Declaração de Independência, de alguma forma, implicou a emancipação de escravos e era apenas uma questão de tempo até que a inferência fosse retirada e os Estados Unidos se tornassem o lugar que estava destinado a ser ainda é frequentemente feita. Mas outra maneira de conciliar a afirmação da igualdade dos seres humanos, contidas na Declaração, com as práticas racistas do país era declarar O Negro um Animal, como um autor insistiu até o final do século XIX.<sup>34</sup> Essas formas alternativas de resolver a contradição são de fato opostas, mas, pelo que estou aqui chamando, provisoriamente, de uma perspectiva dialética, pode-se, além disso, ver que essa oposição é sustentada por sua adesão mútua às palavras da Declaração.

---

<sup>32</sup> Michel Foucault, *L'Archéologie du savoir*, Gallimard, Paris, 1969, p. 195; trans. A.M. Sheridan Smith, *The Archeology of Knowledge*, Tavistock, London, 1972, p. 149.

<sup>33</sup> Eu emprego a palavra 'dialética' provisoriamente aqui porque, embora este termo esteja agora repleto de ambiguidade, a visão básica sobre a relação recíproca que liga termos contraditórios, uma visão generalizada na chamada filosofia continental, tornou-se pronunciada pela primeira vez na filosofia dialética de Hegel.

<sup>34</sup> Charles Carroll, *The Negro A Beast*, American Book and Bible House, St Louis, 1900. Para que eu não seja mal interpretado, devo deixar claro que não estou, naturalmente, sugerindo que a ideia de que o negro era uma animal era uma proposição que Kant poderia ter endossado. Kant escreveu seus ensaios sobre raça

A Declaração de Independência, entendida como uma expressão de uma sociedade sustentada por uma escravidão racialmente embasada, exigia tanto um universalismo quanto um racismo mais explícito do que existia até então. Nessa medida, é possível ver essas posições rivais apoiando-se mutuamente, na medida em que ambas trabalham para sustentar o espaço que torna possível sua oposição.<sup>35</sup> Isso permite uma certa percepção da coexistência de universalismo moral e do racismo em Kant, como espero agora mostrar retomando um problema identificado por Robert Louden em seu recente livro *Kant's Impure Ethics*.

### **Preconceito cosmopolita**

Louden cita uma passagem do *Conflito das Faculdades* de Kant, onde Kant escreve que “todos os povos da terra... gradualmente passarão a participar do progresso”. A interpretação de Louden é que “Kant está logicamente comprometido com a crença de que toda a espécie humana deve, eventualmente, compartilhar o destino da espécie moral: a perfeição moral”. Isso leva Louden a identificar Kant como um gradualista. Louden cita uma declaração das *Reflexões*: “devemos buscar o progresso contínuo da raça humana no Ocidente e de lá se espalhar pelo mundo”.<sup>36</sup> Não soa melhor no contexto. A frase anterior, a primeira da nota, que infelizmente Louden não cita, diz: “As nações orientais jamais se aprimorariam sozinhas”.<sup>37</sup> O problema é que atribuir um gradualismo a Kant parece levantar mais questões do que resolvê-las: dada sua visão da permanência das características raciais, incluindo talentos e disposições, e dada sua oposição ao colonialismo e à mistura de raças, ainda não se tem resposta para a questão de como “a espécie toda” iria progredir. Assim, Louden explica, segundo uma fórmula mais familiar do que esclarecedora, que, embora Kant esteja logicamente comprometido com a ideia de que toda a espécie progride na perfeição, ele não está, pessoalmente, comprometido. Minha hipótese é que o cosmopolitismo de Kant – sua busca por um propósito na história humana – tornou seu racismo ainda mais pronunciado porque a inferioridade racial que ele já reconhecia agora lhe parecia uma ofensa contra toda a humanidade, uma ofensa contra esse mesmo cosmopolitismo.

---

em grande parte como um esforço para excluir esta possibilidade e, de fato, ainda mais para garantir a unidade da espécie humana.

<sup>35</sup> O reconhecimento deste fato em algum nível pode ter sido o que levou alguns abolicionistas a contestar a Declaração de Independência, mas na medida em que a Declaração definisse no espaço do discurso essa opção não pôde ser sustentada politicamente. Ver Robert Bernasconi, “The Constitution of the People: Frederick Douglass and the Dred Scott Decision”, *Cardozo Law Review*, vol. 13, no. 4, 1991, pp. 1281–96.

<sup>36</sup> *AA* VII, p. 89; *AA* XVI, p. 789, ambos citados em Louden, *Kant's Impure Ethics*, p.105.

<sup>37</sup> *AA* XV, p. 788. Veja também *AA* XXV, p. 840.

Quando lemos na *Ideia para uma História Universal com um Propósito Cosmopolita* de Kant que a Europa provavelmente dará a lei ao resto da humanidade, deveríamos ouvir não apenas orgulho, mas frustração dirigida contra as outras raças de um homem que em outro lugar reclamará que a raça branca sozinha, de todas as raças, contém “todos os impulsos e talentos”.<sup>38</sup>

Quando os filósofos de hoje encontram no cosmopolitismo de Kant um recurso para seu próprio pensamento, eles precisam estar mais conscientes do que estão das diferentes maneiras pelas quais ele é severamente comprometido, pelo menos em sua formulação original. O cosmopolitismo que hoje se considera uma resposta adequada ao nacionalismo, ou ao que alguns gostam de chamar de tribalismo, é muito diferente do cosmopolitismo de Kant, porque este último foi formulado não como um antídoto contra o nacionalismo, muito menos contra o racismo, mas como uma resposta à questão do significado da história humana. Kant podia ver o propósito do trabalho em ação na natureza, mas não conseguia ver nada comparável nos assuntos humanos, que, por outro lado, pareciam arbitrários.<sup>39</sup> Uma história universal com propósito cosmopolita resolveu esse problema, mas a um preço claro. Dali em diante, ser preguiçoso não era apenas ser menos merecedor – um julgamento que, do ponto de vista de Locke, seria bastante condenável, pois ameaçaria o plano de Deus ao contrariar seu mandamento de “crescer e multiplicar”. Era também infectar ou comprometer a própria ideia de humanidade como Kant a concebeu.

Kant expressou essa preocupação em vários lugares, mais notavelmente em sua resenha das *Ideias* de Herder e na *Crítica do Juízo*. Da perspectiva de Herder, todas as pessoas contribuíram para a ideia de humanidade, mas, na época de Kant, a preguiça não era apenas um defeito de alguns indivíduos; também era amplamente considerada uma característica racial de, entre outros, africanos, ciganos e ilhéus dos mares do sul. Segundo Kant, suas disposições, como suas outras características raciais, eram o produto do efeito do clima sobre os germes (*Keime*) de seus ancestrais, um clima tão benigno que não lhes dava nenhuma razão para fazer nada além de desfrutar da generosidade da natureza. Daí a questão de por que eles existiram. Essa mesma questão de intencionalidade, que está no cerne da concepção kantiana de cosmopolitismo, também está no cerne de seu conceito de raça.

---

<sup>38</sup> AA VIII, p. 29; AA XXV/2, p. 1187.

<sup>39</sup> AA VIII, p. 17.

O que torna o conceito de raça de Kant tão distinto é sua confiança no princípio teleológico para julgar a natureza em geral como um sistema de fins. Conforme mencionei, Kant escreveu em sua resenha das *Ideias* de Herder que se pode usar a evidência empírica para dar uma explicação favorável ou desfavorável de pessoas como os taitianos. Mas, se a história deve ser lida como se tivesse o significado que ele acreditava que lhe deveria ser atribuído, então não há escolha. Kant via os taitianos como menos talentosos por natureza, e, portanto, embora pudessem ser mais ajustados para sobreviver em seu clima particular, seu papel no progresso humano era problemático.

Do ponto de vista dialético, a estatura de Kant como filósofo decorre da maneira como ele ajudou a articular e, assim, ajudou a produzir uma transformação radical da paisagem filosófica, uma mudança em nossa forma de conceber a nós mesmos e o mundo, algo como o que certos filósofos da ciência às vezes chamam de mudança de paradigma. Mas isso é invisível para uma abordagem analítica. O cosmopolitismo como filosofia da história encarna uma nova base de preconceito: o ódio, a desconfiança ou a incompreensão face a quem, recusando-se a se assimilar aos modos europeus, não contribui para a marcha da humanidade rumo ao cosmopolitismo. Isso os torna, em certo sentido, menos humanos. Portanto, os crentes em uma certa forma de razão renunciam com todo o zelo dos crentes religiosos àqueles que eles veem como recusando o que a razão exige deles. Então, os universalistas em nome de “todos” atacam aqueles que buscam manter sua diferença. Uma nova cepa, mais virulenta, de preconceito germinou como efeito colateral da nova versão do universalismo. O racismo teórico não assume apenas a forma de acreditar na poligênese ou em um simples destino biológico. O racismo encontra-se mais frequentemente no gradualismo moral, no determinismo geográfico ou no gesto que exige “torne-se como nós” e que acrescenta *em voz baixa* “você nunca pode se tornar como nós porque não é um de nós”.<sup>40</sup> O cosmopolitismo em pelo menos algumas de suas versões é uma forma constitutiva de tais racismos, não seu contrário, razão pela qual precisamos estar atentos para reconhecer o racismo no concreto – isto é, no contexto. Se o raciocínio analítico estabelece que não há conexão necessária entre a caricatura dos africanos de Kant e seu cosmopolitismo<sup>41</sup>, pode fazê-lo porque pode optar por reformular seu cosmopolitismo para estabelecer esse resultado.

---

<sup>40</sup> Daí minha surpresa ao encontrar Joseph McCarney defendendo Hegel da acusação de racismo, alegando que ele era, antes, um determinista geográfico: *Hegel on History*, Routledge, London, 2001, p. 143. De fato, é até mesmo sugerido que “difícilmente se pode conceber uma base teórica mais firme para a igualdade fundamental dos seres humanos do que a fornecida pelo espírito hegeliano” (Ibid., p. 145).

<sup>41</sup> Devo deixar claro que não estou usando o termo 'filosofia analítica' como sinônimo de 'filosofia anglo- americana'. Refiro-me, antes, àqueles filósofos comprometidos com uma forma de pensar que não deixa espaço para a síntese, o holismo ou a dialética, embora reconheça que a análise, no entanto, desempenha um papel indispensável nessas outras formas de pensar. Mas não deve passar despercebido que a abordagem da história da filosofia que aqui descrevo como analítica tem suas raízes em uma certa leitura de Kant.

Isso salva o cosmopolitismo, mas não ajuda em nada a esclarecer como o racismo opera nos principais textos filosóficos, muito menos a explorar maneiras de combatê-lo.<sup>42</sup>

Com a introdução de um conceito de raça mais rigorosamente definido, Kant abriu um novo espaço para o pensamento: ele o levou a um novo território. E então seu pensamento parou. Pode-se atribuir isso a covardia ou preguiça, mas é mais provável que, por se tratar de um território novo, ele não soubesse o que pensar. Os que vieram depois trabalharam dentro do espaço que ele abriu. Ele nunca resolveu o problema de como conciliar sua crença no cosmopolitismo com seu racismo, mas isso deixou um legado perigoso, que ele ocasionalmente vislumbrou. À questão de como “toda a espécie” poderia progredir, ele respondeu: “Parece que todos os americanos serão eliminados, não pelo ato de assassinato – isso seria cruel – mas eles morrerão... Um conflito privado surgirá entre eles, e eles destruirão uns aos outros”.<sup>43</sup> Kant, deve ser lembrado, era um defensor dos nativos americanos contra a sua exploração através do colonialismo. Mas fica claro a partir dessa afirmação que, quando ele se referiu à totalidade da humanidade, não se referia a todos. De fato, na nota 1520 da *Reflexionen zur Anthropologie*, Kant escreveu de forma um tanto sinistra: “Todas as raças serão extintas... só não a dos brancos”.<sup>44</sup> Mas como isso aconteceria? Kant se opôs explicitamente ao genocídio como solução, e os comentaristas concordam que essa não era uma opção para ele. Em um trecho de *The Racial Contract*, Charles Mills escreve: “Não estou dizendo que Kant teria endossado o genocídio”.<sup>45</sup> É uma linha descartável, muito parecida com a observação semelhante de Paul Gilroy em *Against Race*: “ele [Kant] não concebe o genocídio ou endossa sua prática contra negros, judeus ou qualquer outra variedade de povos”.<sup>46</sup> No entanto, Kant precisou rejeitá-lo explicitamente apenas porque ele se sugeria como uma solução para o problema de conciliar uma concepção específica de cosmopolitismo progressista com uma crença na desigualdade das raças que ameaçava frustrá-la.

---

<sup>42</sup> Para uma contribuição inestimável a uma compreensão histórica do cosmopolitismo, ver Pauline Kleinfeld, “Six Varieties of Cosmopolitanism in Late Eighteenth Century Germany”, *Journal of the History of Ideas* 60, 1999, pp. 505–24.

<sup>43</sup> *AA* VIII, p. 35; *AA* XXV, p. 840.

<sup>44</sup> *AA* XV/2, p. 878.

<sup>45</sup> Charles Mills, *The Racial Contract*, Cornell University Press, Ithaca, 1997, p. 72.

<sup>46</sup> Paul Gilroy, *Against Race*, Harvard University Press, Cambridge MA, 2000, p. 60.

### **Esquecendo a história**

Eu prontamente admito que a maioria dos filósofos analíticos encontrará aqui pouco, ou nada, que ameace o universalismo moral ou o cosmopolitismo como eles o entendem. Basta-lhes simplesmente observar que podem formular versões dessas posições que não impliquem racismo. Também reconheço que meu apelo a um reexame da maneira como opera o estudo da história da filosofia ameaça uma prática tão bem estabelecida que é óbvia para muitos de seus adeptos. Quando acusações de sexismo e racismo são levantadas contra um filósofo canônico, elas podem ser facilmente descartadas como resultado de uma falha em entender a tarefa e os procedimentos da história da filosofia. Mas talvez seja hora de questionar essa tarefa e esses procedimentos para desafiar uma história da filosofia que se leva tão a sério como filosofia que esquece que também deve ser história. Sempre que um pensador é defendido pelo uso da “defesa dos argumentos centrais”, o risco é que, ao tentar marginalizar a crítica, a própria filosofia se torne cada vez menos central porque se torna cada vez mais restrita. Em outras palavras, o preço a ser pago por defender alguns dos principais filósofos da tradição ocidental contra acusações de racismo é que diminuimos a filosofia como uma atividade mais geral. Em última análise, as defesas mal concebidas desses filósofos prejudicam mais o lugar da filosofia em nossa cultura do que qualquer evidência apresentada contra eles. Os filósofos não estão e nunca estiveram tão divorciados da realidade histórica quanto seus defensores os forçam a se tornarem: Locke orgulhava-se de ser um homem prático, e não apenas um pensador; por mais envergonhados que possamos estar agora com algumas de suas atividades, não nos beneficiamos descartando sua relevância para a compreensão de seu pensamento. Ao ensinar versões simplificadas desses pensadores – o chamado “Kant real” em vez do Kant histórico – contribuimos para a ilusão de que tudo o que importa é a enunciação de princípios finos.

Meu ponto não é negar ou descartar a necessidade que sentimos de abordar as contradições em um filósofo, particularmente quando a contradição surge no contexto de questões morais. Quando esse problema surge para nós no contexto do estudo da vida e obra de filósofos a quem nos sentimos especialmente em dívida em nosso próprio pensamento, o desejo de encontrar uma solução é particularmente forte. Também não nego que há muito a aprender com esses exercícios. Mas, se o filósofo analítico tem uma maneira de separar a questão do racismo dos grandes filósofos do que é considerado suas doutrinas autênticas, suprimindo assim o problema de uma forma consistente com sua postura filosófica geral, o filósofo continental tem uma estratégia diferente: ele ou ela está propenso a oferecer

interpretações cada vez mais fantasiosas, transformando a transgressão em seu oposto.<sup>47</sup> No entanto, na medida em que acredito que a chamada filosofia continental ou, mais precisamente, a filosofia dialética está mais bem equipada para abordar essas questões do que a filosofia analítica, porque é menos propensa a sacrificar a complexidade das questões às lentes distorcidas da falsa clareza e abstração da realidade histórica, então é muito pior para a filosofia continental, porque ela falhou amplamente em fazê-lo.

Mas deixe-me terminar com uma nota conciliatória com o que pode ser acordado por representantes de ambas as abordagens. Hill e Boxill encerram seu ensaio reconhecendo que 'brancos confiantes, complacentes e bem-posicionados' acharão difícil fazer o que sabem ser certo e, na verdade, ainda mais difícil saber o que é certo.<sup>48</sup> A cura para o autoengano, na medida em que existe, está, eles argumentam, em ouvir o que outros, com diferentes pontos de vista, atitudes e movimentos, dizem e, de fato, projetar instituições para nos ajudar a fazer isso, instituições que permitiriam que a razão o fizesse funcionar. Acredito que esta é uma recomendação muito significativa, que, se fosse amplamente adotada, mudaria o que é ensinado sob o nome de filosofia, bem como a maneira como ela é ensinada, e de uma forma que, em última análise, impactará na questão de saber se a filosofia no futuro se dirige a um público amplo ou cada vez mais restrito.<sup>49</sup>

---

<sup>47</sup> Por exemplo, Jacques Derrida, *De l'esprit, Galilée*, Paris, 1987; trans. Geoffrey Bennington and Rachel Bowlby, *Of Spirit*, University of Chicago Press, Chicago, 1989. Derrida defende uma leitura de "espírito" em Heidegger que negligencie as conotações da palavra na época. Ver R. Bernasconi, "Heidegger's Alleged Challenge to the Nazi Concepts of Race", in James E. Faulconer and Mark A. Wrathall, eds, *Appropriating Heidegger*, Cambridge University Press, Cambridge, 2000, pp. 50–67.

<sup>48</sup> Hill and Boxill, "Kant and Race", p. 470.

<sup>49</sup> Em um tratamento mais aprofundado eu precisaria abordar o cânone filosófico e a resistência dos filósofos ao multiculturalismo, bem como a constituição racial do departamento médio de filosofia, incluindo seu corpo discente. Sobre este último, ver Leonard Harris, "Believe it or Not" or the Ku Klux Klan and American Philosophy Exposed', *Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association*, vol. 68, no. 5, May 1995, pp. 133–7. Quanto ao primeiro, ver Robert Bernasconi, "Philosophy's Paradoxical Parochialism: The Reinvention of Philosophy as Greek", in Keith Ansell-Pearson, Benita Parry and Judith Squires, eds, *Cultural Readings of Imperialism*, Lawrence & Wishart, London, 1997, pp. 212–26. Devo enfatizar que não pretendo negar a existência de um número significativo de filósofos que, a algum custo, por muito tempo levantaram essas questões e defenderam um reexame do cânone. Também não negaria que, durante grande parte da minha carreira, fui inequivocamente parte do problema, até que alguns de meus alunos me acordaram de meu sono dogmático.

### **Ricardo Matheus Benedicto**

Graduado e Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Fui Professor de Filosofia da Rede Estadual de São Paulo de 2006 a 2015. Professor de Filosofia no curso de Licenciatura em Filosofia do Centro Universitário Claretiano de 2007 a 2015. Professor de Filosofia da Educação do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Claretiano de 2013 a 2015. Na Faculdade Fernão Dias fui docente do Curso de Pedagogia. Atualmente sou docente do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, Campus Malês. Fui Coordenador do curso de Licenciatura em Pedagogia – 2019 - 2020 – e sou Coordenador do Grupo de Pesquisa em Educação Afrocentrada. E-mail: ricardomb@unilab.edu.br

